

SÉRGIO
BOTTON
BARCELLOS

570 DIAS NO GOVERNO LULA 3

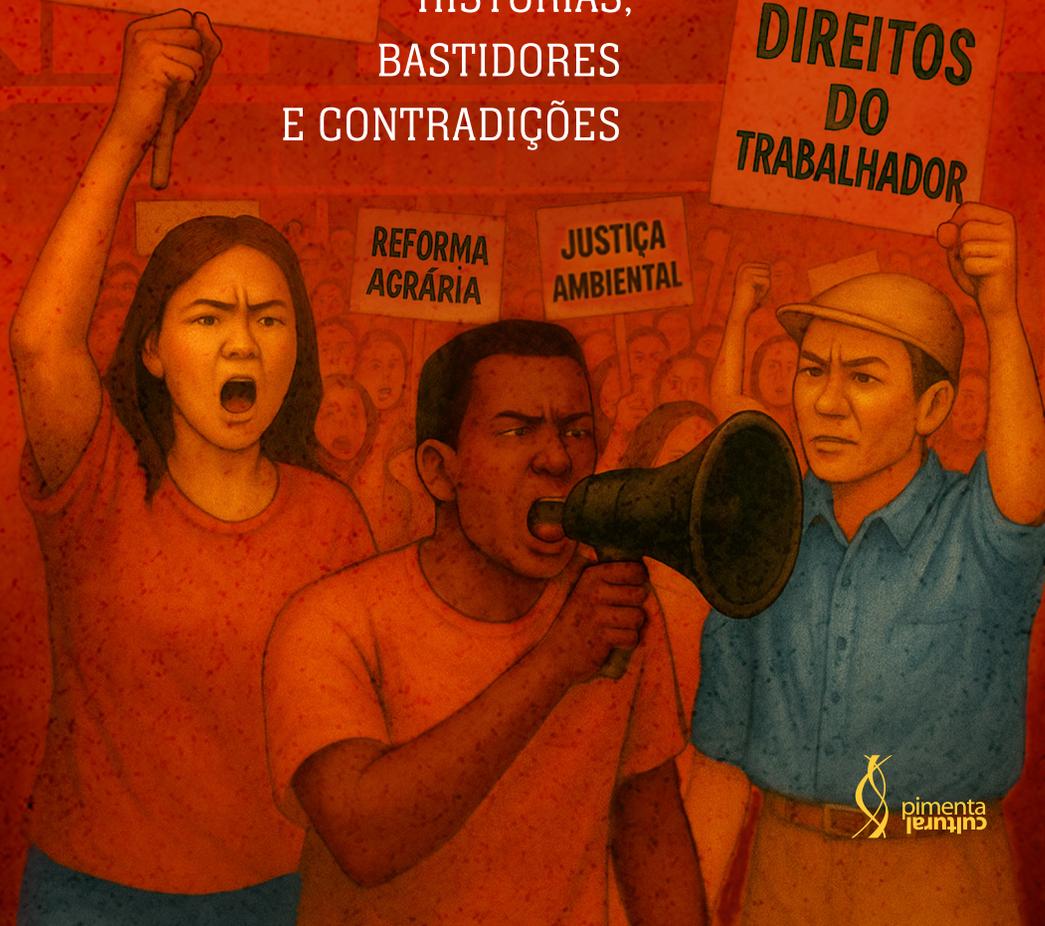
JUSTIÇA
RACIAL

HISTÓRIAS,
BASTIDORES
E CONTRADIÇÕES

DIREITOS
DO
TRABALHADOR

REFORMA
AGRÁRIA

JUSTIÇA
AMBIENTAL



SÉRGIO
BOTTON
BARCELLOS

570 DIAS NO GOVERNO

LULA 3

JUSTIÇA
RACIAL

HISTÓRIAS,
BASTIDORES
E CONTRADIÇÕES

DIREITOS
DO
TRABALHADOR

REFORMA
AGRÁRIA

JUSTIÇA
AMBIENTAL



I SÃO PAULO I 2025 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B242q

Barcellos, Sérgio Botton -
570 dias no governo Lula 3: histórias, bastidores e
contradições / Sérgio Botton Barcellos. – São Paulo:
Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-438-4

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-438-4

1. Governo Lula. 2. Brasília – DF. 3. Assessoria parlamentar.
4. Relações institucionais. 5. Relato de experiência. I. Barcellos,
Sérgio Botton. II. Título.

CDD 321.1

Índice para catálogo sistemático:

I. Relações institucionais - Governo Lula

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autor

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patrícia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patrícia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	alovestt - Freepik.com, AI Generator - ChatGPT
Tipografias	Acumin, Neue Aachen Pro, Obviously
Revisão	Thais Geraldi
Autor	Sérgio Botton Barcellos

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 5

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza

Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal do Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegling

Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves

Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior

Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite

Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos

Domimidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis

Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos

Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiane Borges Leal

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo

Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva

Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento

Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira

Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Introdução	11
"Um ponto de vista, visto de um ponto"	13
Parte 1	16
Como volto/chego a Brasília?	17
Parte 2.....	20
Que governo foi esse que percebi e vivi?	21
Parte 3.....	24
Quando a tecnoburocracia e o cabide de empregos vem e o projeto político eleito pelo povo se vai.....	25
Onde estão os(as) intelectuais orgânicos(as)? Quando o conhecimento acadêmico incomoda ou convém?.....	27
Parte 4.....	31
A fração pequeno-burguesa no/do governo Lula 3	33
Parte 5.....	38
O governo Lula 3 e o "pacto narcísico branco"	39
O Palácio do Planalto e a "Paulicéia Desvairada"	41

**JUSTIÇA
RACIAL**





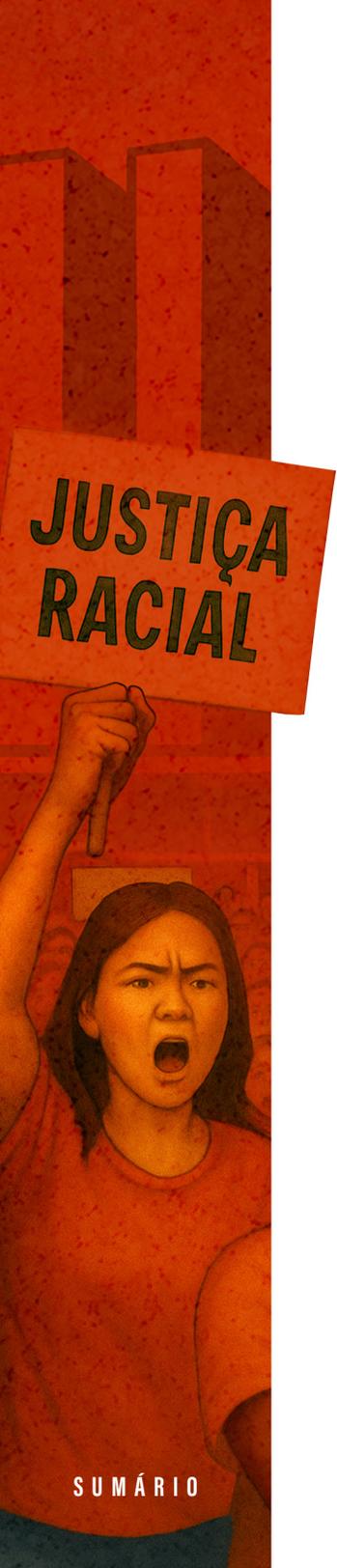
O governo Lula 3 e os seus pactos narcísicos brancos, elitistas e machistas	43
Parte 6.....	46
Como funciona a câmara dos deputados? Quem é quem?.....	48
Parte 7.....	54
Um pouco mais sobre assessoria, articulação e sistema de acompanhamento legislativo.....	55
Entre os conflitos políticos e o desmantelamento do sistema de acompanhamento legislativo.....	57
Parte 8.....	61
A dinâmica política da maioria dos(as) deputados(as) da base do governo Lula 3	62
<i>"É o jogo, né?"</i>	66
Parte final.....	68
Dos motivos para sair e as questões conjunturais.....	72
Considerações finais?.....	75
<i>"Por quem os sinos dobram"?</i>	77
Referências.....	79

INTRODUÇÃO

Esta é uma história de um professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atuo como coordenador do Grupo de Ensino e Pesquisa em Sociologia, Estado e Movimentos Sociais (GEPSEM). De outubro de 2023 a fevereiro de 2025, contribuí com a Presidência da República como assessor da Diretoria de Acompanhamento da Câmara dos Deputados (DACAM/SEPAR/SRI) nos temas de agricultura, pecuária, meio ambiente, desenvolvimento regional, indústria e comércio etc. De 2016 a 2020, trabalhei como professor na área de Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) na FURG. Fiz doutorado (2014) e mestrado (2010) em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

Não esperem rigor e disciplina teórico-metodológica acadêmica deste relato. Na realidade, essas histórias estão mais com cara de texto terapêutico.

Estes relatos fazem parte de uma experiência baseada em mais uma tentativa, mesmo que frustrada, mas sempre esperançosa (Bloch, 2025), de um trabalhador da educação de colaborar com a construção de um governo que se elegeu como progressista, fruto de uma “frente ampla” para retirar do poder um grupo de aspirações fascistas e golpistas. No entanto, com o passar de dois anos e seis meses dessa vivência e a partir das decisões do próprio governo, demonstra-se uma atuação com pouquíssimas políticas progressistas, com perfil de “militância” tecnoburocrática e formação política de esquerda parca, com influência gradual e crescente neoliberal, bem como de austeridade na economia e na política.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are stylized, 3D-looking rectangular blocks of varying heights, also in a reddish-orange hue.

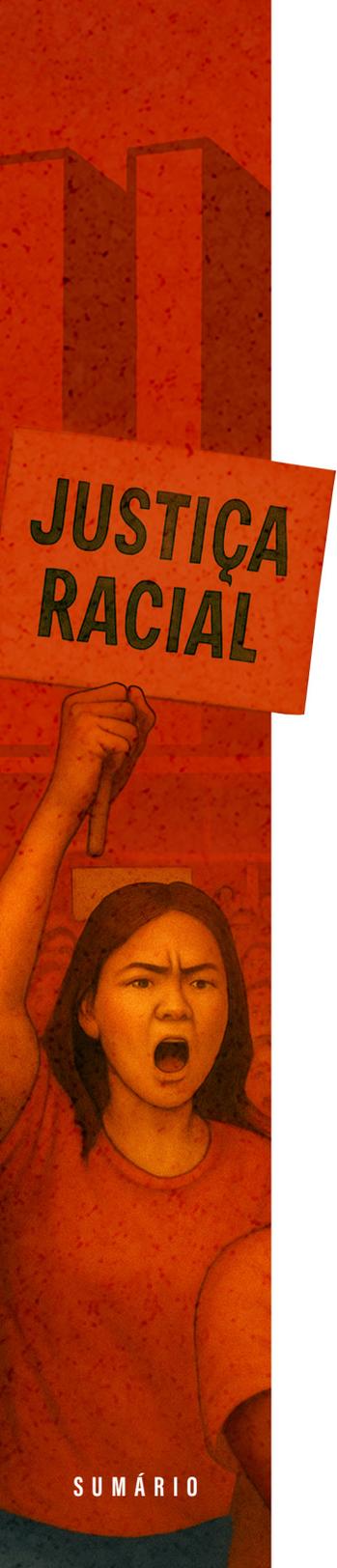
**JUSTIÇA
RACIAL**

Quando me inscrevi nas oportunidades do Sou.gov para atuar no governo Lula 3, como consta na Parte 1 do relato, pensei: *Se for selecionado, de que forma farei isso e a partir de onde?*

Me lembrei de um conteúdo a que tive acesso durante o doutorado no ano de 2011. A obra de Edward. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, dividida em três volumes. Na época, gostei tanto que li, em um mês e pouco, os três volumes. Nesse livro, que considero uma obra de arte além de acadêmica, Thompson reconstruiu a formação da classe operária na Inglaterra no fim do século XVIII e XIX a partir das experiências dos(as) trabalhadores(as), suas lutas, seus modos de vida, suas culturas e suas formas de organização. Ele deu ênfase à experiência vivida, ou seja, à história “vista de baixo”. Para Thompson (2012), a experiência era um conceito que permitia olhar a dialética entre as determinações objetivas e subjetivas da classe. Ele considerava que a classe trabalhadora não nascia “pronta”, dada como resultado das condições econômicas objetivas, mas era fruto de uma longa formação social, política e cultural.

No caso, com as devidas diferenças intelectuais, históricas, sociais, culturais e políticas, por que não pensar a política e o Estado, no caso o governo Lula 3, a partir de um olhar sobre o chão da fábrica, isto é, dos(as) “operários(as) da política”? E, a partir disso, tentar entender por que as coisas estão como estão no Brasil? Com essas perguntas, me inscrevi em vagas com um perfil “chão de fábrica”. E um dia fui selecionado.

Durante 570 dias, estive no governo Lula 3, governo este que atuei para eleger. Cheguei lá em 3 de outubro de 2023 e ocupei um cargo de assessor técnico na Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República. Pude acompanhar disputas entre governo, partidos, Congresso e organizações sociais. Mais do que um trabalho, foi uma travessia política e subjetiva, feita de contradições, silêncios, tensões e algumas vitórias discretas, que contarei a seguir.



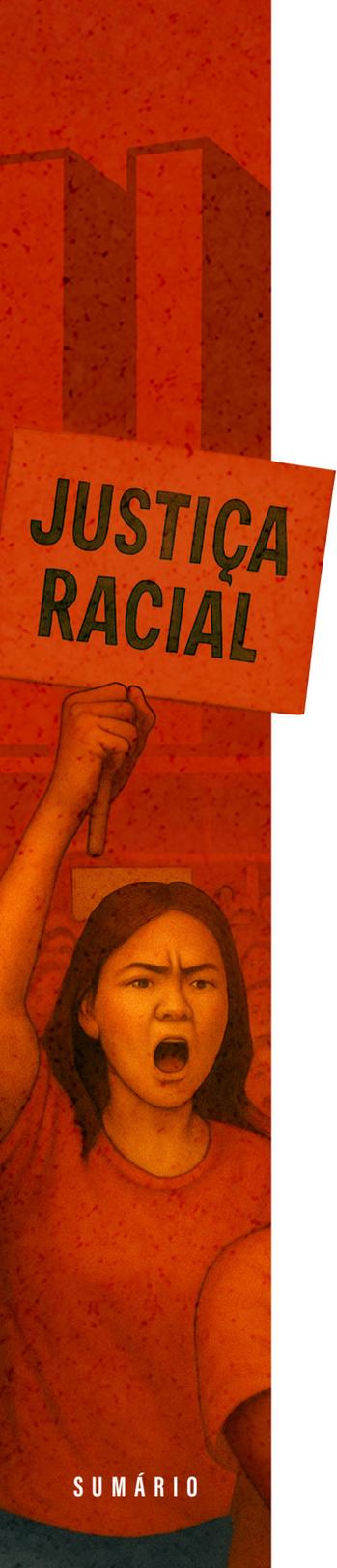
JUSTIÇA
RACIAL

“UM PONTO DE VISTA, VISTO DE UM PONTO”

Neste relato, além de manter um tom descritivo, assumo uma postura mais analítica e o faço a partir de um viés crítico, com o olhar de alguém que se entende como parte da esquerda e que teve acesso e possibilidade de formação política constante em outro tempo. Refiro-me aqui ao início dos anos 2000, período que marcou profundamente a minha trajetória pessoal. Falo como alguém que tem um histórico de participação em movimento comunitário, estudantil e partidário, nos grupos de esquerda dentro de partidos como o PSB (1999–2006) e o PT (2007–2012). Desde então, não estou mais filiado a nenhum partido, mas segui militando por pautas populares e de esquerda.

Minha caminhada política passou pelo Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Brasília (em três momentos distintos) e, mais recentemente, pela Paraíba. Atuei no movimento comunitário em Santa Maria-RS (onde cresci e vivi até os 25 anos) e em diferentes frentes no movimento estudantil universitário e nos movimentos sociais em nível estadual, seja como militante, técnico ou assessor eventual em projetos de extensão universitária. Trabalhei como consultor nos governos Dilma 1 e 2 com a pauta da juventude rural e, mais recentemente, no governo Lula 3. Estive na Europa no início e no meio da década de 2010, onde acompanhei de perto a crise econômica e política, especialmente na Espanha, testemunhando o florescimento de movimentos como o *Occupy* e outras mobilizações de base.

Particpei das grandes manifestações de junho de 2013 em diferentes locais e, de lá, pude ver novas experiências de mobilização social e como estava se formando a onda conservadora protofascista no Brasil, que ganhou mais força a partir de 2018. Também vivi por um tempo no Senegal, no ano de 2014, onde acompanhei, ainda no

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The sign is tilted slightly to the right.

JUSTIÇA
RACIAL

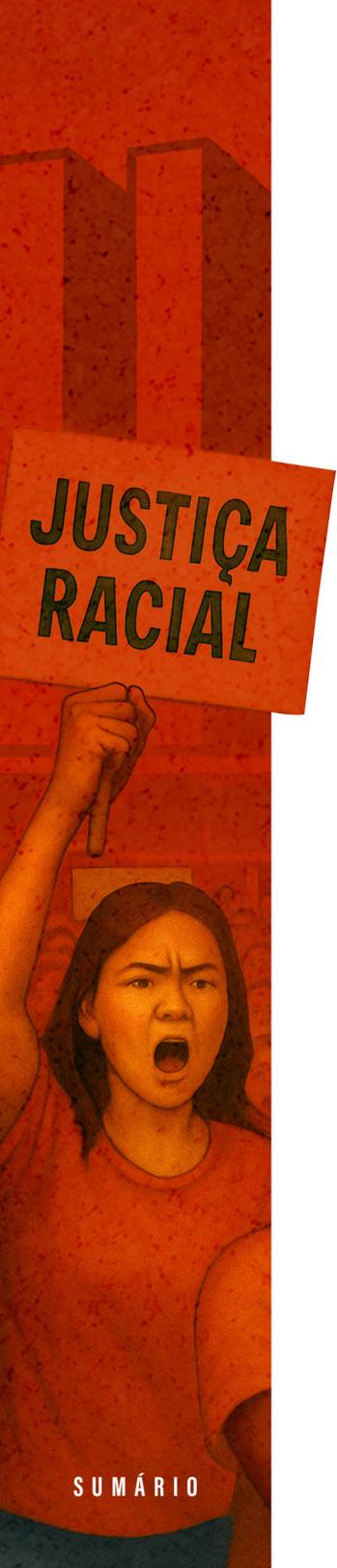
auge da agenda do BRICS, a extensão de projetos do governo brasileiro no continente africano e alguns de seus efeitos. Nesse período, produzi coberturas e escrevi informes para blogs e sites no Brasil, buscando conectar aquelas experiências aos debates políticos que aconteciam no país.

Ou seja, o que escrevi nos relatos dos “570 dias no governo Lula 3” não foi a narrativa de alguém alheio, que “caiu de paraquedas no governo”, nem de um “acadêmico” distanciado do chão da política, tampouco de quem se informa pelos “jornalões” da elite tradicional brasileira ou passa o dia consumindo canais de YouTube que se dizem de esquerda, mas que atuam como verdadeiras correias de transmissão governistas na internet. Enfim, é uma vida, é uma experiência nem melhor, nem menor que outras.

Escrevi esta série de relatos porque acredito que a experiência não deve virar uma lembrança que se perde. Porque o que se viu nesse governo pode ajudar a entender o que ocorre nos bastidores da política institucional, inclusive nos governos eleitos que se dizem de esquerda, fora do período das eleições e do marketing político. Escrevo para tensionar, registrar, expor contradições, mas também para elaborar e tentar compreender por que não superamos tamanha desigualdade social no Brasil. Estes textos nascem tanto de uma necessidade política quanto de um processo pessoal.

Relatos de experiência podem democratizar o discurso ao dizer: “minha vivência também importa, também explica, também denuncia.” Mas só ela não basta, afinal, não acredito que deva ser um exercício narcísico, deve ser coletivo e comunitário. Escrever pode ser um gesto ético e político de ruptura com formas hegemônicas de narrar o mundo. Claro, pode. Nem sempre é.

A autobiografia, como método para elaborar um relato de experiência, também não deixa de ser um processo de autoanálise. Permite revisar trajetórias, reavaliar escolhas, identificar contradições

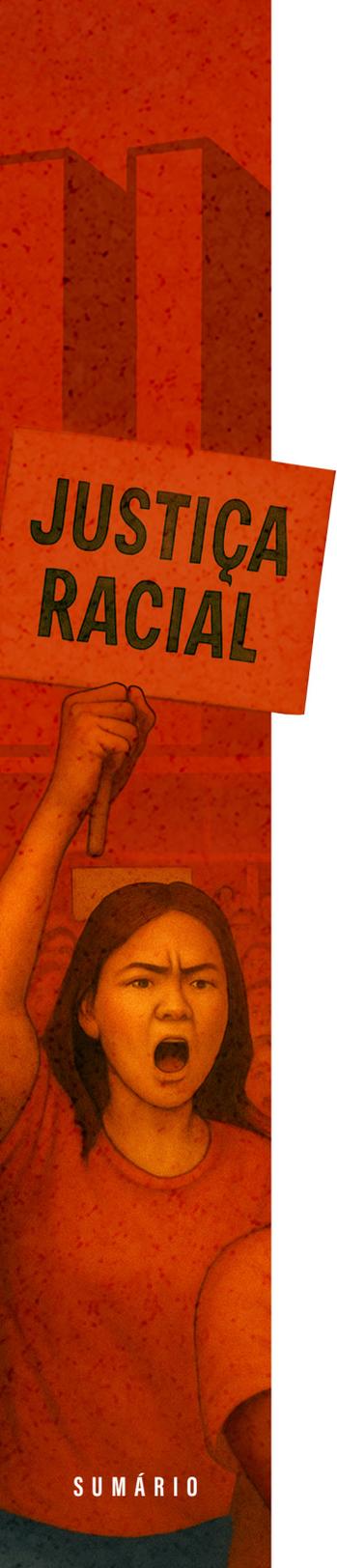
An illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the bottom left corner of the page, the word "SUMÁRIO" is written in white, bold, sans-serif capital letters.

e organizar sentidos. A autobiografia rompe com a ideia de um sujeito asséptico e distante daquilo que pesquisa ou relata. Ela revela que o saber também nasce da experiência vivida, do corpo, da história, do lugar social. Pensei na escrita autobiográfica porque ela permite ligar o pessoal ao político, o íntimo ao histórico. Ou seja, pode ajudar a entender como as estruturas sociais (classe, Estado, burocracia, poder) são construídas e constroem experiências singulares.

Aos incautos que acham que criticar o governo é fazer o jogo da oposição: isso se chama dialética, ok? E não é a hegeliana. Sim, contradições precisam ser expostas. E se não as forem, como mudar? E, aliás, a crítica das contradições é feita pela esquerda.

Acredito também que esses relatos são mais uma contribuição — pequena e singela — para que as relações sociais de produção política no/do governo Lula 3 mudem, ou seja, tenham outra síntese, a partir da identificação, da análise (tese) e da exposição da realidade e de suas contradições (antítese). E elas só podem mudar a partir da realidade do próprio governo junto com a sociedade, pois não poderia ser em outro lugar ou planeta; entretanto, isso também não se faz com ideias vagas e falas cínicas para justificar o não cumprimento do plano de governo eleito em 2022.

Boa leitura!



JUSTIÇA
RACIAL



Parte

1

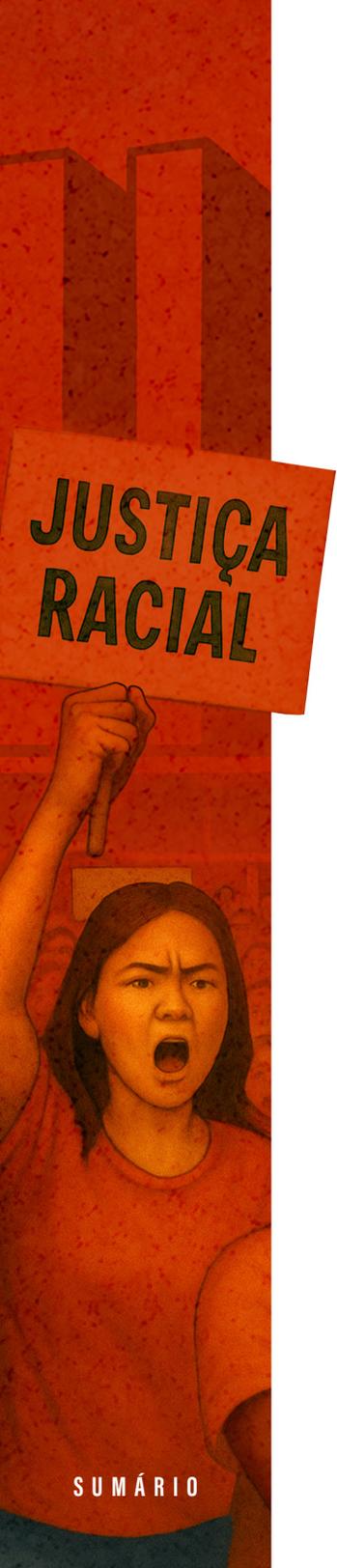
COMO VOLTO/CHEGO A BRASÍLIA?

Tive uma conversa com uma colega e amiga de trabalho, durante o mês de maio de 2023, na Universidade Federal da Paraíba, quando estava na coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Era um momento ainda de reitor interventor na universidade, de espaço de trabalho disfuncional e que, como servidor público, havia conflitos que atrapalhavam o trabalho cotidiano. Estávamos refletindo sobre os fatos, sobre o momento histórico vivido e o governo eleito, mesmo que com um programa político com propostas de esquerda rebaixadas, nele continha promessas e possibilidades que poderiam invocar alguma mudança na realidade brasileira¹.

Cabe considerar que após dois anos de pandemia, ensino remoto e redistribuição da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para a UFPB, havia também um desgaste mental e um anseio de realizar pesquisas de campo, me atualizar para seguir minhas pesquisas e análises sobre políticas públicas, Estado, desenvolvimento e sociologia ambiental.

Minha colega então diz que estão ocorrendo inscrições por meio do Sou.Gov para vagas de trabalho em Brasília-DF. E nisso, considerando o contexto descrito, decido me inscrever para cargos diversos. Dentre tantos, um em especial me chamou atenção, na Secretaria de Relações Institucionais, na parte de assessoria parlamentar. Achei interessante, já tinha alguma experiência, mesmo que breve, na área e havia atuado no Governo Federal entre 2011–2015 como consultor no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) no tema das políticas públicas em juventude rural.

1 Plano de governo Lula/Alckmin 2023–2026. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b1196fd-Proposta%20de%20governo.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.



JUSTIÇA
RACIAL

Faço a inscrição em junho de 2023, esperançoso e motivado, mesmo que sempre crítico à história da construção e à desigualdade social brutal em Brasília². Em julho, recebo uma ligação para realizar uma entrevista por telefone. Após longa espera, ao final de agosto, sou informado pela diretora na época (a quem venho me tornar amigo mais tarde) que seria chamado. Em outubro, mais exatamente no dia 3, me apresento na Diretoria de Acompanhamento da Câmara dos Deputados (DACAM), Secretaria de Relações Institucionais (SRI), na Presidência da República (PR).

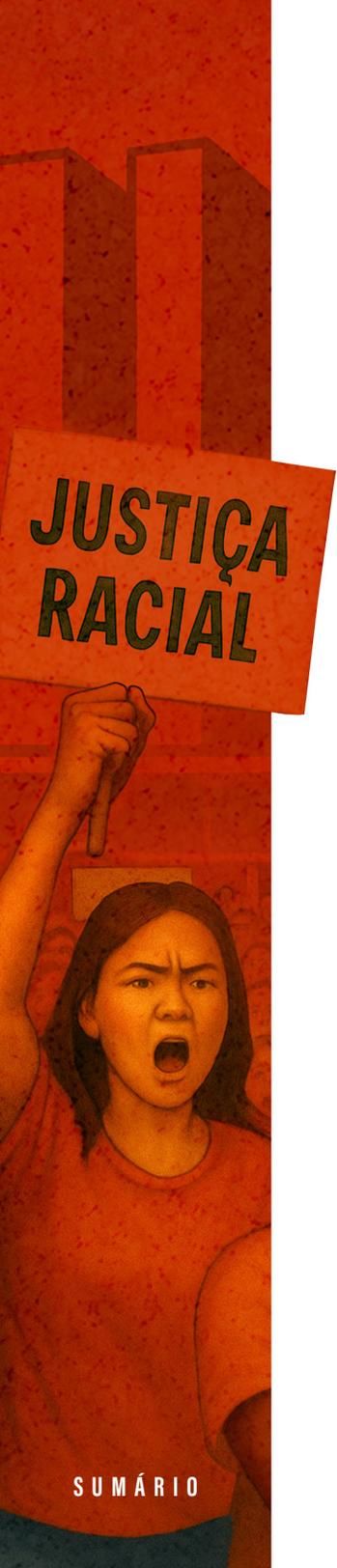
Bom, essa história não tem toda essa linearidade e nem é tão curta assim. Mas, como esse texto e as coisas humanas são vivas, pode ser que em breve eu o amplie (ou não).

O que eu esperava e o que se faz em Brasília?

Antes de ir a Brasília, fui ler o regimento com a normativa do órgão (Brasil, 2023) em que eu iria atuar, lá encontro funções como “assessorar o ministro de Estado chefe na articulação política do Poder Executivo federal”; “auxiliar o ministro de Estado chefe no assessoramento ao presidente da República e na condução do relacionamento do Poder Executivo federal com o Congresso Nacional e os partidos políticos”; e “coordenar a atuação e a interlocução das assessorias parlamentares dos órgãos do Poder Executivo federal”. No entanto, as minhas atividades ficaram restritas a acompanhar o processo legislativo e a tramitação de proposições na Câmara dos Deputados e preencher o Sistema Eletrônico de Acompanhamento Legislativo (e-SIAL)³. Contudo, o que me motivava a aprofundar conhecimentos acompanhando presencialmente a realidade do governo e do Estado brasileiro nesse momento da história era focar

2 Recomendo o documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra* para um entendimento crítico da história de construção de Brasília-DF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDcz3Uw21wl>. Acesso em: 25 nov. 2024.

3 Normalizado pelo Decreto nº 4.596, de 17 fevereiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4596.htm#art7. Acesso em: 12 jun. 2025.



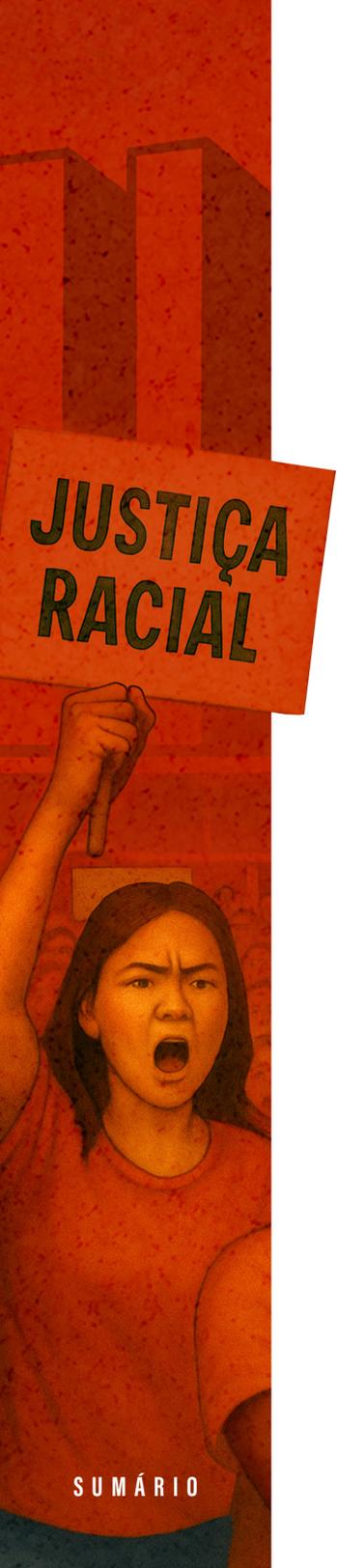
JUSTIÇA
RACIAL

na parte em que “o(a) assessor(a) deverá se organizar para estar presente às sessões das comissões sob sua responsabilidade, devendo ser judicioso na organização de sua agenda, a qual deve equilibrar o trabalho de ‘campo’ (efetivamente estar no Congresso Nacional acompanhando a sessão) e o trabalho de ‘escritório’ (atualização de registros, preparação da pauta, reuniões de coordenação etc.)”.

Então, me dediquei a fazer do limão uma limonada para fugir do que o antropólogo David Graeber define como “empregos de merda” (Graeber, 2020), ou seja, um emprego sem sentido ou propósito que o coloca a desenvolver tarefas que deveriam ser automatizadas, mas que, por razões de burocracia, status ou inércia, não são. Um dos exemplos disso seria a forma atual de preenchimento do e-SIAL, bem como a demanda de tarefas de interesse político individual do diretor e secretário (planilhas, tabelas, quadros), alheios ao trabalho para a sociedade, visando performarem uma suposta competência que nitidamente não tem

A partir disso, minha possibilidade de contribuição e o sentido do trabalho de forma muito restrita permaneceram durante cerca de 570 dias no governo Lula 3. Assim, me ative a pautas e assuntos que poderiam dar algum tipo de retorno social mais amplo a maior parte da população, em temas como agricultura, meio ambiente, defesa de direitos de povos e comunidades, bem como observar e aprender coisas para enriquecer minha formação profissional e acadêmica como professor e pesquisador.

Bom, optei em pôr um ponto-final (ou uma interrogação) na minha participação no governo Lula 3 em abril de 2025, por motivos que vou detalhar mais adiante.



JUSTIÇA
RACIAL

Parte

2

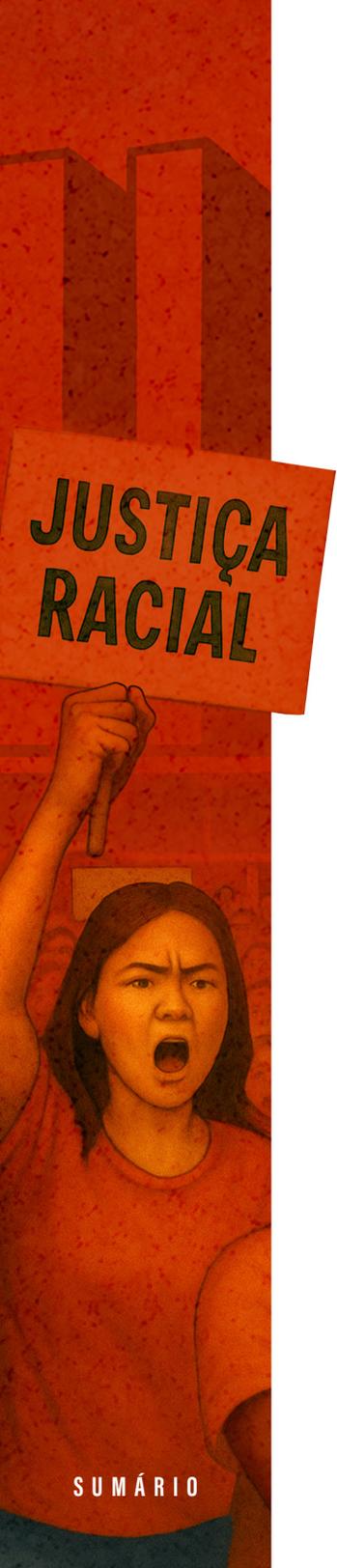
QUE GOVERNO FOI ESSE QUE PERCEBI E VIVI?

Nessa parte, vou relatar com quem eu me relacionava e como percebi essas relações em um contexto de disputa político-institucional e de crescimento do ideário neofascista no Brasil e no mundo capitaneado por forças de extrema-direita (Rocha, 2023).

Na SRI, junto à DACAM, a relação cotidiana é com as assessorias parlamentares de cada ministério e a liderança do governo na Câmara dos Deputados, bem como os órgãos de classe e de organizações de interesse corporativo, indo desde a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), as empresas do setor elétrico e construtivo até as Organizações Não Governamentais (ONGs), como o WWF. Ou seja, eu atuava na assessoria parlamentar de tudo que fosse vinculado às relações com outras instituições dentro e fora do governo, relativo às proposições que tramitavam na Câmara.

No dia a dia, conheci pessoas muito especiais e diria que servidores(as) públicos(as) exemplares, começando pelos(as) colegas que serviam o café e a água. Com eles(as), mantinha diálogos, piadas e comentários cotidianos sobre futebol e causos da vida; com uma simplicidade e uma equipe pequena, serviam todo o anexo I do Palácio do Planalto. Meu muito obrigado a eles(as).

Me relacionava também com outros(as) assessores(as) como eu, com quem compartilhava um sentimento de que valia cada minuto de esforço para que o governo prosperasse e que fizesse valer a pena os impostos pagos pela sociedade (sobretudo para quem ganha até cinco salários mínimos) para manter toda essa estrutura governamental em Brasília (Chieza, 2023). Além da SRI, posso dizer que fiz amigos(as) em assessorias parlamentares ministeriais e na Câmara dos Deputados, junto há alguns gabinetes e na liderança do governo, bem como nas lideranças partidárias, como no PDT e no PT.



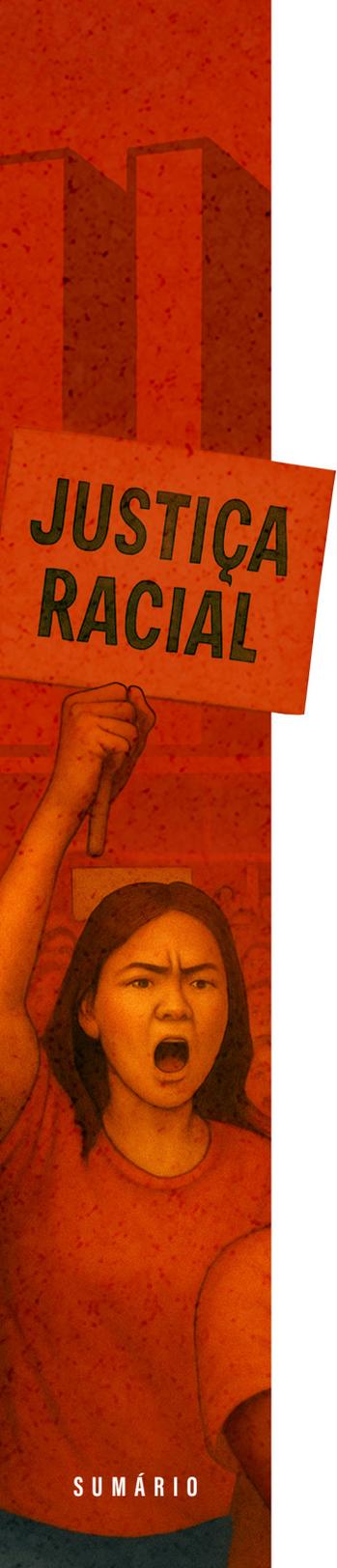
JUSTIÇA
RACIAL

Pessoas que considero valorosas e que tornaram os dias de trabalho mais divertidos, solidários e esperançosos. Desejo que sigam firmes e também lhes agradeço muito.

Voltando à prosa em si, vale versar a respeito da Câmara dos Deputados e de sua composição hegemônica ao longo da história e, atualmente, expressa pelas bancadas formais e informais (Mueller; Nery, 2022). Sei lá se cabe ser repetitivo, mas temos uma eleição muito centrada na figura do líder do Executivo e muitas vezes não há uma votação coerente e que siga alguma lógica partidária ou ideológica na eleição para o Legislativo (Rebello, 2015). Bom, essa é uma das características do nosso esboço de democracia construído a duras penas ao longo da história recente. Ou seja, elegemos, a cada legislatura, um Congresso de característica conservador-moralista, sequestrado por forças financeiras e pela elite econômica no Brasil representados por deputados fisiologistas (Cavanaugh, 2017). Temos que lidar com isso! E é com esse Congresso, nessa correlação de forças, que o Poder Executivo e Judiciário são interpelados, portanto eram nessas condições que tínhamos que trabalhar, o que complicava ainda mais com uma figura como Lira sendo presidente da Câmara (Castilho *et al.*, 2023).

Cabe situar que estamos em um governo eleito em forma de “frente ampla”, nome usado em movimentos semelhantes ao longo da história, como no Brasil em 1966 e no Uruguai em 2005. De fato, essa “frente” derrotou Bolsonaro e as forças de extrema-direita por pouquíssima diferença de votos em 2022; ou seja, teve sua eficiência eleitoral, mas enquanto governo, sua gestão política e administrativa é um tanto questionável.

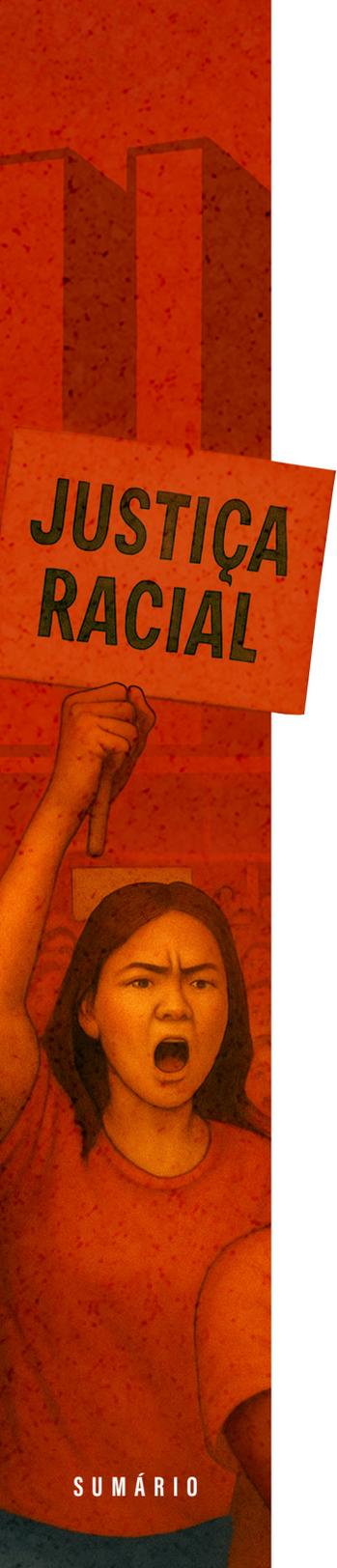
Uma das consequências disso é a composição dos ministérios feita pela repartição de “poder” para que seja possível a famigerada “governabilidade” e a formação da tal “base de governo”, mesmo que movediça. Considero que temos uma realidade bastante adversa e lidamos com ministérios que se comportam como um

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-brown color. The woman's expression is one of intense anger or protest.

governo paralelo dentro do próprio governo. Detalhe, essa situação teve e tem a conivência e a omissão da Casa Civil que, dentre as suas atribuições, carrega a “[...] coordenação e acompanhamento das atividades dos ministérios e da formulação de projetos e de políticas públicas.” Na real, a meu ver, nos casos do governo do PT, a tal “governabilidade” mais tem soado como “vício conciliatório”.

Atuando no governo, me perguntava diariamente: “O que esperar disso se não um clima de diálogo e de comunicação truncada, de cada um querendo fazer o que bem entende e sem uma direção política clara? Que resultado conjecturar disso? E o Sistema de Acompanhamento Legislativo (SIAL) do governo? Qual o motivo da falta de entregas compartilhadas do governo para a sociedade em forma de políticas públicas estruturantes?”

Antes de seguir para a Parte 3 desse relato, em que apresento mais percepções sobre o dia a dia de trabalho, admito que achei interessante a chegada de Sidônio Palmeira na SECOM, sobretudo porque foi um dos poucos ministros que falou da necessidade do governo equilibrar a expectativa, a gestão e a percepção popular, em seu discurso de posse. Pensei: *Olha, alguém falando de gestão!* No momento, não me soou um discurso tecnoburocrático, como de Tebet, ou subalterno e entreguista ao mercado financeiro, como de Haddad. Na época, pensei: *Quem sabe ele consegue sensibilizar o presidente para organizar essa bagunça no governo e articular pelo menos a política de comunicação!*, hoje, entretanto, preciso admitir: nem ele está conseguindo, apesar dos esforços.

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red t-shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner, there are some dark, rectangular shapes that look like stylized buildings or structures.

Parte

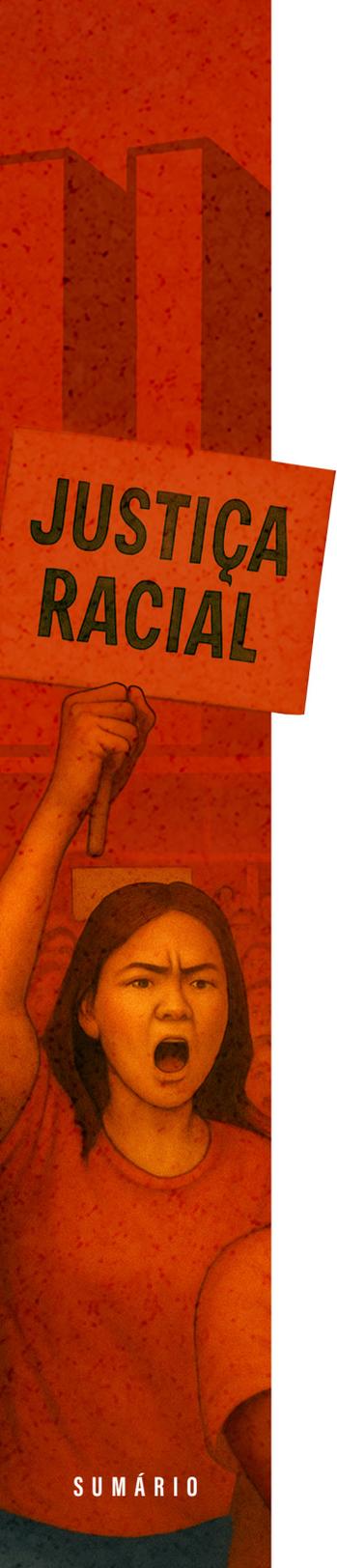
3



QUANDO A TECNOBUROCRACIA E O CABIDE DE EMPREGOS VEM E O PROJETO POLÍTICO ELEITO PELO POVO SE VAI

No dia a dia na SRI, na Presidência da República, havia momentos de intensa agenda de reuniões entre ministérios e, em algumas ocasiões, com mandatos parlamentares na tentativa de articular pautas a duras penas, conciliando interesses que, muitas vezes, pareciam intransponíveis. Em meio a isso, tivemos a consolidação de pautas consideradas positivas e com apelo popular, como o Programa Pé-de-Meia, o Programa Acredita, a Farmácia Popular e a prorrogação da reserva de vagas para negros(as) em concursos públicos. Também houve articulações para aprovação de políticas e pautas importantes, como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, a campanha humanitária Yanomami, entre outras. Muitas dessas articulações foram construídas junto a colegas que não estavam tão comprometidos com o pragmatismo ou com receio de perder o cargo, mas que se empenharam sobremaneira para o êxito dessas iniciativas.

No entanto, em meio a conquistas e à tentativa de uma atuação relativa ao plano de governo eleito, havia e ainda há muitos obstáculos. Um deles, eu diria, é a lógica tecnoburocrática que se configura no Estado brasileiro e a forma como ela se configura nesse governo. Observei, sob meu ponto de vista, que diversos(as) servidores(as) assumiam a crença de que as desigualdades e as contradições sociais se resolveriam por si só — sem ação cotidiana, sem enfrentamento direto e, sobretudo, sem questionamento sobre a própria prática. Para que era feita tal política? O trabalho era realizado para quem?

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The overall style is graphic and expressive.

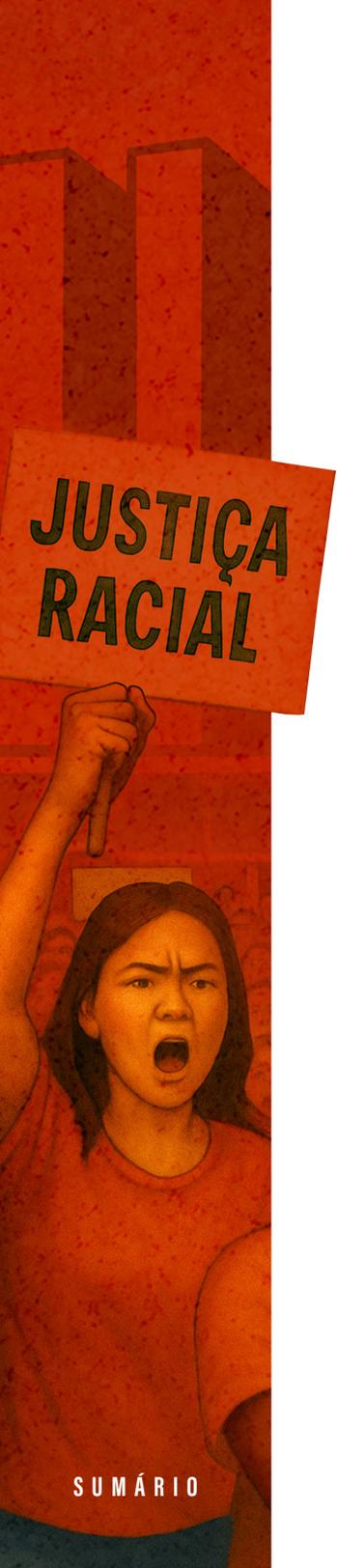
A ampliação do poder político da tecnoburocracia no governo Lula 3 derivava de uma burocratização orientada pela acomodação de indicações pessoais (como a direita também faz), pela performatividade e a criação de rotinas inócuas cujo objetivo era chamar a atenção de chefias ou construir uma narrativa sobre algo que *poderá* ser feito, com vistas à sua superdimensionada divulgação posterior.

Desse modo, considero que o aparato governamental, inclusive o SIAL, onde eu trabalhava, segue cada vez mais burocratizado e distante da compreensão da população, retroalimentando um ciclo político vicioso entre técnicos(as), assessores(as), políticos e governantes, baseado na lógica de se legitimar “pelo que as coisas parecem, não pelo que são”. Esse ciclo se manifestava (e continua se manifestando) em diferentes graus, a depender dos interesses pessoais e corporativos em jogo, bem como das oportunidades de “se dar bem” para que, posteriormente, determinada ação ganhe relevo como instrumento de poder.

Ou seja, essa tecnoburocracia praticada por ocupantes de cargos de confiança e por indicados políticos acabava por se converter em um meio de legitimação para a permanência nos cargos, inclusive independente do governo eleito (Gonçalves, 2025). Aliás, no governo Lula 3, há vários bolsonaristas e eleitores(as) de Bolsonaro ocupando cargos estratégicos, inclusive no Palácio do Planalto.

Também foi possível compreender que outro aspecto derivado dessa performatividade de eficiência no cotidiano político do governo era a fragilidade, salvo exceções, dos laços sociais e da unidade entre as chefias e suas equipes, bem como na relação com o Congresso Nacional.

Isto é, a recusa ao debate, a negação do argumento científico, a crença na experiência pessoal como conhecimento absoluto e a encenação do trabalho — o que talvez explique as poucas entregas do governo — não são exclusividades dos setores de direita

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The overall style is graphic and expressive.

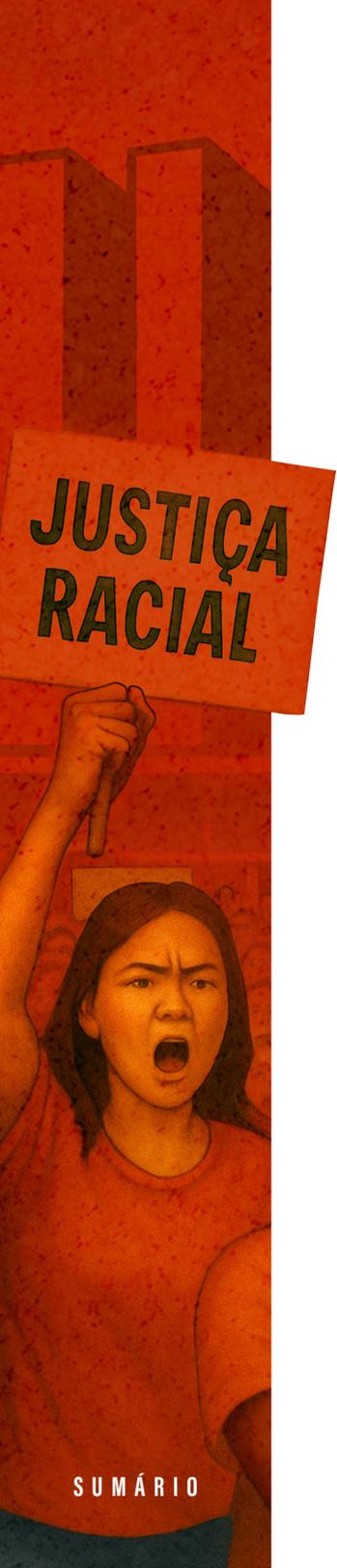
que também integram a estrutura governamental. Em larga medida, esses traços estiveram presentes em setores do próprio campo dito progressista e de esquerda.

Cabe ressaltar que essa tecnoburocracia não é apenas uma técnica de grupos corporativos, é também uma das expressões de classe, raça e *ethos* geopolítico de uma determinada fração da elite econômica e política, que, inclusive, hegemoniza o PT.

ONDE ESTÃO OS(AS) INTELLECTUAIS ORGÂNICOS(AS)? QUANDO O CONHECIMENTO ACADÊMICO INCOMODA OU CONVÉM?

Também posso relatar que em determinados campos do governo eleito como centro-esquerda era perceptível uma versão de anti-intelectualismo que assumia a forma da crença de que qualquer opinião ou informação divergente da linha de comando era imediatamente interpretada como um suposto “apoio à oposição”.

Soma-se a isso a presença de uma vertente anti-intelectual entre alguns quadros de partidos de “esquerda”, que lançavam mão de artifícios retóricos para disfarçar sua falta de preparo para exercer os cargos que ocupavam e ainda ocupam. Por parte dessas figuras, fui advertido algumas vezes com frases como: “Isso aqui não é a universidade” ou “O chefe não quer saber dessas coisas em formato acadêmico”. E detalhe, era apenas um documento formatado nas normas de redação da Presidência da República (Brasil, 2018). Ou seja, era perceptível que havia uma dissonância (Maciel-Baqueiro; Santos, 2023) entre dimensões técnicas e políticas complementares,



JUSTIÇA
RACIAL

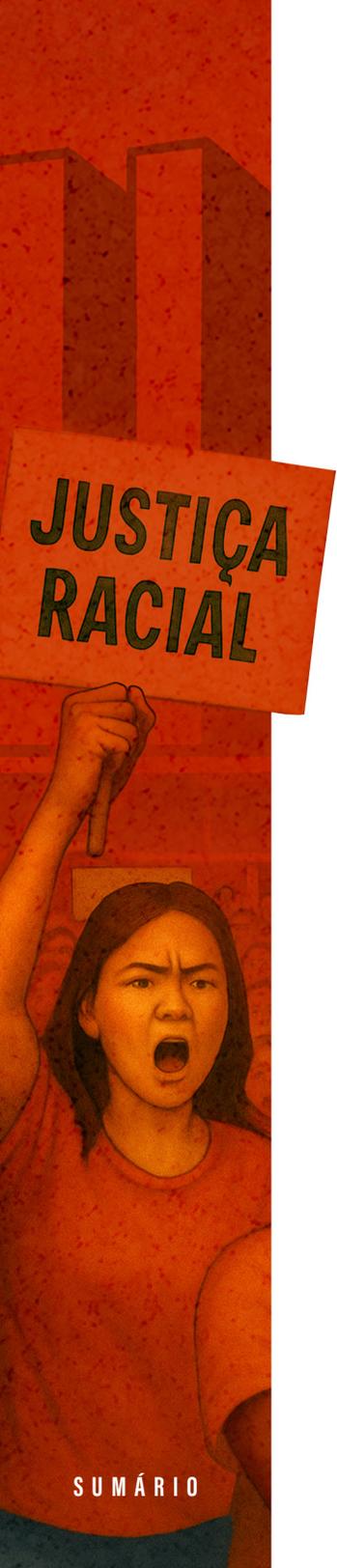
mas que, distintas, tornam necessário ter um conhecimento mínimo em um contexto de gestão pública.

Um exemplo marcante que me vem à memória é o de um secretário que deixou a SRI/SEPAR com a chegada de Gleisi Hoffmann. Em sua despedida do cargo, destacou de forma jocosa a parte de “reencontrar amigos”. Diante disso e de tantos outros episódios, seguia me perguntando: “Estaria eu em um governo atravessado por uma lógica de credo liberal-utilitarista, na qual ‘cada um é o melhor juiz de seus próprios interesses’”? (Miguel, 2020).

A falta de organização e planejamento das ações de governo e da relação entre governo e Congresso, observada e vivida, pode ser compreendida, com o tempo, não apenas como mero acaso ou ausência de acordos para que os trabalhos fluíssem rumo ao cumprimento do plano de governo eleito. Muitas vezes, quando uma chefia era questionada sobre a forma mais apropriada, legal e ética de realizar determinada tarefa, a resposta era: “Aqui é um espaço de política”. Mas que política? A política de quem?

Compreendi, após muita observação, que isso servia como justificativa para a recusa de pactos e acordos coletivos. Isto é, uma forma de legitimar decisões tomadas por pouquíssimas pessoas, a portas fechadas, e naturalizar os mandos, os desmandos e a exibição de uma suposta superioridade e esperteza. Em outras palavras: “Eu faço o que eu quiser” ou, como me foi dito certa vez: “Sérgio, é o game”. Isso me faz lembrar a célebre frase “É a economia, estúpido”, parafraseada aqui como “É a política, estúpido”. Elegemos o governo Lula para isso?

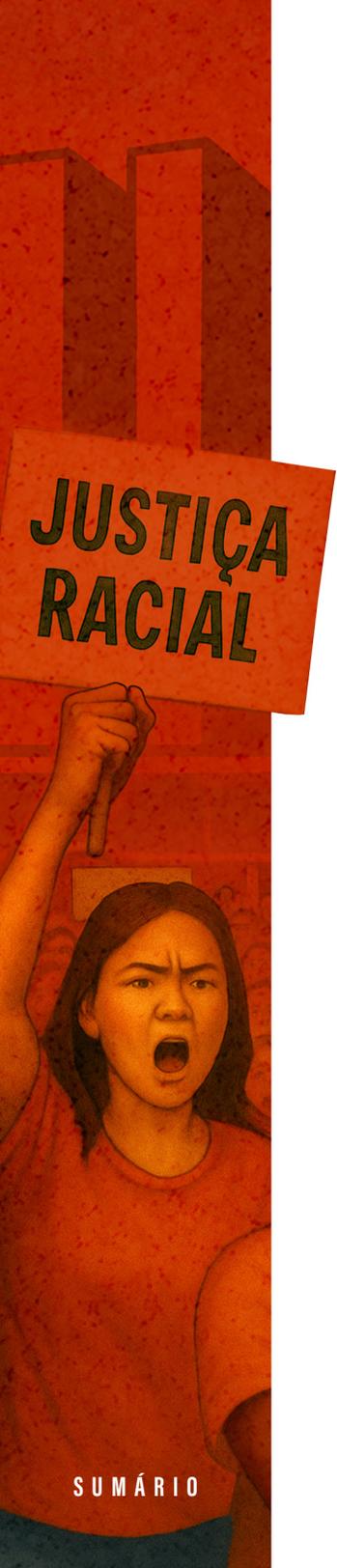
Arrisco dizer que parte desse comportamento se explica pelo fato de que muitos(as) dos que se autodeclararam de esquerda e ocupam cargos estratégicos no governo desconhecem, ou conhecem de forma superficial, os fundamentos históricos da esquerda, como justiça social, ética, equidade, solidariedade, democracia participativa, entre outros. Percebe-se que essas ideias foram deixadas de lado ou preteridas pela postagem fácil nas redes sociais e

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The overall style is graphic and expressive.

pela crença obscura de que o problema do governo seria a comunicação (Monteiro *et al.*, 2020).

Há uma questão paradoxal nesse anti-intelectualismo expresso. Não é que faltassem acadêmicos, pesquisadores(as) e docentes de universidades federais na Esplanada dos Ministérios, tampouco no Palácio do Planalto. Pelo contrário, havia muitos. Mas estavam ali para quê? Para desenvolver conhecimentos junto às políticas públicas? Aplicar seu saber para auxiliar o governo com uma gestão criativa e alinhada a práticas e preceitos consistentes? Pelo visto, não. Estavam, e eu mesmo estava ali, para legitimar o modo de fazer as coisas adotado por quem foi designado ou indicado ao cargo por critérios político-pessoais ou partidários, muitas vezes sem o mínimo preparo técnico e político para ocupá-lo. Diante disso, eu me perguntava: “Onde estão os intelectuais orgânicos na esquerda?” (Silva, 2017). O anti-intelectualismo não é um dos fatores das desmoralizações, das renúncias e das quebras na construção de militância e de uma base de governo consistente? (Hortmann, 2024).

Também era comum observar, tanto na SRI quanto na Câmara dos Deputados, grupos de trabalho que compartilhavam informações de governo, inclusive estratégicas, de forma muito improvisada por WhatsApp. Ao mesmo tempo, via muitos(as) articuladores(as) do governo cuja atuação se resumia a receber e repassar informações como se fossem suas, passando o dia com o dedo no smartphone, postando fotos e jargões para o “lacre” e o “like”. Enfim, “ter a imagem de revolucionário é muito mais satisfatório do que ser um revolucionário de fato” (Barros, 2024). Ou seja, a ausência de diálogo, de escuta, de disposição para repartir os espaços sem insegurança ou receio de perder o cargo, conquistado com indicação pessoal, tinha uma racionalidade própria e sustentava uma determinada forma de fazer política no governo. O que se percebia era que, para muitos(as) que se diziam “governistas”, era mais conveniente parecer que trabalhavam do que, de fato, dedicar-se para a realização do plano de governo eleito.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are several vertical rectangular shapes of varying heights, resembling a bar chart or a set of steps, also in the same reddish-orange color.

**JUSTIÇA
RACIAL**

A cada dia, eu me questionava: “Como agir em um espaço de relações sociais no qual o diálogo é tolhido e cada um prioriza ao máximo seus interesses particulares ou corporativos?”. O que observei foi uma rotina marcada, em grande parte, pelo individualismo (valor exacerbado pelo ideário neoliberal) e por uma espécie de ultrapragmatismo, no qual “só vale fazer algo se for para ganhar”, inclusive por pessoas que se dizem de esquerda. Ou seja, ocorria por parte de muitos uma política de soma zero (Desmith, 2024) e de autossabotagem em diversas partes do Palácio do Planalto e do governo em si. Não é que faltava política, pelo contrário, essa era a política feita. E o que isso tem a ver com esquerda?

Bom, não preciso dizer que esse conjunto de aspectos, somados a outros que relatarei, tem levado, até o momento, o governo Lula 3 a uma articulação política feita aos solavancos e na base da chantagem do Congresso com o governo, sobretudo na Câmara dos Deputados.

Talvez, nesta parte do relato, eu tenha sido ácido e contundente ao tratar das contradições do governo e daqueles que o construíam ou o destruíam. Contudo, não sei se seria possível agir de outra forma, pois: primeiro, este relato é fruto de um texto terapêutico; segundo, há hora e lugar para tudo, inclusive para rir e ser grato. As piadas e manifestações de apreço preferi fazer em bares, shows e com pessoas queridas. E cabe ressaltar: em Brasília, houve esses lugares, lá pude vivenciar isso com pessoas que considero especiais.

Ao mesmo tempo, ao analisar o atual governo, não acredito que estejamos em um momento da história que permita “passar pano” para quem se diz de esquerda ou prometeu políticas sociais substantivas, especialmente diante dos desafios que se avizinham no Brasil e no mundo, tanto para a esquerda quanto para a sociedade em geral.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-brown color. In the upper left corner, there are some dark, rectangular shapes that look like stylized buildings or structures.

**JUSTIÇA
RACIAL**

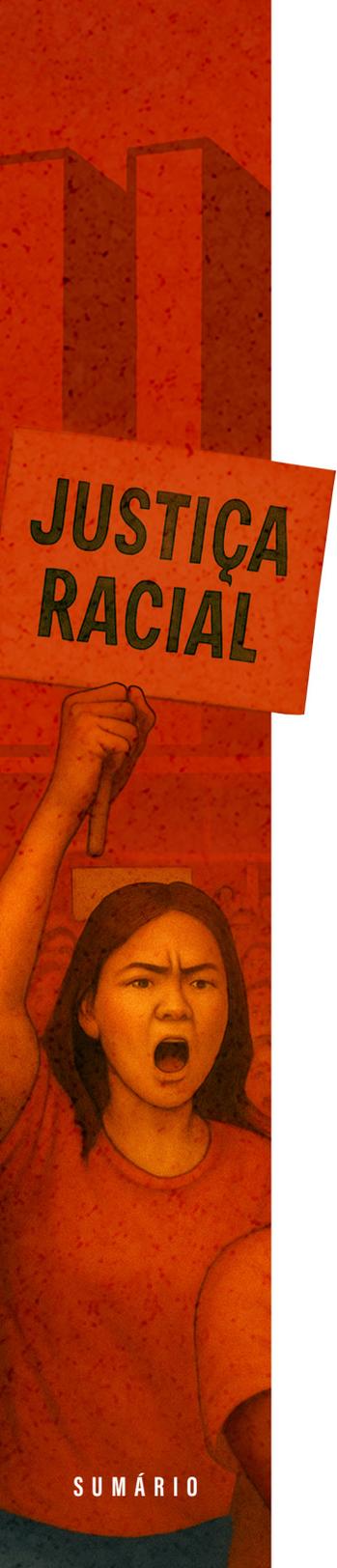
Parte

4

Talvez nesta parte do relato eu precise ser mais analítico ou até sociológico — seja por questões de ofício, seja para sustentar histórica e teoricamente o que descrevi na Parte 3. Isso também serve como forma de não reproduzir aquilo que venho apontando: a superficialidade política e discursiva de muita gente que se auto-proclama de esquerda.

No cotidiano, como já relatei, havia (e ainda há) pessoas que considero maravilhosas tanto na Presidência quanto na Câmara dos Deputados. Pessoas gentis, educadas, dedicadas e dotadas de empatia. Ao mesmo tempo, não era incomum encontrar pessoas que vieram para o governo, inclusive vinculadas ao próprio PT, com rompantes de arrogância, mandos e desmandos, atitudes autoritárias, machismo, misoginia, elitismo e assédio (as quais estão vindo a público). Isto é, condutas que destoam dos princípios da esquerda e da democracia tão propalada e defendida. Elegemos um governo progressista que fez festa de posse como “governo do amor” para o quê, afinal? Caberia individualizar essas atitudes e tratá-las como algo vindo de “pessoas pouco virtuosas”? Seria adequado naturalizar esses comportamentos como algo “padrão” de Brasília e do meio político? Claro que não! Normalizar essas posturas não seria fazer parte do problema, ao invés da solução?

Desde 2016, e sobretudo a partir de 2019, observa-se a consolidação da hegemonia da parcela da burguesia nacional associada ao capital internacional e ao mercado financeiro no Brasil. É com essa fração que o governo Lula 3 hoje se alia, ainda que de forma relativa e contraditória. A burguesia interna, que ocupou a posição hegemônica nos governos anteriores do PT, sofreu derrotas políticas e econômicas, sendo deslocada para uma posição subordinada no interior do atual bloco de poder nacional (Valle; Narciso, 2021). Ou seja, para compreender o processo político do governo Lula 3, considero central a análise de suas disputas e acordos com as diferentes partes da burguesia nacional.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, light-colored sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background is a textured, reddish-orange color with some faint, stylized shapes.

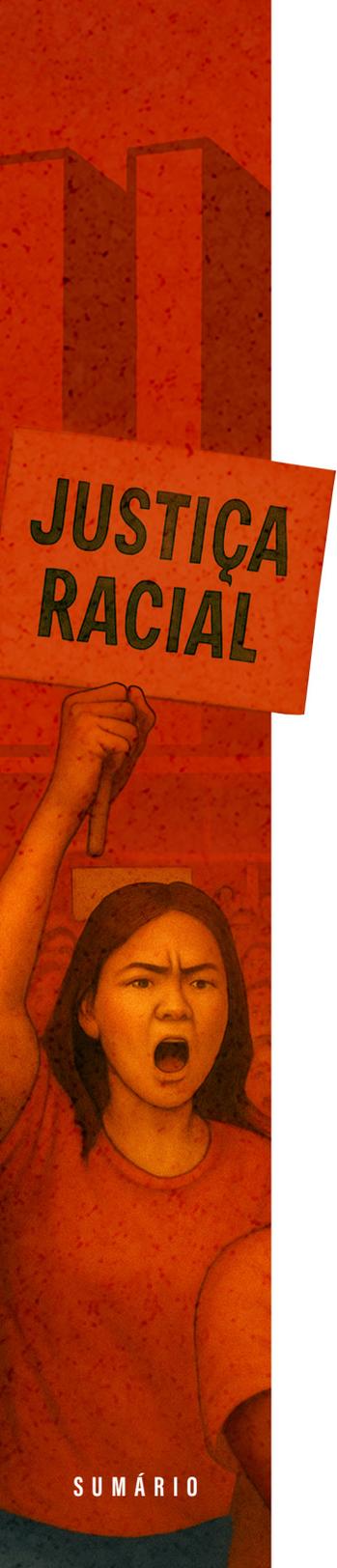
Caracterizam-se, de forma inter-relacionada, como frações da burguesia nacional: (i) a burguesia associada ao capital internacional e ao mercado financeiro; e (ii) a burguesia interna, composta por setores vinculados à mineração, ao agronegócio, à construção civil, à indústria e ao varejo, além de bancos, investidores e famílias com longa trajetória no Brasil, que acumularam grandes fortunas ao longo de séculos.

Em meio a esse bloco de poder (ou em posição subordinada a ele) está a classe média e suas diversas frações. Neste relato, vou me ater a descrever o que denomino de pequena burguesia no/do governo Lula 3, que cumpre, a meu ver, a função de correia de transmissão dessas frações burguesas historicamente constituídas no Brasil.

Afinal, como emerge essa tecnoburocracia elitista no governo Lula 3? E de que maneira suas práticas se configuram como comportamentos de classe e como formas específicas de exercício de poder político? Enfim, tentarei, de forma breve e em tom ensaístico, relatar aquilo que vivenciei.

A FRAÇÃO PEQUENO-BURGUESA NO/DO GOVERNO LULA 3

O que se denomina, na tradição marxista, como pequena burguesia é uma classe intermediária entre o proletariado e a burguesia, composta por profissionais liberais, pequenos empresários, burocratas, funcionários públicos de médio escalão, professores universitários e técnicos especializados. Trata-se de uma classe que historicamente oscila entre projetos de transformação e de conservação da ordem social, marcada por uma posição ambígua: almeja a ascensão social, mas teme o confronto direto com a ordem



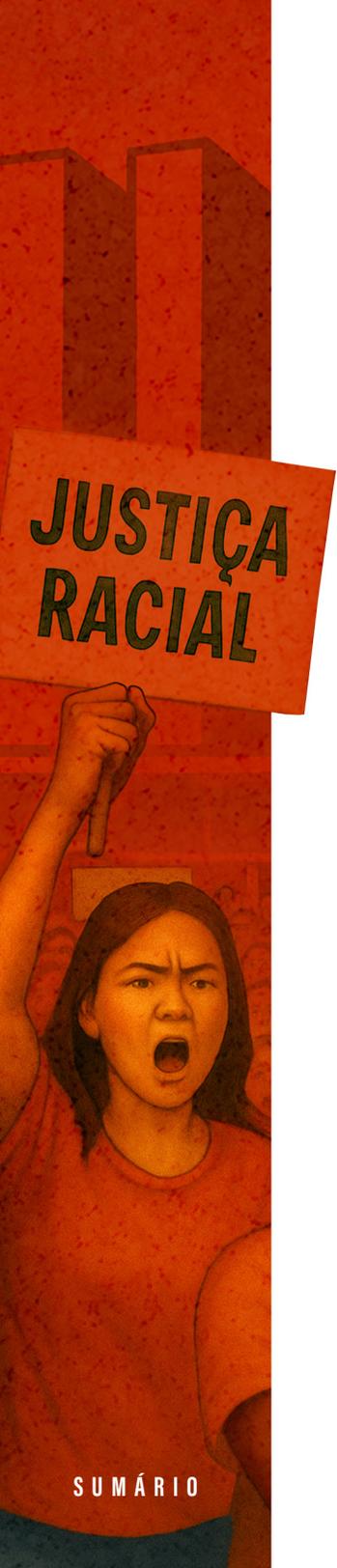
JUSTIÇA
RACIAL

dominante; simpatiza com ideais progressistas ou mesmo com discursos de esquerda, mas adota com frequência posturas conservadoras, pragmáticas, corporativas e adaptativas.

No Brasil, autores como Florestan Fernandes e, mais recentemente, Jessé Souza destacaram o papel estratégico da pequena burguesia como base de sustentação dos projetos modernizadores conservadores ao longo da história nacional, como se verificou tanto na ditadura militar quanto na Nova República. Em muitos casos, trata-se de uma classe marcada por valores meritocráticos, ressentida pela falta de mais privilégios ou medo de os perder, além de aspirar ser a elite econômica e política do país.

A pequena burguesia tende a se apresentar como portadora de valores universais, mas frequentemente o faz em nome de uma dominação simbólica própria⁴. Essa forma de dominação em um campo social é expressa teórica e conceitualmente pelo autor Pierre Bourdieu em seu livro *Poder simbólico*. Segundo Bourdieu, o capital simbólico é uma forma de poder que decorre do reconhecimento social — especialmente quando um agente busca ser visto como legítimo para falar em nome de interesses universais, como igualdade, saúde ou educação. Nesse sentido, a pequena burguesia governamental exerce seu poder reivindicando a autoridade da técnica, da ciência ou da responsabilidade republicana, o que contribui para mascarar suas escolhas políticas e suas posições de classe. Em outras palavras, o governo Lula 3 está eivado de gente que se auto-proclamam de esquerda, mas que agem com base em uma narrativa tecnoburocrática e na lógica da indicação pessoal, como procurei descrever na Parte 3 deste relato.

4 Essas relações existem sob duas formas principais: 1 – relações reificadas como conjuntos de posições objetivas que as pessoas ocupam (instituições ou “campos”) e que, externamente, determinam a percepção e a ação; 2 – depositadas dentro de corpos individuais, na forma de esquemas mentais de percepção e apreciação (cuja articulação compõe o *habitus*), pelos quais nós experimentamos internamente e construímos ativamente o mundo vivido (Bourdieu, 1998).



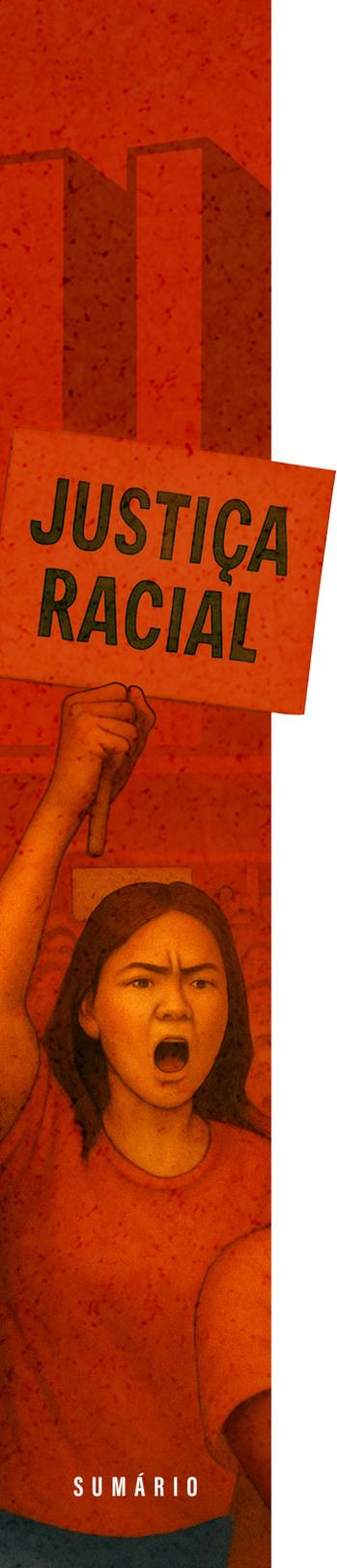
JUSTIÇA
RACIAL

A ambiguidade ou instabilidade política dessa pequena burguesia, seja por identificação aspiracional com os dominantes, seja por vínculos de origem com os dominados, não é apenas conjuntural. Trata-se de um *habitus* político e simbólico que privilegia a ocupação de cargos e a reprodução de status em detrimento de qualquer transformação estrutural efetiva, especialmente no que diz respeito à superação das desigualdades sociais.

Não se refere apenas a um grupo de pessoas interesseiras que cedeu ao ideário utilitarista-liberal. Trata-se, antes, de uma formação política e cultural específica, marcada por uma variedade de ações pré-definidas por um *habitus* de obediência e por uma racionalidade corporativa. Com isso, constitui-se como uma classe real, com capacidade de mobilizar seus membros, expressar demandas específicas e agir no cenário político de forma coesa e estratégica.

A partir dessa lógica, o cotidiano político-administrativo do governo Lula 3 foi e continua sendo hegemonizado por especialistas em representação: sindicalistas, políticos, administradores públicos, especialistas em pesquisas de opinião, jornalistas, intelectuais e indicações pessoais. Esses atores, por meio de uma manipulação constante dos signos de prestígio e de legitimidade, competem não apenas pelas nomeações em cargos de direção, mas também pelos ritos de consagração simbólica no interior do próprio Estado.

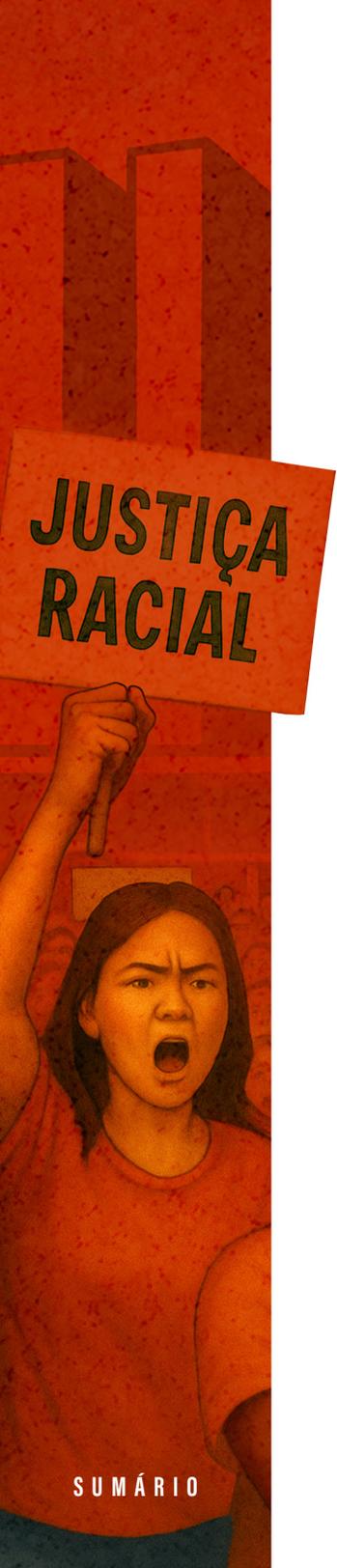
Somado a isso, quando li *A nova razão do mundo*, de Pierre Dardot e Cristian Laval, lá pelos idos de 2017, conheci o termo “governo empresarial”. Esse tipo de governo não é mais uma espécie de árbitro, mas o parceiro do mercado; isto é, a concorrência está posta em todas as dimensões da vida humana, inclusive na subjetividade dos indivíduos. Anos depois, vi essa lógica se engendrando no Estado, por meio dos cursos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e da forma como o Ministério da Fazenda opera políticas de austeridade e ajuste fiscal em todo o governo, por exemplo. Na época em que li essas formulações teóricas, não imaginava

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are several vertical rectangular blocks of varying heights, also in the same reddish-orange color, suggesting a bar chart or a set of steps.

a dimensão concreta que isso poderia assumir no cotidiano e na rotina de trabalho no serviço público, especialmente em um órgão da Presidência da República, sob um governo eleito com a promessa de ser de centro-esquerda ou progressista. Dito isso, é importante ressaltar que essa forma de agir não se impõe por meios coercitivos ou abertamente autoritários, mas por técnicas de gestão e controle que se expressam em discursos, leis, regimentos, sistemas de vigilância e dispositivos de avaliação (Dardot; Laval, 2016).

Diante disso, destaco dois aspectos entre tantos que poderiam ser analisados. O primeiro é o componente de classe: a pequena burguesia que ocupa altos cargos na administração pública, em grande parte, possui uma origem social marcada por certa estabilidade, com trajetórias que, muitas vezes, não exigiram rupturas com barreiras estruturais ou experiências concretas de mobilidade social ascendente. Ser “chefe” aparece, nessas trajetórias, como uma expectativa quase naturalizada — um destino social previamente traçado. A competência, nesses casos, não é o critério de ascensão; o que conta, frequentemente, são as indicações pessoais, as redes familiares e o capital social acumulado, isto é, por redes de compadrio (Lanna, 2009). Ou seja, há muitos quadros do PT que ao longo das experiências em governos ascenderam social e politicamente e que destilam *habitus* pequeno-burguês (Bugiato, 2020).

Essa crítica também é reforçada por Jessé Souza que, em obras como *A elite do atraso* (2017), argumenta que a pequena burguesia brasileira, incluindo setores progressistas e vinculados ao PT, exerce uma função central na manutenção da ordem, ao legitimar valores de distinção moral, meritocracia e disciplinamento dos pobres. Para o autor, a pequena burguesia é a grande intermediária simbólica do modelo de dominação brasileira, pois “reproduz o discurso das classes dominantes com aparência de neutralidade técnica e de superioridade moral” (Souza, 2017, p. 44).

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red t-shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-brown color. In the upper left corner, there are stylized, 3D-looking rectangular blocks in shades of brown and red.

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are stylized, 3D-looking rectangular blocks of varying heights, also in the same reddish-orange color.

**JUSTIÇA
RACIAL**

No governo Lula 3, essa crítica se materializa na predominância de quadros técnico-políticos que, embora se apresentem como entusiastas e comprometidos com políticas sociais, operam a partir de uma racionalidade institucionalista, gerencial e avessa ao conflito. Jessé Souza (2017) destaca que essa elite é capaz de “despolitizar a dominação”, ao tratar a desigualdade não como expressão de relações estruturais de poder, exploração e violência social, mas como um problema técnico ou de gestão. Essa lógica ajuda a compreender por que esse governo, ainda que formalmente eleito com uma plataforma democrática e progressista, não rompe com os setores que representam o “poder do atraso” no Brasil, para usar a formulação de Florestan Fernandes (1976), e tampouco atua de forma decisiva em prol da soberania nacional ou da mitigação efetiva da exploração do trabalho em nossa sociedade.

A disseminação de ideias dominantes em sociedades profundamente desiguais muitas vezes ocorre de forma silenciosa, como resultado da naturalização de hierarquias sociais historicamente construídas. Trata-se da dominação simbólica: um tipo de poder que se impõe não pela força, mas pela aceitação inconsciente das regras do jogo social. Uma vez introjetadas, essas ideias passam a operar como verdades implícitas, não há necessidade de reafirmá-las, pois já se tornaram pensamento, linguagem e comportamento comum (Bourdieu, 1998).

O suposto “dom para a política” ou a “esperteza nata” daqueles que ocupam cargos no governo se sustenta, muitas vezes, na negação ou no esquecimento cuidadosamente construído dos mecanismos de privilégio que sustentam essas crenças. Como lembra Jessé Souza (2017), o segredo da dominação no Brasil está na ocultação da estrutura de classes e na romantização do esforço individual como justificativa para o sucesso. E é aqui que surge mais uma pergunta: então é esse o poder político é exercido cotidianamente no governo Lula 3?

Parte

5

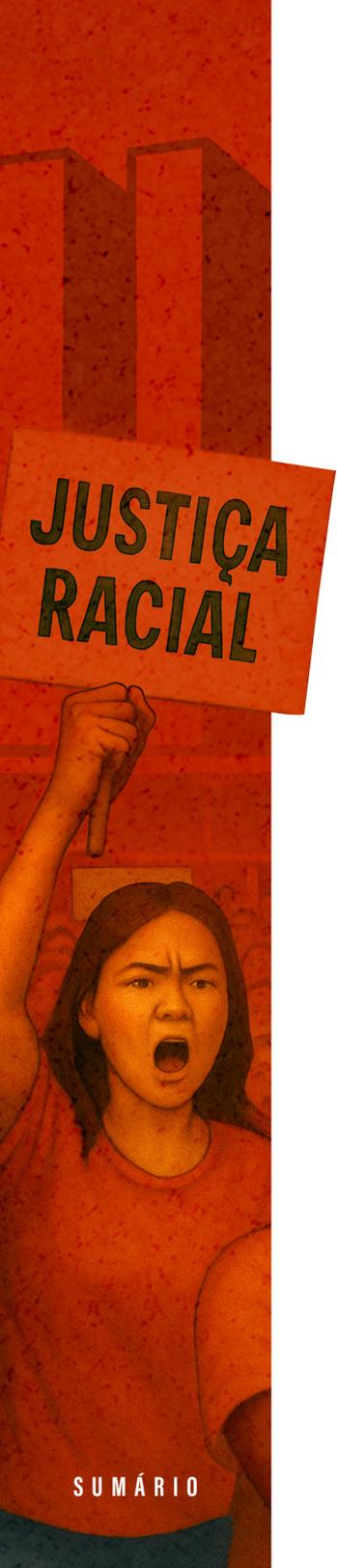


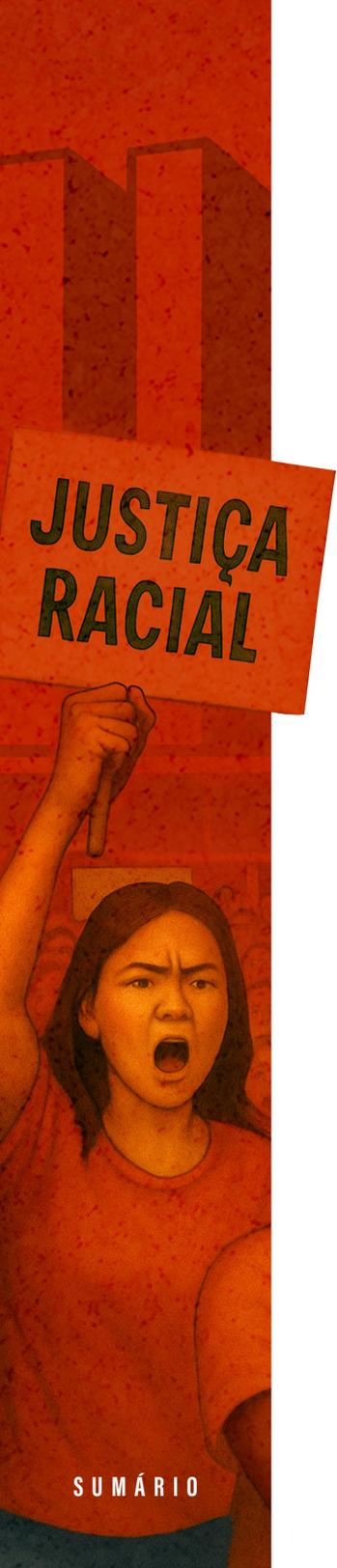
O GOVERNO LULA 3 E O “PACTO NARCÍSICO BRANCO”

Como escrevi ao final da Parte 4, entendo que não é possível compreender a pequena burguesia brasileira, especialmente aquela que ocupa posições estratégicas no Estado, sem discutir, de forma indissociável, o racismo estrutural. Em sua análise clássica sobre o “racismo à brasileira”, especialmente em *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes observou que após a abolição formal da escravidão, o Brasil construiu uma “sociedade de raças”, marcada por uma aparência de igualdade jurídica que, na prática, reproduz os privilégios sociais e raciais da branquitude. Essa falsa igualdade deu origem a uma elite e a uma classe média branca que naturalizam seu lugar de mando, apagando a história de exclusão que sustentou suas posições.

Na obra seminal de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, *Lugar de negro*, de 1982, os autores também já analisavam e denunciavam o caráter estrutural do racismo brasileiro e a forma como a branquitude estatal busca se manter como sujeito político universal, neutralizando e despolitizando as pautas negras e, por que não dizer, também as pautas indígenas. A crítica à “ideologia da democracia racial” evidencia como o Estado brasileiro construiu, desde a República, uma máquina sofisticada de exclusão, que se expressa também na linguagem política e na gestão pública. Essa lógica se manifesta na marginalização institucional dos órgãos voltados à promoção da igualdade racial, frequentemente esvaziados de recursos e autonomia.

Assim, Maria Aparecida Bento (2022) elabora o conceito de “pacto narcísico branco”, que ajuda a compreender essa dinâmica: trata-se de um acordo silencioso, geralmente inconsciente, entre pessoas brancas, sobretudo aquelas em posições de prestígio e decisão, para evitar o enfrentamento real do racismo estrutural,

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red top, shouting with her mouth wide open. She is holding a sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background is a textured, reddish-orange color with some abstract shapes.

An illustration of a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting and holding up a sign that reads "JUSTIÇA RACIAL". The background is a textured orange-red color with some dark shapes. The text "JUSTIÇA RACIAL" is written in large, bold, black capital letters on a white rectangular sign.

**JUSTIÇA
RACIAL**

mantendo os privilégios associados à branquitude sob a aparência de neutralidade e de uma suposta defesa universal dos direitos. Além de perpassar historicamente o funcionalismo público brasileiro, essa lógica do “pacto narcísico branco” se materializa no governo Lula 3 na medida que pessoas brancas, em sua grande maioria, ocupam cargos de direção nos ministérios, autarquias e nas indicações para o Judiciário (Zanlorenssi; Froner, 2024). Isto é, o acesso real a esses cargos exige capital cultural, redes sociais, políticas econômicas e tempo disponível, para além do necessário à sobrevivência — recursos que a maior parte da população brasileira, sobretudo pessoas negras, pobres e mulheres, foi historicamente impedida de acumular, em razão da exclusão sistemática desde a formação da sociedade no século XVI. Mesmo com o avanço de políticas afirmativas no ensino superior e no setor público, como a Lei nº 12.990/2014, o pacto narcísico branco se atualiza na forma como muitas políticas públicas tratam as questões étnico-raciais e de gênero como temas laterais ou meramente simbólicos. Exemplo disso são os ministérios como o da Igualdade Racial (MIR), dos Povos Indígenas (MPI), do Desenvolvimento Agrário (MDA), das Mulheres (MM), e a secretaria voltada à economia solidária (SENAES), que são frequentemente aliados dos núcleos centrais de decisão política e operam com orçamentos reduzidos, em condições de precariedade e subalternidade institucional.

No governo Lula 3, embora haja um discurso progressista e a presença de pessoas pretas em secretarias ou coordenações, essa reparação simbólica ainda é limitada pela lógica estrutural do pacto narcísico branco. Exemplo disso é que, nos corredores da Esplanada dos Ministérios e da Câmara dos Deputados (espaços em que eu circulava cotidianamente), as iniciativas antirracistas enfrentavam boicotes técnicos, resistências internas, deslegitimações ideológicas (“ah, é pauta identitária”) e eram frequentemente tratadas como retórica estético-inclusiva, voltada à propaganda da diversidade, mas sem redistribuição efetiva de poder, orçamento ou voz decisória.

O PALÁCIO DO PLANALTO E A “PAULICÉIA DESVAIRADA”

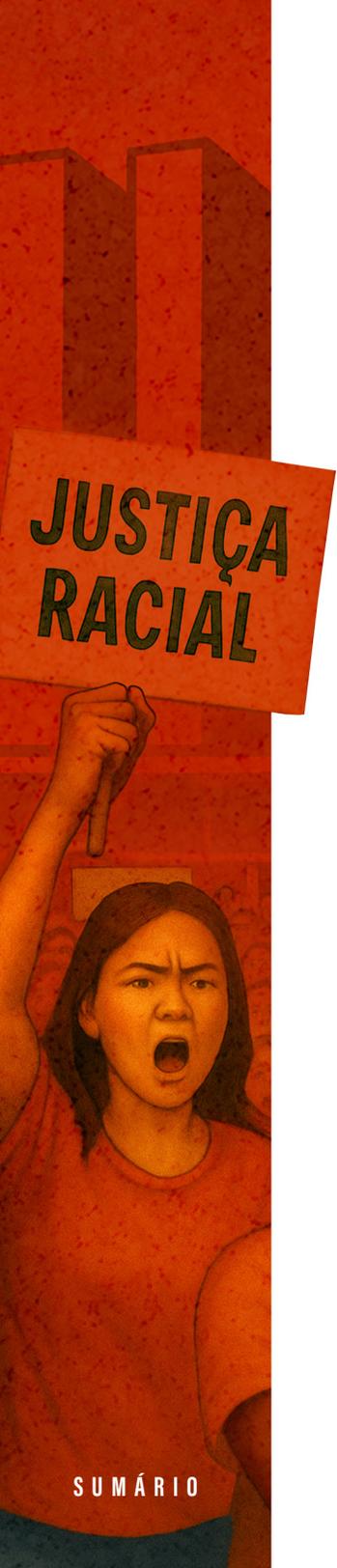
Logo nos primeiros dias de trabalho junto à SRI na Presidência da República, eu me questionava: “Por aqui, tem muita gente de SP⁵ nos cargos estratégicos, não?”, “Mas não foi o Nordeste que garantiu a vitória do Lula nas eleições?”. Com o tempo, depois de muito observar e escutar, fui relacionando isso à história das elites no Brasil, à formação das instituições brasileiras e à própria trajetória do PT.

Ainda segundo Souza (2017), há no Brasil uma pequena burguesia de tipo burocrático- intelectual, muitas vezes oriunda das classes médias altas urbanas do Sudeste, que ocupa posições estratégicas no aparelho de Estado e nas universidades públicas. Essas elites se veem como ilustres e meritocráticas, mas, na prática, reproduzem os interesses simbólicos da elite econômica, ainda que se autodeclarem progressistas.

Não por acaso (e não é algo incomum), o governo está repleto de bacharéis em Direito e de pessoas formadas por universidades paulistas, sobretudo pela USP. Era frequente ver colegas e conterrâneos dessas instituições se reencontrando nos corredores e nas reuniões. A Universidade de Brasília (UnB) também aparecia, em menor grau, mas de forma significativa. Para além da questão de classe, há, ainda, uma dimensão geopolítica da história brasileira que se expressa nessas dinâmicas.

Conforme Souza (2017), universidades do Sudeste, em especial a USP e a FGV, são produtoras de um saber que ele denomina “culturalismo racista e liberal-conservador” — uma forma de conhecimento que naturaliza e perpetua as desigualdades sociais e raciais.

5 Cf. Gabinete de transição de Lula tem maioria de homem, branco, petista e paulista. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/11/20/gabinete-de-transicao-de-lula-tem-maioria-de-homem-branco-petista-e-paulista.htm>. Acesso em: 12 jun. 2025.



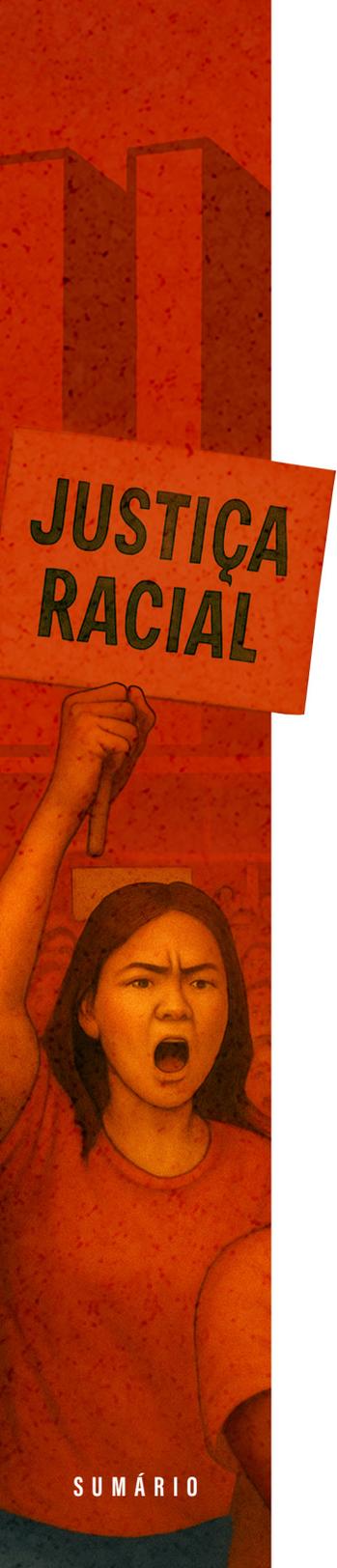
JUSTIÇA
RACIAL

Essa crítica atinge diretamente os quadros que dominam o PT paulista e a formulação de suas políticas públicas, muitas vezes elaboradas a partir destes centros acadêmicos (USP, INSPER e FGV), o que reforça a distância entre a esquerda institucional e os movimentos populares.

É importante frisar que a crítica à “galera de SP” ou à “galera do Sudeste”, como se dizia frequentemente nos corredores do Palácio do Planalto ou da Câmara dos Deputados, não se trata de regionalismo ou bairrismo, é uma questão estrutural e histórica da desigualdade na sociedade brasileira. E essa história está diretamente relacionada à própria trajetória do PT, especialmente a partir do final da década de 1990 (Barros, 2022).

Assim, essa pequena burguesia no/do governo Lula 3, mesmo sustentando um discurso progressista, atua para preservar sua posição de prestígio simbólico e material, sem promover ações que realmente rompam com as desigualdades sociais no Brasil. Isso ajuda a explicar o porquê o governo Lula tem enfrentado dificuldades para cumprir suas promessas redistributivas? Estaria o governo preso a um núcleo técnico-político que teme o conflito social para não abrir mão de seus próprios privilégios? Estaríamos diante de uma espécie de “comodismo de classe”, disfarçado de discurso de “correlação de forças”, que serve, no fundo, para mascarar formas persistentes de dominação? Até que ponto a campanha “Congresso da Mamata! no fundo não é um artifício para agitar a base para as eleições 2026? Enfim, são perguntas que me faço. Lembrando que sem revogar o arcabouço fiscal que o próprio governo se impôs para agradar o mercado financeiro não haverá redução da desigualdade social e nem justiça tributária.

Cabe ressaltar que o privilégio de classe e raça se reproduz cotidianamente, desde a infância, por meio da socialização familiar e escolar. Esse capital cultural paulista, aqui tomado como símbolo de uma elite cultural nacional, não é natural, tampouco fruto exclusivo de

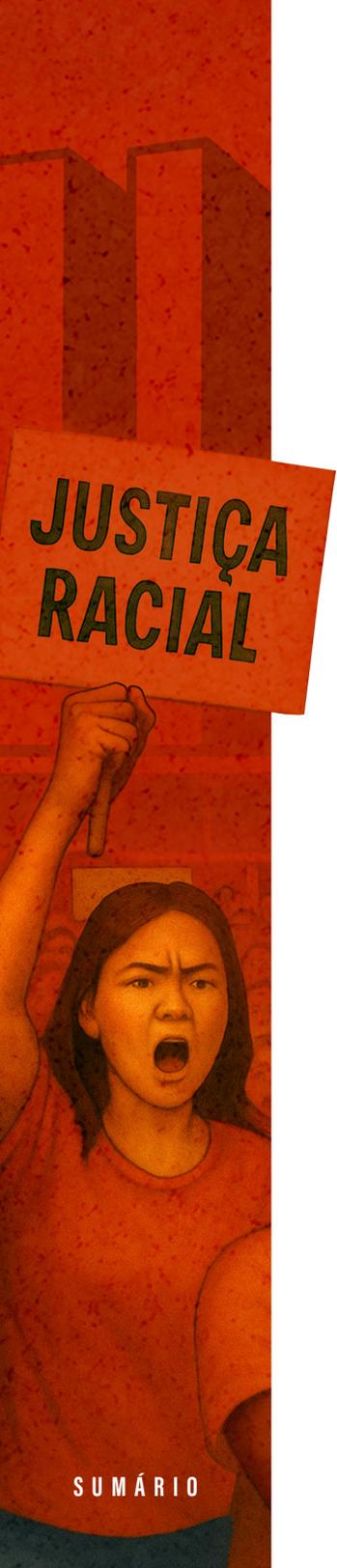
A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner, there are stylized, 3D-looking rectangular blocks in shades of brown and orange, suggesting a cityscape or architectural elements.

mérito ou esforço pessoal. Trata-se do resultado histórico de um projeto educativo de classe, que ensina desde cedo como lidar com as instituições sociais e formais, orientado por uma aspiração política e civilizatória sobre o que deve ser o Brasil. Bourdieu e Passeron (2014) demonstram que essas disposições são inculcadas precocemente, em uma fase da vida em que sequer se tem memória consciente, o que faz com que apareçam como “talento”, “mérito” e “algo natural”. A meu ver essa herança constitui o núcleo ideológico central da fração lulo-petista no governo Lula 3.

Isto é, o poderio e a influência política de São Paulo no Palácio do Planalto, nos ministérios e no Congresso Nacional durante o governo Lula 3 não se tratam de obra do acaso. Claro, não se deve desconsiderar, em suas devidas proporções, a presença e a influência das elites políticas de outras regiões do Brasil.

O GOVERNO LULA 3 E OS SEUS PACTOS NARCÍSICOS BRANCOS, ELITISTAS E MACHISTAS

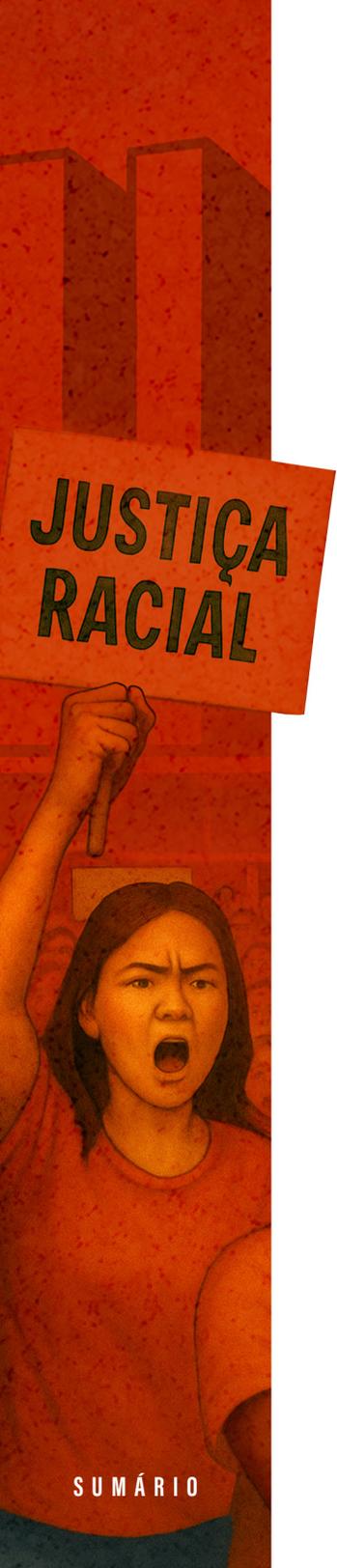
A presença de uma pequena burguesia branca, letrada e masculina nas estruturas do Estado brasileiro não é um fenômeno atual, mas ganha novos contornos no governo Lula 3 (Zanlorenssi; Froner, 2024). Trata-se de um grupo que, muitas vezes identificado com setores progressistas, ocupa cargos estratégicos na administração pública federal por indicação pessoal e se apresenta como tecnicamente competente e comprometido com o interesse público. No entanto, essa hegemonia carrega contradições profundas quando observada pelas lentes das interseções entre classe, raça e gênero.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, light-colored sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The woman's expression is one of intense anger or protest.

No início do governo, considerei (e ainda considero) como louvável a criação, por parte do governo Lula 3, de estruturas ministeriais voltadas à igualdade racial, de gênero e à diversidade, como o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas. Entretanto, a lógica histórica que rege essas pautas dentro da burocracia estatal permanece, em grande medida, inalterada. Ou seja, continua-se a operar com a divisão entre as “políticas centrais” e as “políticas alegóricas”, sendo estas últimas frequentemente deslegitimadas e com baixa execução orçamentária (Inesc, 2025). Essa hierarquização se expressa na baixa alocação orçamentária, na escassa influência sobre decisões estratégicas e na tendência de cooptação dessas agendas por discursos institucionais que celebram a diversidade e a classe trabalhadora, mas sem promover redistribuição real de poder ou de recursos.

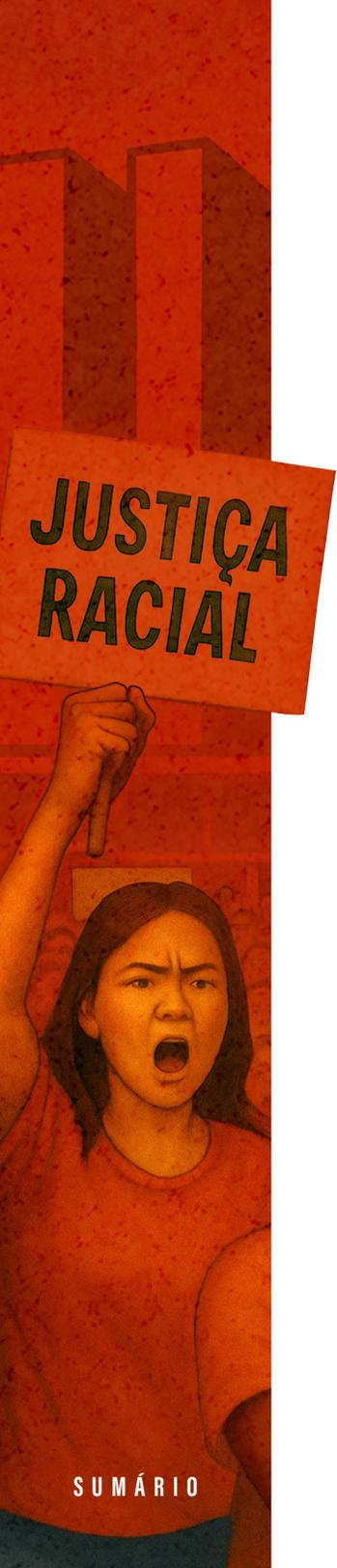
A exemplificação cabal disso é a lógica da política econômica do governo Lula 3, na qual as demandas sociais são moduladas pela disponibilidade de orçamento em si, sem questionar o quanto é distribuído para políticas que beneficiam e enriquecem setores do agronegócio, da mineração, do mercado financeiro e de determinadas redes varejistas.

O mito da neutralidade técnica, somado ao sistema de indicações pessoais e partidárias tal como está posto na gestão pública, tem contribuído para a manutenção das desigualdades sociais e para a “pouca entrega” do governo Lula 3. Como aponta Jessé Souza (2017), a classe média brasileira tende a naturalizar os seus privilégios de origem, ao mesmo tempo em que acusa as políticas redistributivas (ou mesmo o fim da escala de trabalho 6x1) de promover “favores” ou “desigualdades invertidas”. Desse modo, o Estado reproduz um tipo de pacto implícito que protege os lugares de poder das elites brancas e masculinas, ao mesmo tempo em que tolera (e apenas espera) a adesão e a subordinação da pouca diversidade

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The overall style is graphic and expressive.

“aceita” em determinados governos. Do jeito que as coisas estão no governo Lula 3, a presença, ainda que limitada, de mulheres, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais de diferentes regiões do Brasil em cargos de direção, embora significativa (afinal, melhor do que nada), tem sido majoritariamente estético-perfomática. Essa presença funciona de forma preponderante como fachada de inclusão e como pauta instrumentalizada, sobretudo quando se busca apoio em períodos eleitorais.

O desafio deste governo, portanto, vai além de fazer um bom marketing político, de aumentar as entregas governamentais que andam poucas, de melhorar a sua popularidade nas pesquisas de opinião e de fazer mais e mais “ajustes fiscais”. O desafio é enfrentar de forma efetiva as desigualdades interseccionais (aquelas que se dão na relação entre classe, raça e gênero), o que exige reorganizar prioridades, disputar e garantir a integridade do orçamento público, integrar as agendas e as experiências das classes populares nos núcleos de formulação de políticas públicas e combater a lógica elitista profundamente enraizada na máquina estatal brasileira, inclusive no governo Lula 3.

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red t-shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are some dark, rectangular shapes that look like stylized buildings or structures.

**JUSTIÇA
RACIAL**

Parte

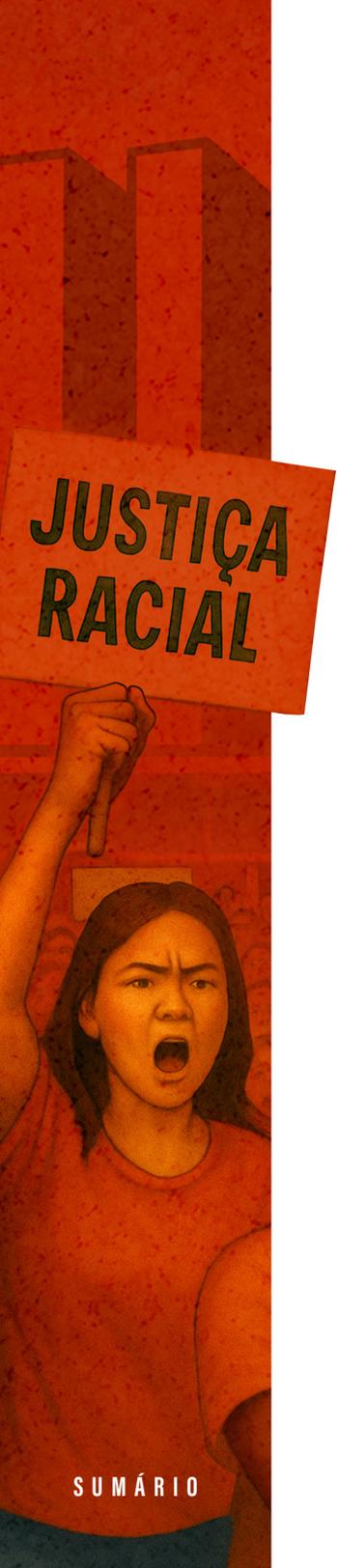
6



Após uma breve jornada pelo *habitus* e, quem sabe, até pelo *ethos* da pequena burguesia no/do governo Lula 3 — narrada nas partes 4 e 5 —, antes de entrar propriamente na Parte 6 deste relato, me pego pensando: *como explicar, de fato, o que foi essa experiência na SRI junto à Câmara dos Deputados? Mais especificamente, o que significa ter vivido o cotidiano da Câmara como parte de um corpo administrativo e técnico, que não legisla, mas vive a política legislativa?*

Estar na SRI/PR foi, de certo modo, habitar dois mundos. Trabalhar no Executivo, mas com um pé (ou às vezes os dois) dentro do Legislativo. Foi circular pelos corredores do Congresso sabendo que minha atuação não apareceria em ata, nem seria televisionada — mas, ainda assim, de alguma forma, influenciava o destino de projetos de lei e outras proposições. Foi política feita no fio da navalha: sem aplausos, sem manchetes e com pouco reconhecimento. Ou seja, tornei-me, ao longo de um ano e cinco meses, um assessor parlamentar do Executivo — ou, como se dizia nos grupos de WhatsApp: um “ASPAR”. Modéstia à parte, acho que aprendi bem esse ofício.

No fundo, o que se entrega nesse tipo de trabalho não é algo mensurável em relatórios, gráficos ou obras de infraestrutura. O “produto” é imaterial. E talvez resida aí uma das artes dessa função: fazer política a partir da construção de relações para alcançar os objetivos do Executivo no Parlamento. Como isso se materializa? Influenciar na aprovação ou na rejeição de uma proposição de interesse do governo; solicitar a um(a) parlamentar a retirada de pauta um projeto nocivo; participar de uma conversa que altera uma estratégia; às vezes, apenas escutar com atenção, em outras, dizer uma frase pertinente no momento devido. Também fazia parte do meu trabalho compilar notas técnicas dos ministérios que serviam de orientação para a liderança do governo e para as lideranças dos partidos da base do governo. No meio de tudo isso, havia a rotina do Executivo antes e depois de cada ida à Câmara: leituras e sistematizações de documentos, reuniões, articulações e agendas.

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red top, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner, there are stylized, 3D-looking rectangular blocks of varying heights, also in shades of orange and red.

Assim, nessa parte, vou contar, sob meu ponto de vista, como foi estar dentro da Câmara dos Deputados, como ela funciona e como era viver sua rotina. Não tem como detalhar todo o processo legislativo, nem fazer uma descrição do conjunto da técnica legislativa em si. Vou narrar de forma prosaica o que observei e vivi no “chão” da Câmara, sob o meu “ponto de vista, visto do meu ponto” a partir das ambiguidades, das tensões, dos aprendizados, dos discursos, dos silêncios, das frustrações, das risadas etc. Isto é, um olhar de quem aprendeu que a política, mais do que teoria e estratégia, é sobretudo (des)confiança, gesto, tempo, escuta, raiva e temperança (e muito mais que isso).

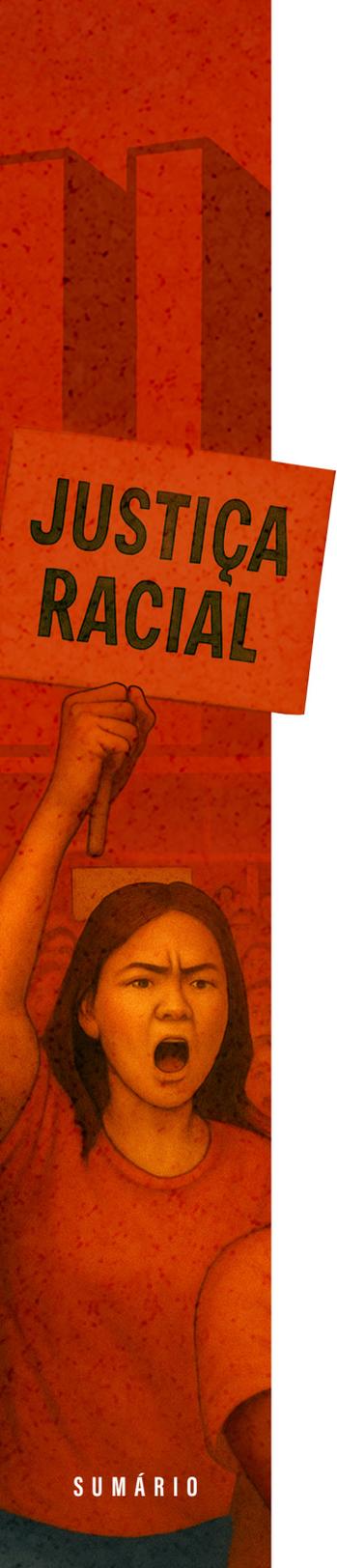
E os bastidores? As fofocas? Calma! Elas vêm na Parte 7.

COMO FUNCIONA A CÂMARA DOS DEPUTADOS? QUEM É QUEM?

A Câmara dos Deputados, com seus 513 deputados federais (que aumentou para 531), representa em partes e de forma contraditória o que é a política do Brasil, mas também é um ambiente de intensa atividade legislativa, política e institucional (Nicolau, 2017). Claro, cabe ponderar a eficiência disso para e com a sociedade.

A Câmara funciona de segunda a sexta-feira, mas as atividades parlamentares se concentram entre terça e quinta-feira, quando há maior quórum e as sessões deliberativas são realizadas no plenário e nas comissões. As segundas e sextas são, em geral, dedicadas a sessões não deliberativas, reuniões internas ou agendas nos estados de origem dos(as) deputados(as).

A Câmara dos Deputados não é feita só de discursos inflamados ao vivo na TV Câmara ou falas que viralizam nas redes sociais.



JUSTIÇA
RACIAL

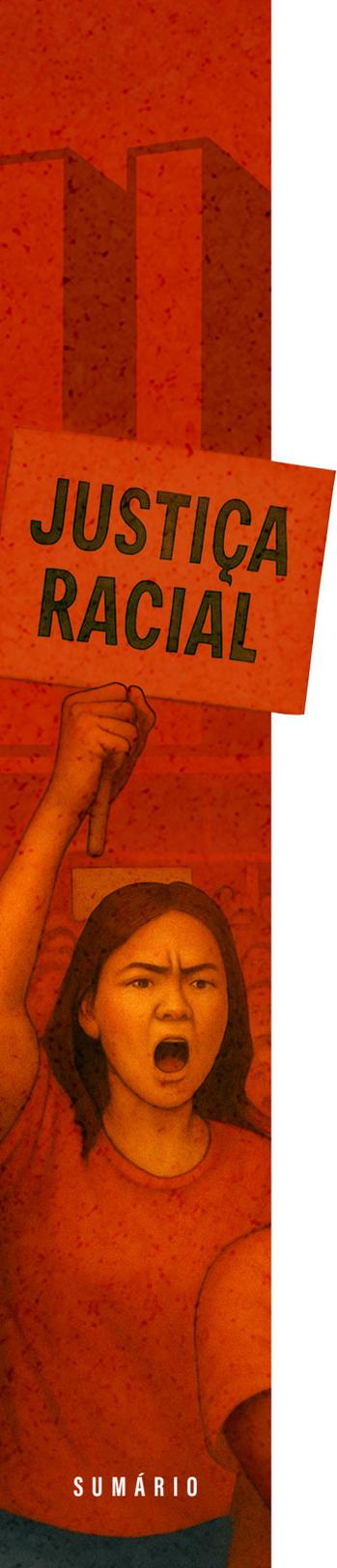
Nos bastidores do Plenário Ulysses Guimarães, há uma coreografia e uma performance de personagens que defendem, discursam ou usurpam de forma teatral o pressuposto da democracia.

Os(as) deputados(as) são os(as) protagonistas, óbvio. Mas não estão sozinhos(as), aliás, pouco estão. De terno, vestidos ou gravatas, dividem seus dias entre o plenário, a formalidade das comissões e as conversas de bastidores que realmente decidem o jogo: as articulações — das pautas, dos interesses públicos ou escusos e dos acertos possíveis.

Com eles(as), há uma equipe de assessores(as) parlamentares em Brasília e outra, em sua grande maioria, nos estados de cada deputado(a). As assessorias são compostas por técnicos de várias profissões e apadrinhados(as) políticos(as) que trabalham nas atividades administrativas e políticas do mandato. São eles(as) que analisam as proposições, redigem os discursos, organizam as agendas e, claro, atendem à base de eleitores(as) e apoiadores(as) que vive longe de Brasília.

Há também, e não menos importantes, os(as) servidores(as) concursados(as) da Câmara. São secretários de gabinetes e comissões, técnicos, taquígrafos, consultores legislativos, tradutores, operadores etc. A Câmara funciona porque eles estão ali, dia após dia, fazendo a engrenagem girar. Muitos(as) conhecem os regimentos, as leis e estão ali ao longo de diferentes legislaturas.

E os(as) cerca de 3700 funcionários(as) terceirizados(as)? Sou grato a eles(as) pelos cafés, pela água, pelas boas prosas e pelas informações que tanto ajudaram diariamente. Circulam por toda a Câmara, desempenhando serviços de limpeza, conservação, vigilância, manutenção predial, apoio à informática, brigada de incêndio, operação de elevadores, copa, recepção, entre outros. Olha, vou dizer uma coisa: eles(as) sabem de bastidores da política que fariam inveja a muito jornalista experiente.



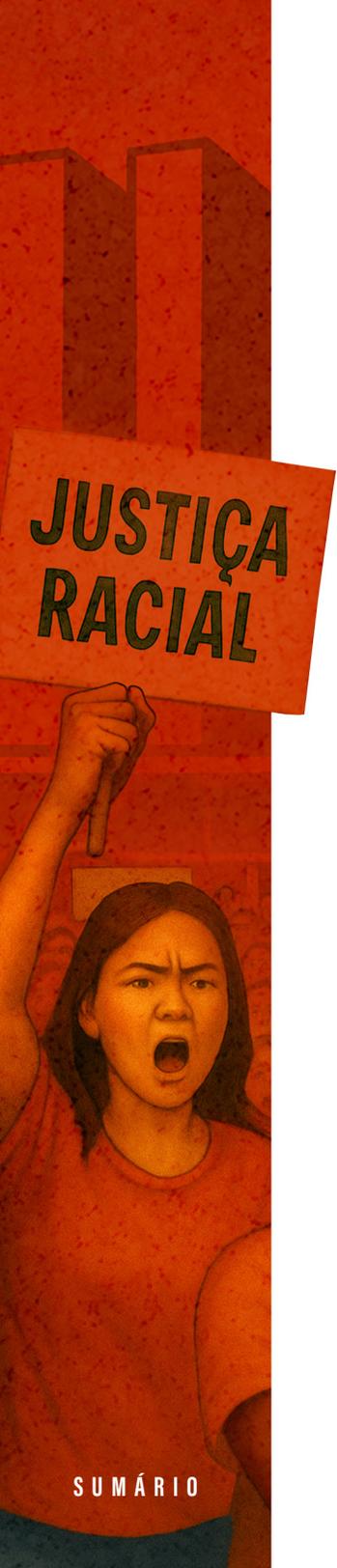
**JUSTIÇA
RACIAL**

Os(as) deputados(as) se agrupam em frentes parlamentares, o que descreverei um pouco mais na Parte 7. Estas geralmente são a união de deputados(as) de diferentes partidos para defesa de interesses em torno de um tema, por exemplo, a agropecuária (Boi), a segurança (Bala), a evangélica (Bíblia), as apostas online (Bets), entre outros. Essas frentes atuam dentro do Congresso pressionando a mesa diretora, costurando acordos, empurram ou freiam projetos conforme os interesses populares, empresariais, regionais, corporativos, oligarcas etc. Digamos que entender e acompanhar a lógica das frentes parlamentares é de suma importância para um(a) assessor(a) político.

As lideranças partidárias, dentre as quais eu mais tinha contato, eram o PT, o PDT e o PSB; elas têm a tarefa de comandar a bancada, negociar tempo de fala, orientar votos e, muitas vezes, pautar e ceder em negociação, em nome da famigerada governabilidade. São as lideranças partidárias que sobem ao púlpito com o papel na mão e dizem: “o partido orienta sim”. Claro, só isso não basta e às vezes não garante a adesão de uma bancada inteira.

A liderança do governo é outra parte disso tudo, digamos que é a que faz o “meio de campo” entre o Executivo e o Legislativo. Ela negocia com quem vota contra, conversa com quem exige, promete a quem espera; quando tudo dava certo (ou quase), dizia que o mérito era seu, quando dava “errado”, a culpa era do Executivo, no caso, da SRI, que tinha (e ainda tem) inúmeros e imensos problemas de gestão e de contradições políticas.

Ressalta-se que, em ambas as lideranças, a figura dos(as) assessores(as) era marcante, seja pela colaboração que eu tinha com determinados(as) assessores(as), seja na elaboração de pareceres técnicos, discursos e assessorias imediatas a deputados(as) nas comissões e no plenário.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The sign is tilted slightly to the right.

**JUSTIÇA
RACIAL**

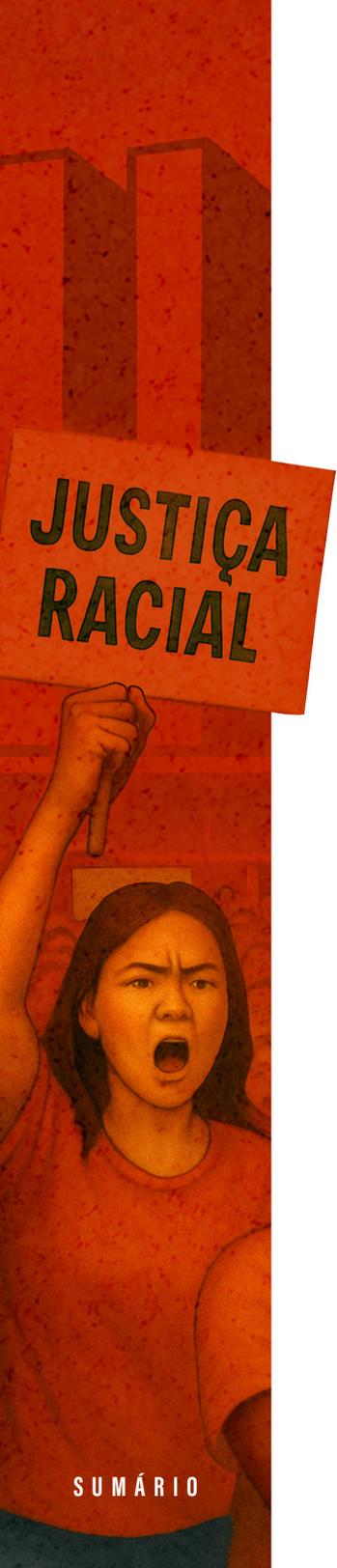
E quanto aos espaços de decisão e debate? O plenário é o palco mais visível do Legislativo, onde ocorrem os debates, as votações e os pronunciamentos que são e podem ser expostos. No entanto, parte das decisões também é gestada nos bastidores das comissões, dos gabinetes e dos corredores. E o meu “chão de fábrica”, como assessor, era nas várias comissões que acompanhei nesse período.

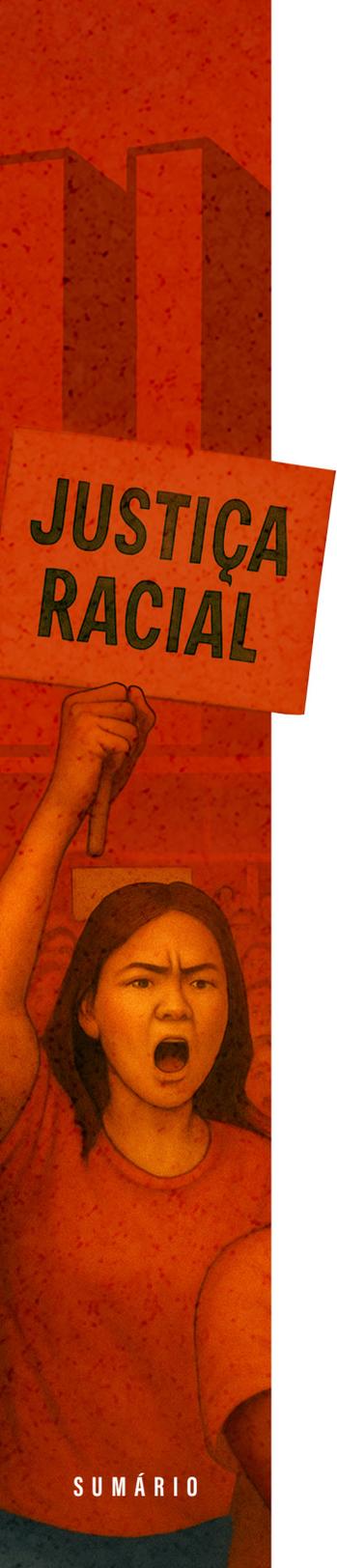
Nas manhãs de terça-feira, enquanto a maioria das pessoas no Brasil afora tenta entender como seu imposto vai subir, servidores(as), funcionários(as), assessores(as) e lobistas já circulavam entre os gabinetes. Eles(as) sabem os nomes, os humores e os interesses de cada parlamentar e trabalham em prol disso.

As comissões permanentes, como de Constituição e Justiça (CCJC), de Agricultura (CAPADR), de Educação (CE), de Meio Ambiente (CMADS), reúnem-se semanalmente para discutir e votar projetos antes que cheguem ao plenário ou a outra comissão na qual a proposição foi designada. Havia também nessas comissões, audiências públicas para, em tese, escutar/debater os temas em questão com a sociedade antes de elaborar e votar uma proposição.

As comissões permanentes são um microcosmo, onde o debate, quando há, acontece nem tão longe do plenário. Na CMADS, era possível que representantes de mineradoras e organizações socioambientais dividissem a mesma sala. Na Comissão de Educação (CE), tentar legislar sobre a educação pública brasileira coabitava com os interesses de grandes grupos educacionais privados (Carvalho, 2024). Enquanto isso, na Comissão de Saúde (CSAUDE), os planos de saúde e as farmacêuticas marcam presença constante.

Uma das comissões que mais acompanhei foi a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), considerada uma das “comissões-problema” para o governo, devido à presença expressiva da oposição e da

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red top, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The woman's expression is one of intense anger or protest. The sign is held high, and the overall scene suggests a moment of public demonstration or activism.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color with some darker, vertical rectangular shapes that look like stylized buildings or structures.

extrema-direita. Além disso, minha afinidade com a temática também contribuiu para esse acompanhamento mais próximo. No dia a dia da comissão, o que mais eu escutava eram as vozes de grandes produtores, ruralistas, representantes do agronegócio e seus aliados pontuais, alguns vestidos de parlamentar, outros com crachás da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Unica, de seguradoras, de empresas de insumos agrícolas e assim por diante. Isto é, na comissão predominava uma maioria barulhenta, composta por muitos bufões que lançavam cinismos, negacionismos e falácias. A pauta ambiental, por exemplo, era frequentemente tratada como um “entrave burocrático”, enquanto os agrotóxicos recebiam o eufemismo de “defensivos”. Já a agricultura familiar e camponesa geralmente ficava em segundo, terceiro ou até quarto plano. A liderança do PT e do governo, por sua vez, articulava (muitas vezes a duras penas) para garantir a presença de pelo menos um(a) deputado(a) da base do governo, com o objetivo de defender pautas importantes, pedir retirada de projetos ou vistas em propostas prejudiciais à agricultura familiar.

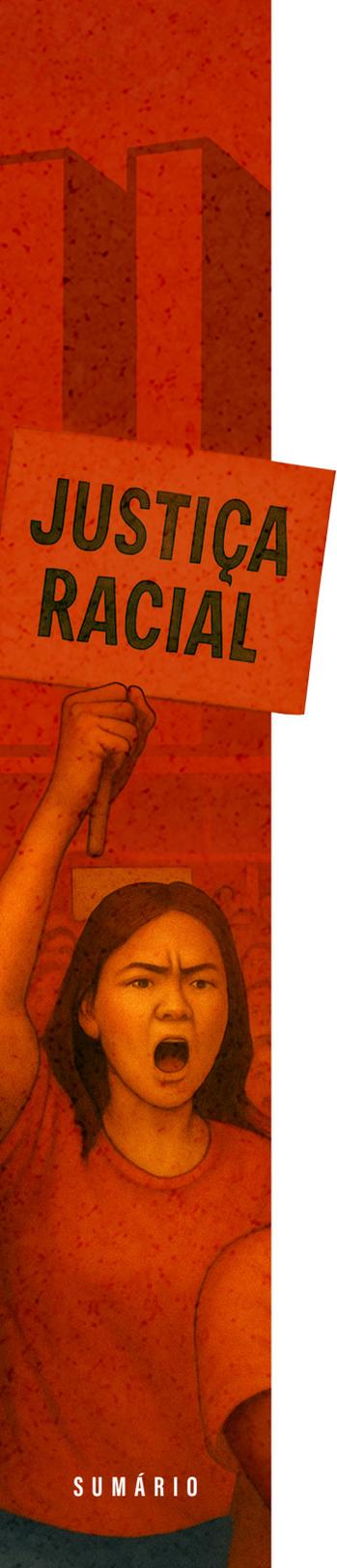
Em algumas situações com pautas polêmicas ou de apelo público, a participação da sociedade civil nas comissões ocorria de forma individual, por meio de organizações e de movimentos sociais, mas a desigualdade brasileira também é eloquente no lobby cotidiano da iniciativa privada nacional e internacional (Oliveira, 2005).

Bom, espero ter passado um pouco da experiência vivida nesses espaços em que se “cozinhava em fogo baixo ou alto” os projetos de lei e demais proposições, alguns prioridades do governo, outros da oposição e dos demais grupos de interesse e de iniciativa popular. Exemplos disso são os chamados “PLs positivos”, como o PL do Reajuste e Carreiras no Serviço Público, o PL dos Bioinsumos, o PL das Cotas, entre outros; e os “PLs bomba”, como a PEC das Praias, o PL da Anistia, o PL do Estupro e o PL do Desmatamento.

Todos esses projetos avançam, alguns com muito barulho, outros de forma mais discreta, pela Câmara dos Deputados, depois seguem ao Senado ou se tornam leis sancionadas pela Presidência da República.

Nos bastidores da Câmara, entre corredores e cafés, se dizia que “articular” é a arte de convencer com argumentos, dados e promessas — no meu caso também era lembrar que a vontade de negociar, no fim das contas, era pensando no interesse público e nos direitos da maioria da sociedade. Nas urgências, aprendi que era preciso ter tato e visão para saber a quem ligar, a quem enviar mensagem, o que oferecer, quando avançar e quando recuar.

Há poucos(as) deputados(as) empenhados(as) e pouquíssimos abnegados(as), que lutam por pautas mais gerais e voltadas para a maioria da sociedade. Nesse jogo político, as regras gerais e as rotinas institucionais importam. Mas há também os detalhes, aqueles que estão na palavra que não foi escrita, nem dita nos sites, na TV ou mesmo dentro da própria Câmara. Acreditem: esses detalhes importam, e muito.

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red t-shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are several vertical rectangular blocks of varying heights, also in the same reddish-orange color, suggesting a cityscape or a set of steps.

**JUSTIÇA
RACIAL**

Parte

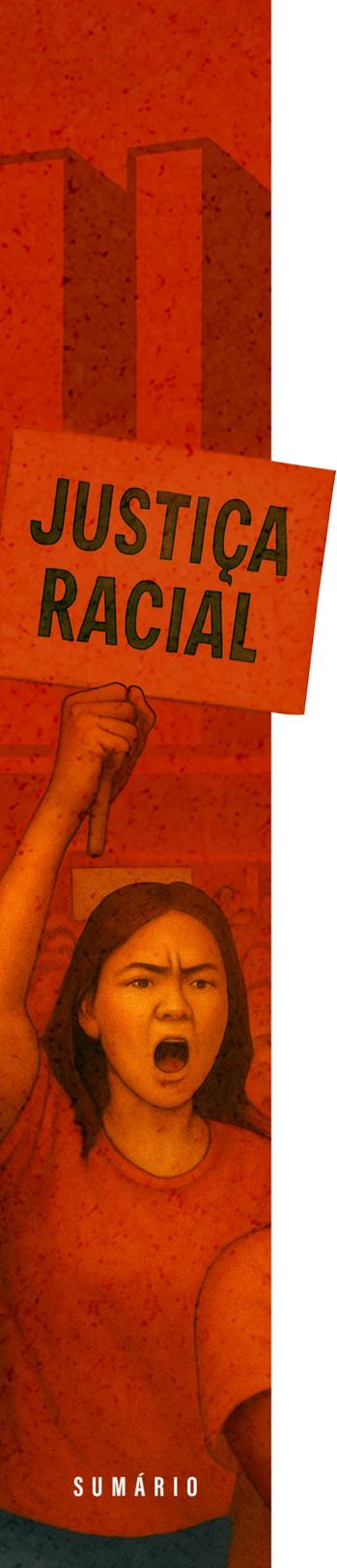
7

UM POUCO MAIS SOBRE ASSESSORIA, ARTICULAÇÃO E SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

O ano começa e, com ele, a dança das cadeiras nas comissões temáticas do Congresso. Os(as) assessores(as), já acostumados(as) ao ritmo da política, monitoram atentamente as indicações partidárias, como quem acompanha um jogo de xadrez em que cada peça pode alterar o rumo de uma votação decisiva. A comissão se instala. E então começa o mapeamento: quem é quem, quem vota com o governo, quem está descontente, quem não fala com ninguém. Apresentar-se ao presidente da comissão, deixar o telefone, abrir os canais e assim começava o ano do(a) assessor(a).

A pauta, sempre viva, exigia olhos atentos e agilidade no WhatsApp sempre que um projeto importante aparecia na ordem do dia. Os grupos de mensagens privadas ferviam: trocas de áudios apressados, mensagens encadeadas: “alguém tem a nota técnica disso?”, “já falaram com o autor(a)? E com o relator(a)?”. A pauta semanal circulava entre figurinhas, prints e áudios rápidos. Mas nada se comparava ao frenesim que tomava conta de todos(as) quando havia risco de convocação de ministro(a).

O conceito de “posição de governo” é central para a atuação da SEPAR na interlocução com o Legislativo, pois orienta a articulação política do Executivo no Congresso Nacional. Essa posição resulta de um processo que consolida os pareceres técnicos dos ministérios, enviados via e-SIAL e analisados por diferentes secretarias da Presidência da República, como a Secretaria de Articulação Governamental (no mérito), a Secretaria de Assessoria Jurídica (no aspecto jurídico) e a SRI (no aspecto político). Em caso de impasse, a decisão final pode ser tomada pelo Gabinete da Presidência da República, considerando, inclusive, vetos ou sanções. Mesmo que



JUSTIÇA
RACIAL

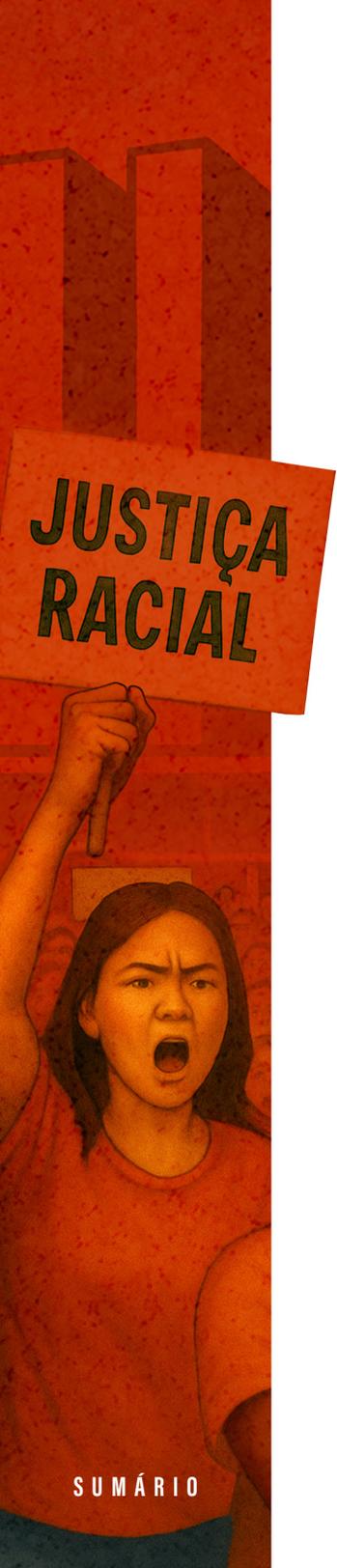
haja divergência com a manifestação técnica de um órgão, a posição final deve refletir os objetivos estratégicos do governo.

Em tese, uma vez definida, a posição de governo deve ser vinculante, não podendo ser ignorada ou contraditada por ministérios ou outros órgãos do Executivo, sob risco de enfraquecer a articulação política e a autoridade da própria presidência.

A reunião semanal com as assessorias parlamentares (ASPARs) ministeriais tornava-se uma espécie de termômetro da semana política. Quando os projetos esquentavam, era hora de convocar reuniões técnicas: SAG, SAJ, Liderança do Governo, ministérios... Ajustar, propor, negociar. E quando era estratégico evitar ou aprovar um PL? Vinha a articulação, a narrativa, o voto contado. E se o cenário fosse desfavorável? Fazer o que era possível.

Muitas vezes, porém, não era bem assim. A articulação política era centrada no entendimento entre ASPARs ministeriais (muitas vezes de forma precária e aloprada), liderança do governo e lideranças partidárias, com manobras frequentemente desconectadas do plano de governo eleito em 2022.

E a Casa Civil? Sumia e reaparecia quando era conveniente. E a SRI? Na minha percepção, era preponderantemente um QG dos interesses políticos e conluíus do ministro e sua equipe, além de servir para a liberação de emendas parlamentares. Com a chegada da ministra Gleisi, foi possível perceber uma tentativa de reorganização e articulação política. Mas, ficou só no discurso e na reelaboração de um decreto para reacomodar cargos e espaços. Prosseguiu a permanência de diretores incompetentes (em especial o da DACAM) por indicação pessoal e bajulação, amadorismos diante dos desafios político e gerenciais do governo; além disso, politicamente, está muito voltada à eleição de 2026 e ao pagamento de emendas.



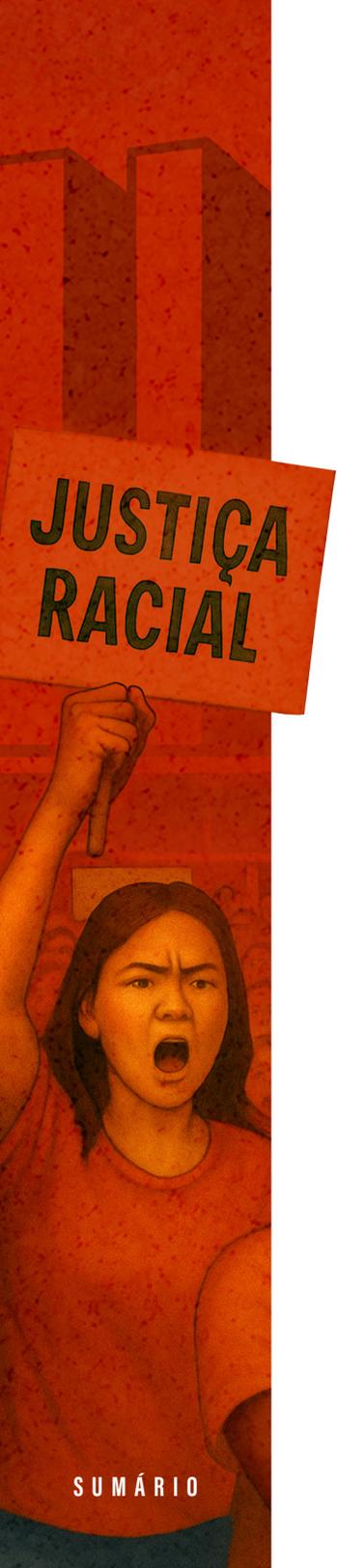
JUSTIÇA
RACIAL

Mas esse é o Sistema de Acompanhamento Legislativo do Executivo? Aparentemente, sim. E, aliás, para lembrar, especialmente aos que estão no governo e ainda confundem: SIAL é uma coisa, e-SIAL é outra. Não é intriga, é fato! Apesar de o e-SIAL (sistema eletrônico) compor o SIAL (sistema burocrático-político), eles são coisas distintas.

ENTRE OS CONFLITOS POLÍTICOS E O DESMANTELAMENTO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

Muito da fragilidade e das inconsistências que ocorreram, e ainda vêm ocorrendo, no governo Lula 3, no que diz respeito à articulação e à relação com o Legislativo, se deve, por óbvio, à correlação de forças, que não é favorável à construção e à manutenção de uma base sólida na Câmara dos Deputados. A composição do Legislativo é marcada por interesses fragmentados entre frações da extrema-direita, da direita, do centrão (eufemismo recriado ainda no governo Dilma para não dizer direita), de setores progressistas (centro-direita e centro-esquerda) e da esquerda propriamente dita. Como já mencionei em outras partes deste relato, trata-se do resultado de uma lógica eleitoral histórica e pouco coerente com a chapa eleita para o Executivo federal.

No entanto, os problemas de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo neste governo não se resumem a fatores externos. Há também questões internas ao próprio governo Lula 3 que, mesmo diante de uma correlação de forças desfavorável e de uma conjuntura política adversa, poderiam (e ainda podem) ser conduzidas de forma mais estruturada, coerente, organizada e com trabalho efetivo.



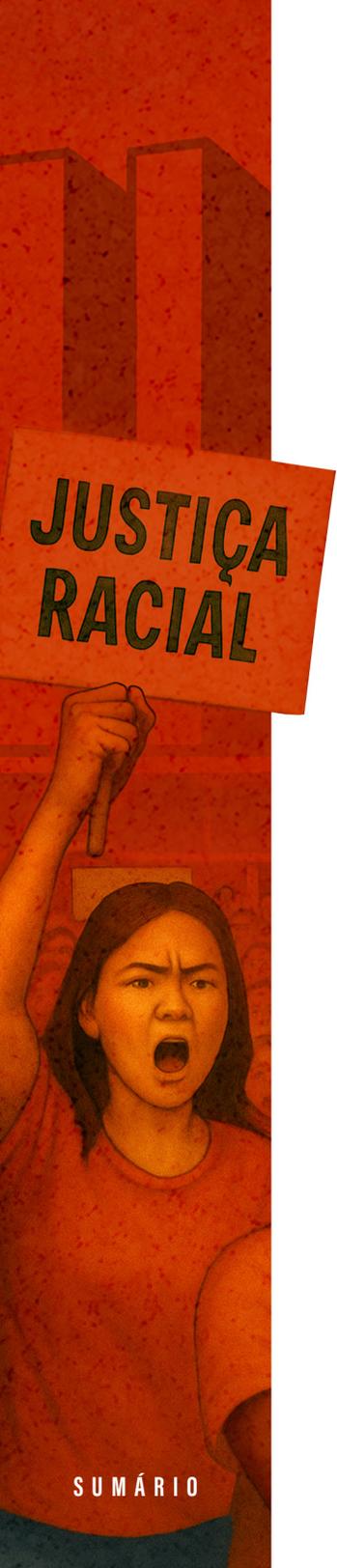
JUSTIÇA
RACIAL

Quanto aos elementos estruturais, as assessorias parlamentares — tanto na Presidência da República quanto nos ministérios — contavam (e ainda contam) com equipes não apenas escassas em número, mas, em grande parte, com limitações para realizar as articulações que, em tese, deveriam acompanhar. Falta-lhes, muitas vezes, além de quantidade, o conhecimento técnico e administrativo necessário para tratar de matérias complexas, além da experiência adequada para se movimentar no ambiente político da Câmara e do próprio Executivo.

Somado a isso, um dos elementos importantes na relação entre Executivo e Legislativo: o e-SIAL. Nele, deveriam estar registradas todas as notas técnicas produzidas pelos ministérios (pareceres, justificativas, alertas, contribuições ao debate legislativo). No entanto, o que se observava era uma sabotagem sistemática ao e-SIAL, seja pela falta de investimento, seja pela precariedade estrutural, ou ainda pelos “atalhos” que a liderança do governo na Câmara e as ASPARs ministeriais passaram a adotar por conta própria, sob o argumento de que “o sistema não funciona”. Justificativa essa que, muitas vezes, servia para agilizar mesmo as articulações, ou encobrir interesses pessoais e o anseio por protagonismo de determinados assessores(as) parlamentares ministeriais. Ou seja, há falta de investimento orçamentário adequado em tecnologia e informação para o desenvolvimento de um sistema de informações que promova uma articulação e uma comunicação institucional efetiva e eficiente⁶.

Quanto aos aspectos políticos sobre os entraves na articulação, o que era feito, em boa parte, no próprio governo, eram negociações atrapalhadas e descoordenadas. Era assim: quando

6 É importante destacar que essas questões expostas não são responsabilidade dos(as) servidores(as) do Setor de Gestão de informações da SRI que, com dedicação, trabalham desenvolvendo e melhorando o sistema. Com muito esforço, remendaram códigos, reconfiguraram fluxos e até organizaram um manual com passo a passo sobre como usar o e-SIAL. Um pessoal gente boa, competentes! Mas, com pouco orçamento e pouca prioridade institucional, constroem um sistema eletrônico que poucos(as) usam.



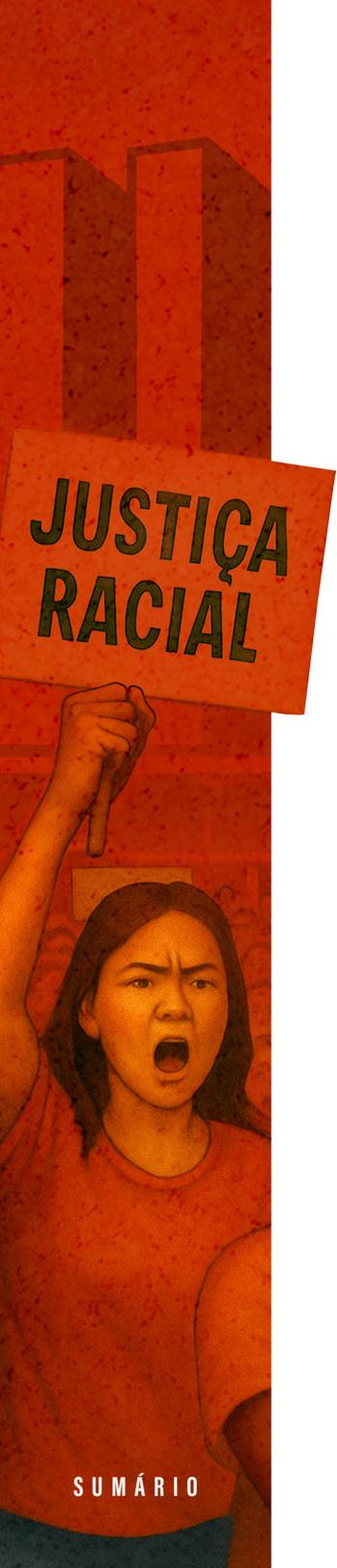
JUSTIÇA
RACIAL

cada um(a) achava conveniente, diversos assessores(as), a partir de lógicas oportunistas, se atravessavam aos cotovelações nas articulações em curso do governo. Como já mencionei, isso acontecia com frequência, fosse por parte da Casa Civil, de outras secretarias da presidência ou até mesmo de ministérios que atuavam diretamente com a liderança do governo na Câmara, muitas vezes à revelia do que estava no plano de governo eleito em 2022.

Era comum ver assessorias parlamentares de ministérios dialogando diretamente com deputados(as), sem qualquer articulação com a SEPAR, e até mesmo com a própria liderança do governo na Câmara, gerando sobreposição, ruído e desorganização institucional. O que eu observava, em muitos casos, era uma atuação política desarticulada, baseada em achismos, em agendas particulares e em uma profunda incompreensão sobre o papel institucional que cada um(a) deveria desempenhar. Não se trata apenas de uma crise conjuntural devido exclusivamente à força da oposição ao governo. Trata-se também de uma concepção de articulação política no/do governo Lula 3 sustentada por uma formação política de esquerda rasa, por práticas elitistas, oportunismo de lógica neoliberal e autoritária (cada um faz o que quer, quem pode mais, manda mais — e que vença o mais forte ou o mais esperto), bem como práticas contraditórias aos princípios do serviço público.

E isso tudo tem nome e conceito nos estudos em políticas públicas: *desmantelamento* (Zimmermann; Nicolás; Gaitán, 2024).

É a partir disso, e de outras coisas que posso expor em oportunidades futuras, que *se configura o desmantelamento do Sistema de Acompanhamento Legislativo no/do governo Lula 3*. A impressão de que essa crise é gerada apenas por uma correlação de forças desfavorável entre governo e Congresso é, portanto, parcial. A meu ver, trata-se também de uma crise fabricada, parte de um projeto ou conveniência política, ou seja, um *habitus* de elites e frações burguesas e pequeno-burguesas que se beneficiam no interior do

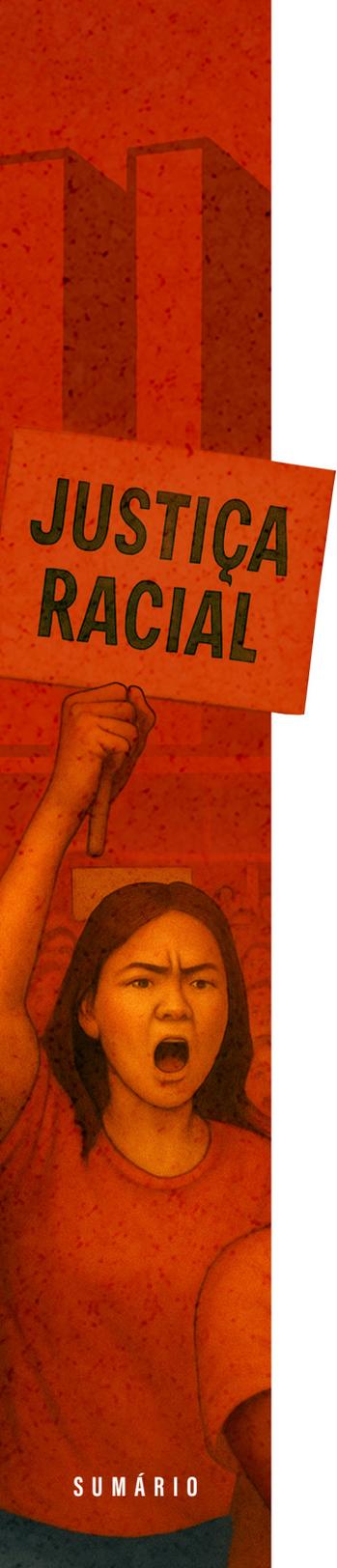
A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, light-colored sign with the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color.

Estado nesse governo de uma lógica de articulação política desorganizada e individualista. Há, inclusive entre muitos(as) que se dizem de esquerda — no governo e na Câmara, embora não todos(as) —, um descompromisso preocupante com a racionalidade institucional construída nos marcos da democracia e com os princípios éticos que regem o serviço público.

Uma articulação política desse tipo no/do governo Lula 3 interessa a quem?

Até aqui, pelo que observei até o dia 3 de abril de 2025, infelizmente, a articulação política no/do governo Lula 3 na Câmara dos Deputados funcionava em grande parte como estou relatando.

Tentei e torço que isso mude! Desejo toda a força e resistência aos(às) ex-colegas que permanecem no governo Lula 3 e na Câmara dos Deputados, empenhados(as) em construir uma articulação política republicana, voltada ao bem público e, especialmente, aos que mais precisam de políticas sociais no Brasil.



JUSTIÇA
RACIAL

Parte

8

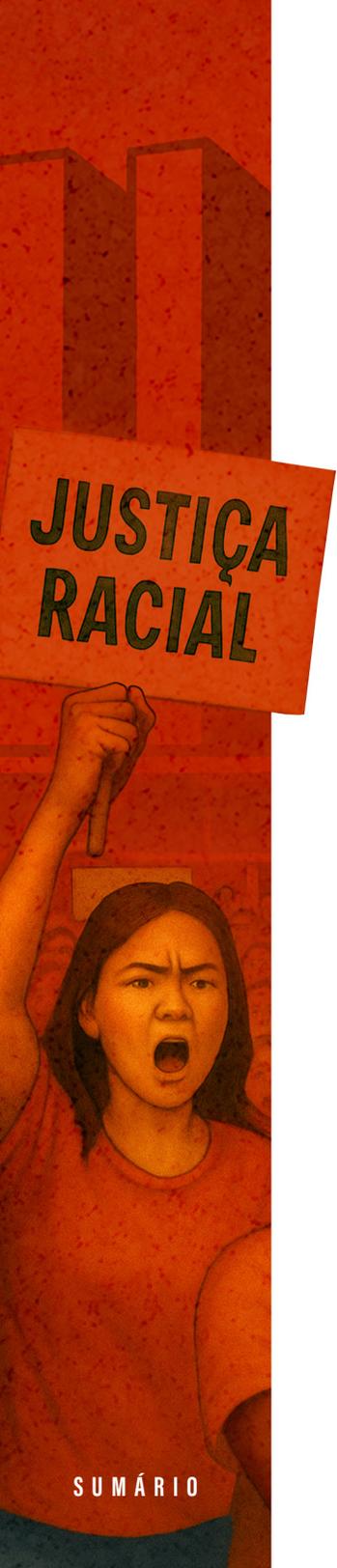


Na Câmara dos Deputados (não só lá), o silêncio, a ausência, o não responder também são estratégias. É tipo um silêncio ruidoso da omissão política — dos lugares que deveriam estar ocupados e muitas vezes não estão, das comissões esvaziadas, das ausências e de silêncios que falam também (Orlandi, 2007). É sobre isso que trata esta parte do relato. Não de escândalos explícitos ou viradas espetaculares, dessas que eu até poderia contar, mas do cotidiano marcado por ausências programadas, presenças performáticas e uma parte expressiva da base governista que, por vezes, parece esquecer para que foi eleita. Onde está a base do governo Lula 3 nas comissões? Quem da base defende o programa de governo eleito em 2022?

A DINÂMICA POLÍTICA DA MAIORIA DOS(AS) DEPUTADOS(AS) DA BASE DO GOVERNO LULA 3

Em muitas comissões da Câmara dos Deputados, sejam elas dominadas pela extrema-direita, pela direita tradicional ou pela direita chamada de “centrão”, pude observar a ausência ou a baixa presença física de parlamentares, inclusive da base do governo, sobretudo do próprio PT, pois os(as) assessores(as) ou os(as) deputados(as) podem votar por aplicativo. Isso é fato e é possível assistir a tudo isso nos vídeos da TV Câmara no YouTube. Não era raro que a maioria das comissões funcionasse com pouca incidência ou ausência total da base do governo na Câmara, inclusive do PT e da Federação Brasil Esperança.

Quando eu questionava a respeito dessas ausências e da aparente falta de compromisso com as pautas do governo nas comissões, muitos(as) deputados(as) e assessores(as), inclusive do próprio PT (com exceções), alegavam que o governo, desde a liderança



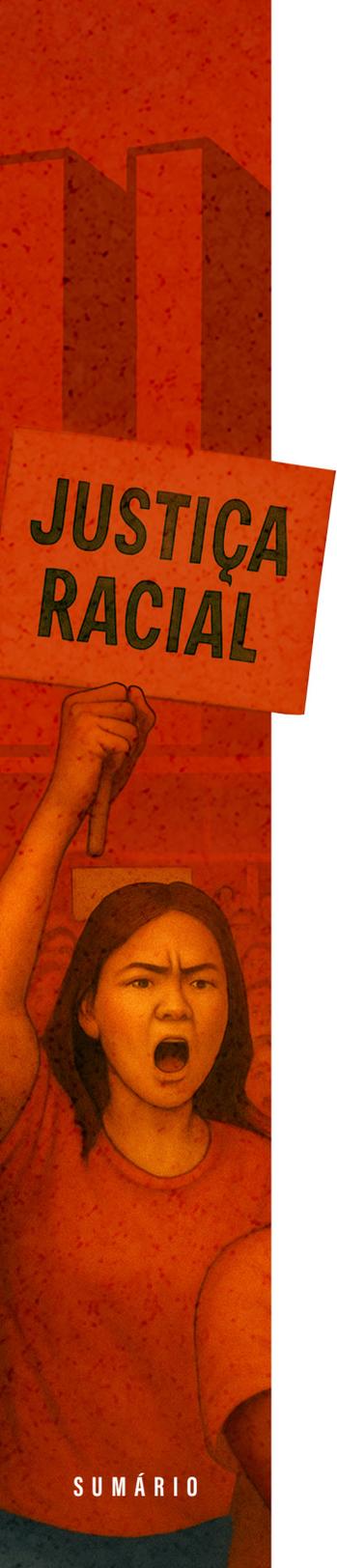
JUSTIÇA
RACIAL

na Câmara, até a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e a Casa Civil, não os tratavam bem. Diziam que não eram recebidos(as), que seus pleitos não eram atendidos e encaminhados.

Esses pleitos, em geral, eram relativos às demandas regionais, negociações por cargos, indicação para relatorias estratégicas ou autoria de proposições que pudessem gerar visibilidade política e capital eleitoral. Sentiam-se negligenciados. Assim, diversos(as) parlamentares passaram a agir por conta própria, muitas vezes à revelia da orientação do partido ou da liderança do governo, chegando a contrariar posições do governo nas comissões por acordos pontuais, seja antes ou durante as sessões nas comissões.

No plenário, a situação era um pouco diferente. É lá que, geralmente, se mede a adesão às pautas governistas, e, nesse espaço, a presença e o alinhamento da base tendiam a ser maiores, até porque tem um maior acompanhamento/monitoramento. Mas esse movimento tem relação direta com o funcionamento disfuncional da própria Câmara, que passou a concentrar decisões no plenário, deixando as comissões cada vez mais esvaziadas, onde o debate temático e direto com a sociedade deveria ocorrer. Essa dinâmica reforça a centralização do poder nas mãos dos presidentes da casa, como foi com Eduardo Cunha, depois com Arthur Lira, e agora, de um jeito diferente, com Hugo Motta. É uma tendência preocupante, que mina o papel estratégico das comissões e torna o fluxo político da Câmara disfuncional.

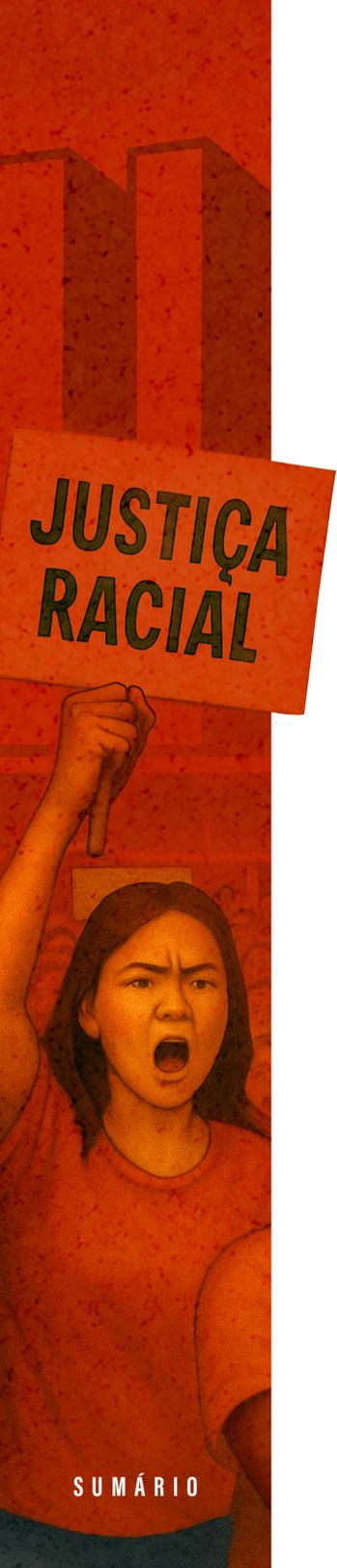
Por exemplo, sob a presidência de Arthur Lira, o regimento virou detalhe. Pautas de plenário eram publicadas a minutos do início das sessões. Não se tratava de improviso, mas de uma coreografia ensaiada: o poder de definir o que entra, o que sai e o que ninguém viu. Era inversão de pauta para lá, votação simbólica sem quórum para cá, requerimentos ignorados, projetos polêmicos “aprovados” entre uma selfie e um cochicho. Mas o mais impressionante não era o descumprimento do regimento em si — era a naturalidade com que

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red top, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-brown color with some faint, darker shapes that look like stylized buildings or structures.

isso acontecia. Deputados(as) experientes já nem fingiam surpresa. Assessores(as) riam com os olhos. E quando o público compreendia o que estava acontecendo, fosse pela mídia ou pelas redes sociais, já era tarde demais.

Somado a isso tudo, tem a fração dos(as) deputados(as) federais *digital influencers* — parlamentares que moldam suas estratégias políticas e comunicacionais a partir da lógica das redes sociais, especialmente do Instagram, das listas de transmissão no WhatsApp e do TikTok. Esses(as) deputados(as) atuam menos como legisladores(as) e mais como produtores de conteúdo, priorizando engajamento, visualizações e repercussão instantânea em detrimento da qualidade técnica ou da articulação política mais profunda. O plenário torna-se cenário; as comissões, pano de fundo para vídeos curtos e frases de efeito. No WhatsApp, organizam suas bases e mobilizam militantes com mensagens direcionadas, enquanto no TikTok e no Instagram exploram a estética da performance, o apelo emocional e a polarização. Essa lógica transforma a política em espetáculo e redesenha o vínculo entre representante e representado, mediado agora por algoritmos, curtidas e reações — um fenômeno que desafia as formas tradicionais de mediação democrática e impõe novas dinâmicas à Câmara dos Deputados (Barros *et al.*, 2021).

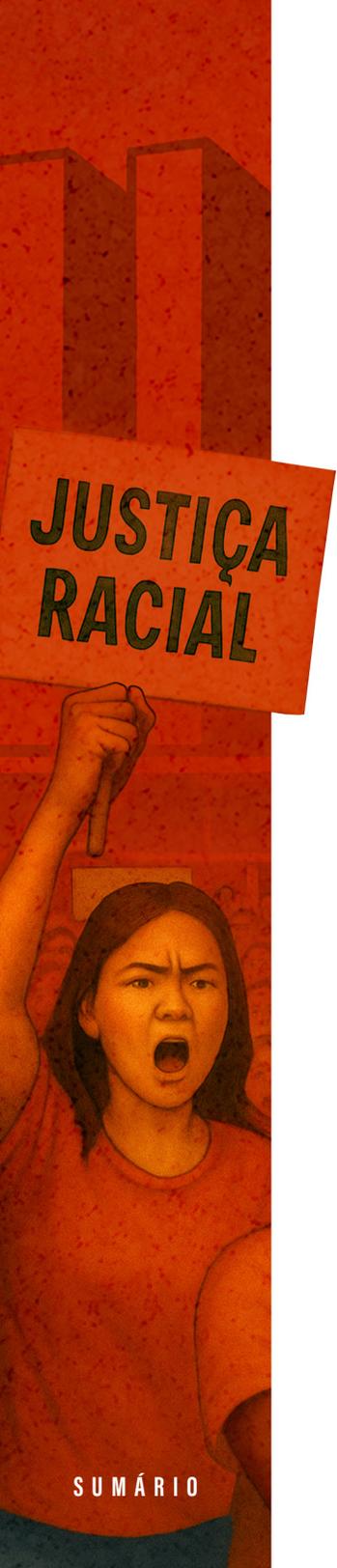
Desse modo, o que espanta, mais do que a correlação de forças desfavorável ao governo, algo historicamente construído e que se relaciona com a dificuldade da esquerda em eleger bancadas robustas frente ao poderio econômico e midiático das elites, é a falta de iniciativa mesmo onde seria possível e há condições de agir (Dias, 2025). O que observei e vivi é que muitos(as) deputados(as) eleitos(as) com pautas populares, que se identificam com a esquerda e até com o PT, simplesmente se ausentavam das reuniões de comissão, não pautavam os projetos do governo, não enfrentavam o debate com os(as) adversários(as). Para se ter uma ideia, o líder do governo na Câmara era chamado de “ministro do Lira” no terceiro e quarto andar do Palácio do Planalto. Evitavam o confronto, alegando

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background is a textured, reddish-orange color with some abstract shapes.

que a disputa já estava perdida, como se o papel político de uma minoria fosse apenas votar, e não disputar narrativas, marcar posição e defender os interesses de suas bases. Em comissões importantes como a CAPADR, CME, CVT e CSAUDE, isso era corriqueiro.

Um dos casos mais emblemáticos dessa dissonância entre governo e o projeto eleito em 2022 foi a votação das mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), em dezembro de 2024. Mesmo diante de alertas técnicos e dos danos sociais que isso poderia causar, parte expressiva da base, incluindo parlamentares do PT, do PSB e de outras legendas da Federação Brasil Esperança, votou a favor de um projeto que, na prática, impõe novos critérios e restrições de acesso ao benefício. Esse é um dos exemplos que escancaram que o problema não é apenas a força da oposição — é também a falta de coesão política e de compromisso programático. A governabilidade, nesse cenário, é traduzida como um “vale tudo” com base em um varejo parlamentar sem horizonte comum, no qual até direitos básicos desde a Constituinte de 1988 e pautas do projeto eleito em 2022 são ignorados e atropelados conforme as conveniências de momento.

No entanto, entre o mar de ausências e silêncios cúmplices, há também vozes que reagem. Deputados(as) que, apesar das adversidades e do ambiente hostil, defendiam pautas populares, justiça social e direitos historicamente negados. Sob meu ponto de vista, dos que me lembro, aqui, a contrapelo, na escrita desse relato, são esses(as) deputados(as) que considero exceções: Bohn Gass (PT-RS), Chico Alencar (PSOL-RJ), Duda Salabert (PDT-MG), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Glauber Braga (PSOL-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Ivan Valente (PSOL-SP), Maria do Rosário (PT-RS), Padre João (PT-MG), Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), João Daniel (PT-SE), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Tadeu Veneri (PT-PR), Talíria Petrone (PSOL-RJ) e Tarcísio Motta (PSOL-RJ). E olha que muitos(as) desses nem fazem parte da base do governo. Pessoal gente boa, que no dia a dia da Câmara compõe um grupo de deputados(as) que sempre é



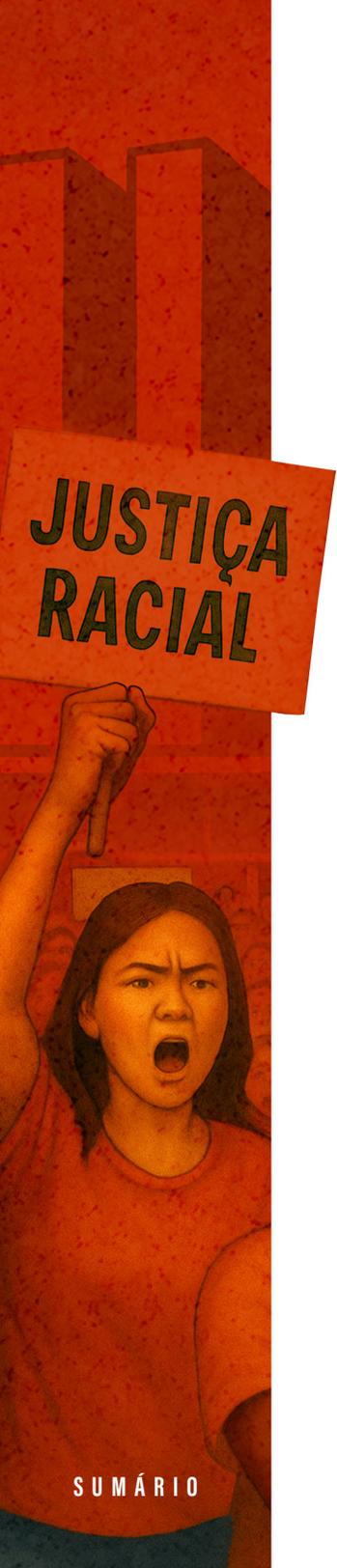
JUSTIÇA
RACIAL

prestativo, além de debater e defender pautas populares de acordo com as bases que os(as) elegeram.

Portanto, na dimensão da Câmara, os problemas de articulação do governo Lula 3 com o Legislativo não dizem respeito apenas à força do campo adversário ou à correlação de forças desfavoráveis. Eles também são relativos à omissão de parte da própria base governista, especialmente de setores que deveriam, por princípio e programa, serem os primeiros a ocupar com firmeza os espaços institucionais de disputa e defesa das pautas populares. Não é apenas uma questão de ser refém — é uma escolha, consciente ou não, de se deixar pautar e operar por essa lógica e, pior, reproduzi-la, fazendo parte do problema, não da solução. E claro, *tudo isso compõe o desmantelamento do Sistema de Acompanhamento Legislativo entre Executivo e Legislativo.*

“É O JOGO, NÉ?”

A questão das emendas parlamentares e a hegemonia de setores da extrema-direita e da direita na Câmara são apenas a ponta do iceberg de um conjunto de relações muito mais complexo. Trata-se de um sistema político que composto por relações tradicionais, como o clientelismo, até o financiamento direto de candidaturas por parte da burguesia nacional, do mercado financeiro e de transnacionais. Muitos(as) deputados(as) não estão ali por acaso: representam interesses bem-definidos de frações da burguesia nacional. Claro, eles(as) não se elegem sozinhos(as) — dependem do voto popular e muita grana —, constroem essas vitórias a partir de relações de mandonismo atualizadas, redes de clientelismo arraigadas, estruturas regionais de poder enraizadas e engajamento nas redes sociais (Martins, 1994).



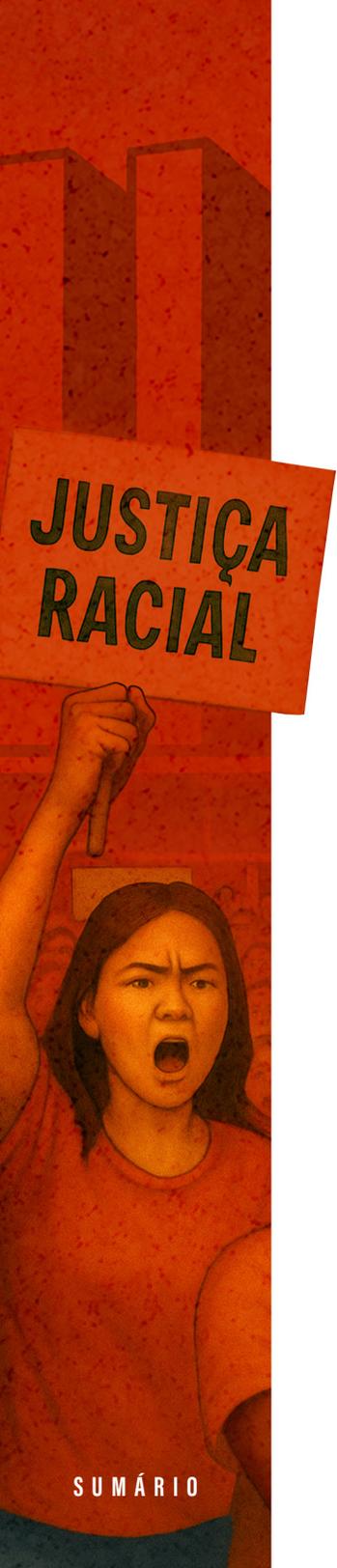
JUSTIÇA
RACIAL

Boa parte da Câmara está imersa nessa lógica clientelista, e o que se observa no governo Lula 3, infelizmente, é que, ao invés de enfrentar essas estruturas, de propor uma política diferente que busque questionar os efeitos danosos desse sistema, o governo e sua base muitas vezes optam por se adaptar e fazer parte disso.

O que eu via cotidianamente era uma confusão recorrente entre tática e horizonte estratégico no jeito de governar no governo Lula 3, a ponto de internalizar o sistema de valores da direita brasileira. Esses parlamentares da base e muitos agentes que atuam dentro do governo se apegam a “soluções” imediatistas, mas sem articular essas ações ao programa político eleito. A atuação fica, muitas vezes, pautada e subsumida à política de varejo, às intrigas políticas inócuas, aos cargos, aos achismos, aos imediatismos, às emendas e à disputa de interesses particulares. Afinal, quem pauta o quê? Quem pauta, quem?

E por que isso acontece? Fico me questionando. Por que não há um entendimento da atual conjuntura da economia global e uma política econômica voltada a proteger a economia popular? E o diálogo das esquerdas com as bases comunitárias, com as maiorias populares? Qual a mobilização e a construção coletiva com movimentos sociais ou frentes populares? No momento, também não há controle social no Estado capaz de fazer um enfrentamento à altura dessa forma de governar e legislar.

O que eu observava era uma ação coletiva da base de governo que é paradoxal, pois é individualista, corporativista e institucionalizada, operando muitas vezes como um fim em si mesma. Bom, isso tudo não está restrito à Câmara dos Deputados. Está, de forma majoritária, também dentro do Executivo, em um jeito de governar assentado em uma análise distópica, cômoda e safada, que justifica qualquer capitulação como “correlação de forças”, “governabilidade”, “cuidado com o impeachment”, “realpolitik” ou na célebre frase: “é o jogo, né?”

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are stylized, blocky shapes that resemble a bar chart or architectural elements, also in shades of red and orange.

**JUSTIÇA
RACIAL**

A group of people, including men and women, are shown in a protest or rally. They are wearing dark clothing and have their right fists raised in the air. The background is a dark, textured red. The text "PARTE FINAL" is written in yellow, bold, uppercase letters on the right side of the image.

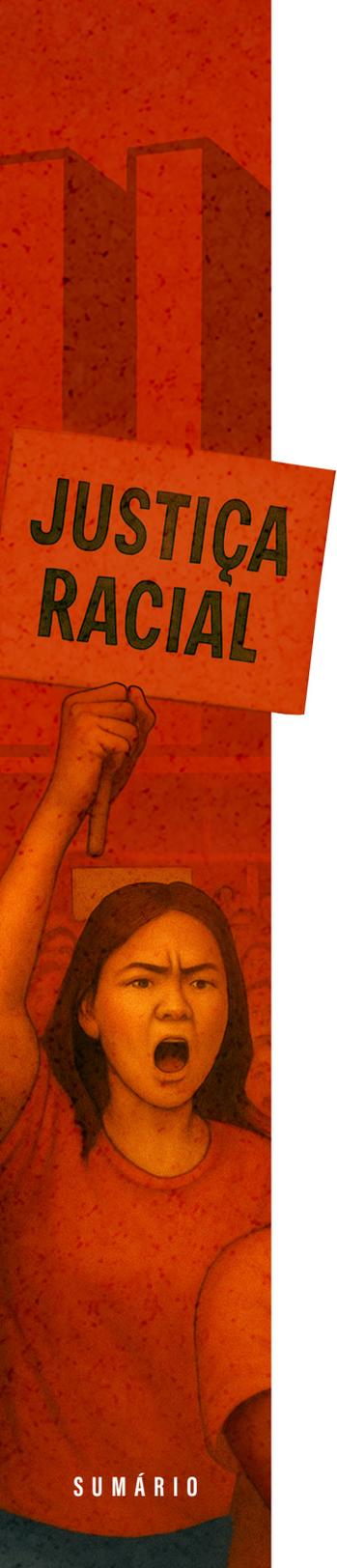
PARTE FINAL

Como é que se volta para casa quando se viveu em oito cidades diferentes? Hoje, minha casa é o Nordeste. Um lugar onde me sinto feliz e acolhido, mas também experimento uma série de contradições sociais. E não posso ignorar que sou um homem branco, vindo do Sul, vivendo essa experiência no Nordeste com a consciência de que carrego, sim, alguns privilégios. Afinal, vivemos em uma sociedade marcada de modo profundo pela desigualdade econômica, racial e de gênero.

Quando decidi ir para Brasília, a ideia era uma: contribuir, por um ano, com um governo que se apresentava como de frente ampla, progressista, de centro-esquerda. Já conhecia de outros carnavais o que é estar em governos do PT — pois já estive entre os anos 2011 a 2014, antes do golpe, como consultor. E conhecia também o possível enredo: a tal da “governabilidade” que, muitas vezes, é o nome dado à capitulação, ao fisiologismo e aos acordos com o “centrão”, outro nome arranjado para dizer que não estava fazendo acordos com a direita mesmo. Claro, agora há uma diferença crucial com aquele período, a dimensão que o Legislativo tomou com a apropriação indevida do orçamento federal via emendas e orçamento secreto no que denomino como “parlamentarismo irresponsável”.

Sabia que havia riscos, muitos. E fui com o prazo contado: outubro de 2023 a outubro de 2024. Mas o que acontece quando outubro chega e tudo ainda está em movimento? Estávamos no meio do segundo semestre legislativo. Nossa equipe na DACAM já estava reduzida. Isso, além de termos um diretor em exercício, sem grande compreensão do conjunto do trabalho da diretoria. Ou seja, tudo tornaria minha saída um possível prejuízo para as pessoas da equipe. Seria injusto e desleal. Ao mesmo tempo, minha colega e namorada foi colaborar com o governo na própria SRI, especialmente em pautas sociais e culturais. Decidi, então, ficar até fevereiro. Voltar, após as férias de janeiro, quando o semestre na UFPB estivesse encerrando.

Mas essa decisão não foi só por razões pessoais. Havia também questões políticas importantes. Quem está lendo o livro,

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red top, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The overall style is graphic and expressive.

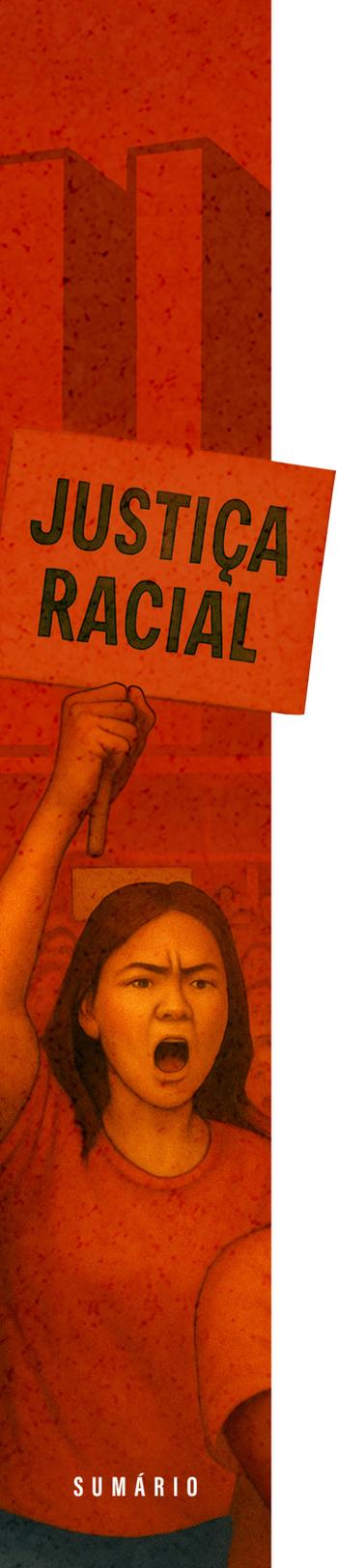
compreendeu: o governo não está cumprindo o plano de governo que foi eleito. Plano esse que, diga-se, já nascera politicamente rebaixado em nome das conciliações eleitorais. Mesmo assim, o pouco que se propôs está sendo ignorado.

E havia outra constatação: se quiséssemos fazer frente à oposição, seria necessário trabalhar tanto quanto ou mais a direita e a extrema direita. Mas o que encontrei foi um mar de controvérsias: gente que se diz de esquerda, mas vive como se estivesse a serviço apenas dos próprios interesses e de se manter em cargos. Claro, também conheci pessoas sérias, comprometidas, republicanas. Gente que entende o seu papel no cargo que ocupa e trabalha com dignidade. Mas eram minoria e muitos(as) escanteados(as) das decisões.

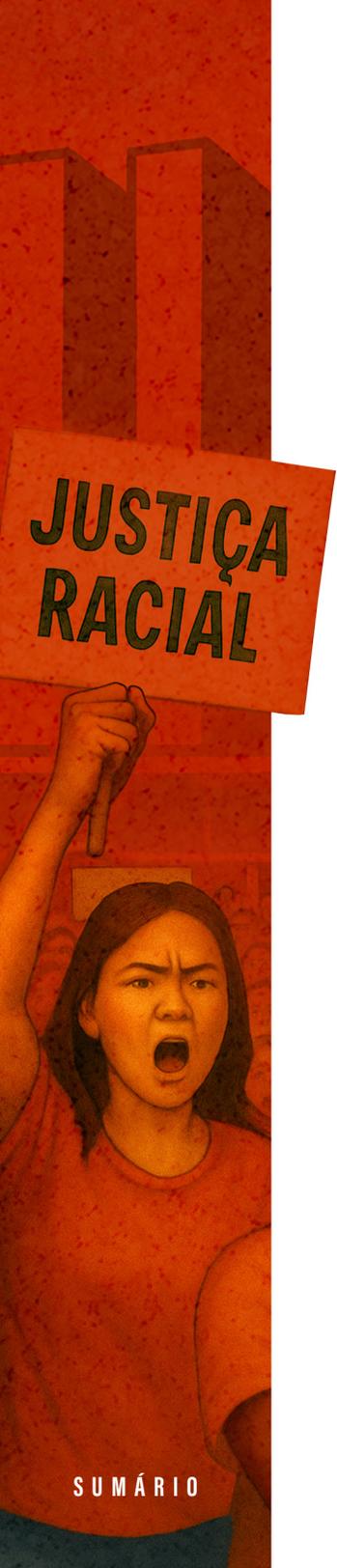
Antes de sair da SRI/PR, fiz uma proposta para expor mais uma situação que me incomodava: minha permanência só faria sentido com uma remuneração justa, proporcional ao cargo de diretor substituto que ocupava. Fiz essa reivindicação para explicitar a contradição, não por dinheiro. Afinal, não é o governo do Partido dos *Trabalhadores*? Não deveriam zelar pelo trabalho em condições dignas? E, como previ, houve a negativa, pois tinham outras indicações particulares. Era o que eu precisava para sair de vez. Um alívio!

Não fui a Brasília para ganhar dinheiro. Acredito que quem quer acumular capital deve buscar o setor privado, abrir uma empresa. O serviço público, em tese, não deveria ser lugar para enriquecer e sustentar privilégios. Saí porque não havia mais espaço para o diálogo. É uma gestão ineficiente, que carrega o tal do “manda quem pode” de sempre. Nada a ver com o que penso como esquerda e com o que tento ser.

E a diretoria da Câmara na SRI? Está como está, politicamente irrelevante e mal administrada — quem quiser, se informe sobre a situação. Fica a dica!

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is light brown and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-brown color. In the upper left corner of the illustration, there are several vertical rectangular shapes of varying heights, resembling a bar chart or a set of steps, also in the same reddish-brown color.

**JUSTIÇA
RACIAL**

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red t-shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color with some darker, vertical rectangular shapes that look like stylized buildings or pillars.

Acredite, sem exageros, desculpem qualquer ironia, mas vários agentes políticos e tecnoburocratas atuando no Estado e no governo Lula 3 que ocupam cargos, salvo sempre boas exceções, não conseguem entregar nem o básico previsto nas normativas institucionais e das suas atribuições funcionais, aquilo que seria o mínimo institucional esperado. Diante disso, recorrem a uma espécie de escapismo: a tentativa de “criar algo novo” e performar uma eficiência que não há. Na prática, o que se vê é uma profusão de iniciativas sem conteúdo, cheias de suposta “inovação”, mas sem mudanças reais. Substituíram o conceito de transformação por escolhas alienadas das necessidades da maioria da população brasileira. E isso tudo enquanto deixam o programa de governo eleito de lado.

Sob meu ponto de vista, se fosse para usar metáforas, compararia grande parte do governo Lula 3, até esse momento, com o desenho *Caverna do Dragão*: o governo está tomado por “Mestres dos Magos” que mais atrapalham do que ajudam; “Vingadores” autoritários; e “Prestos” que se atrapalham com a própria varinha. No campo administrativo, cenas dignas de uma nova temporada de *The Office* acontecem e, quando o assunto é disputa por cargos, vira *Mad Max*.

Ainda antes de voltar à Paraíba, aceitei um convite de um parceiro para trabalhar na Assessoria Parlamentar da Controladoria-Geral da União (CGU). Por isso, fiquei 570 dias no governo Lula 3 (por ato falho nomeiei esses relatos e a série no Spotify como *480 dias*, me perdoem).

Queria entender como certos absurdos ainda passavam impunes se havia um órgão cuja função é justamente prevenir e corrigir essas falhas. Fiquei dois meses por lá. Estrutura boa, ambiente respeitoso. Mas o velho problema: valorização de quem tem cargo por indicação pessoal, desvalorização de quem não tem indicação feita por “nome de peso”, apenas trabalho a oferecer. E uma sensação incômoda: minha função, como assessor parlamentar, se resumia à captação de demandas e informações, muitas vezes voltadas ao interesse político do ministro, não ao funcionamento do órgão em si.

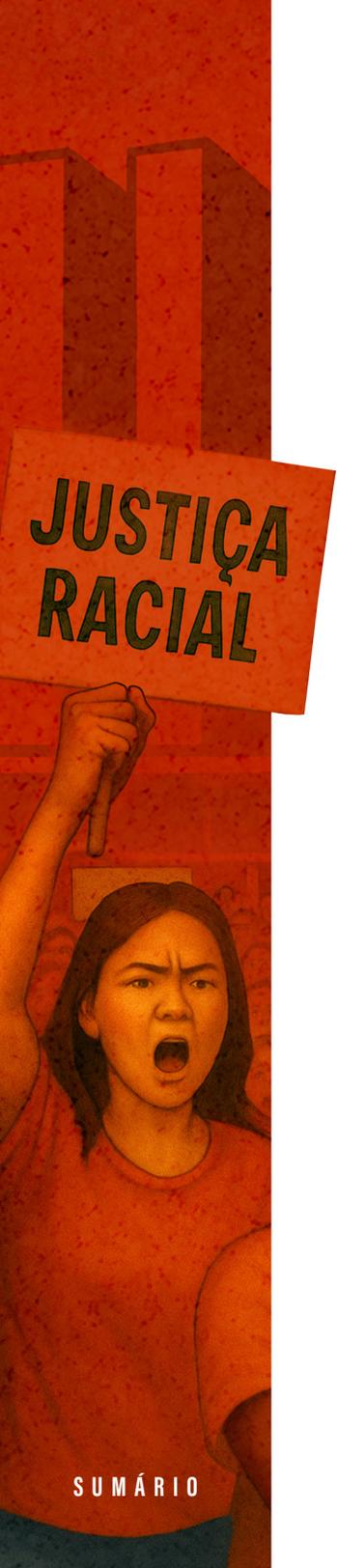
Em abril, com o semestre da UFPB chegando, a saudade do Nordeste apertou. Refleti. Já havia entendido a lógica da CGU — inclusive o porquê de ela atuar em certas áreas com destaque e de forma exitosa, como no combate a fraudes no INSS, e em outras nem tanto, como no caso das disfunções administrativas do governo e dos assédios, por exemplo.

DOS MOTIVOS PARA SAIR E AS QUESTÕES CONJUNTURAIIS

No Brasil de 2022, exigia-se uma frente ampla para derrotar o fascismo bolsonarista. Isso, em si, foi uma conquista histórica. Mas... e depois da vitória? A “governabilidade” e o “arcabouço fiscal” viraram mantra. E como todo mantra, repetido demais, perde o sentido. Para se manter no poder, o governo não só se aliou ao centrão, como entregou de bandeja cargos, verbas, emendas e até o rumo estratégico da agenda legislativa. O que era tática virou estrutura. O que era um acordo provisório passou a ser permanente.

Chauí (2013), por exemplo, já alertava sobre essa “ordem oligárquica” que sobrevive às eleições. Vendo de dentro, é exatamente isso. A institucionalidade democrática é ocupada, instrumentalizada, loteada.

Mas talvez o sintoma mais evidente desse processo esteja na economia. Enquanto no discurso oficial o governo falava em inclusão, justiça social e reconstrução nacional, o que vemos na prática é o novo arcabouço fiscal, o controle rígido dos gastos sociais, a submissão ao mercado e um Banco Central autônomo, comandado por Galípolo com a chancela do presidente e a mando do mercado financeiro. E é o povo que paga a conta.



JUSTIÇA
RACIAL

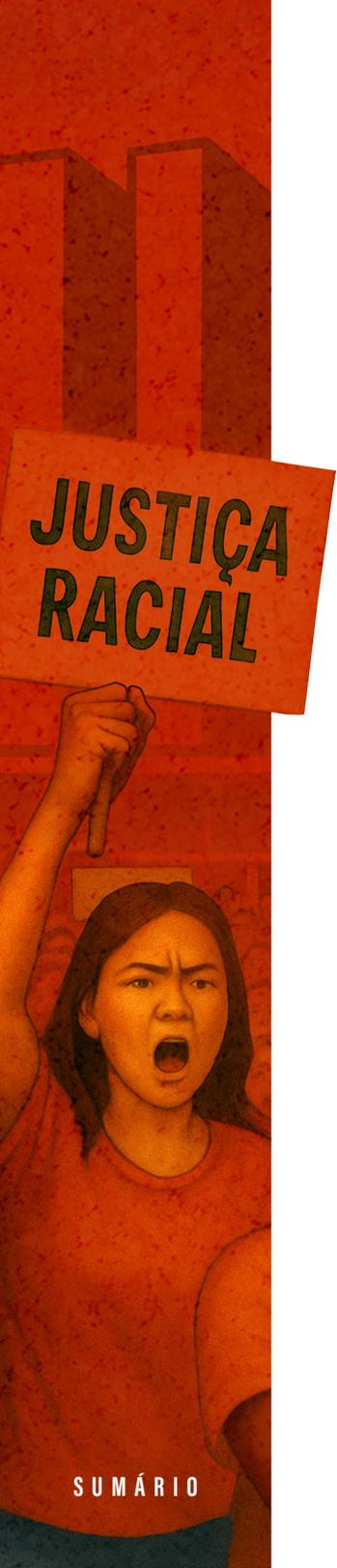
Foi prometido um Novo Ensino Médio bem diferente do governo Temer. Não aconteceu ou aconteceu bem mais ou menos. Falou-se em rever a reforma trabalhista. Nada feito. Propôs-se diálogo com os movimentos sociais. Estes continuam, em grande parte, fora das mesas de decisão. Cadê o MDA? Cadê a Reforma Agrária?

E tem mais: nomeações de figuras ligadas a oligarquias históricas de direita no Brasil em postos estratégicos, privatizações veladas via parcerias público-privadas e a manutenção de quadros do governo Bolsonaro em órgãos como o Ministério da Justiça, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Pesca, Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento, Ministério da Fazenda e outros.

E as universidades federais? Apesar dos investimentos, o orçamento discricionário permanece abaixo dos governos Temer e Bolsonaro, o que tem levado a dificuldades no pagamento de despesas básicas e na manutenção das atividades acadêmicas. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tem alertado para a necessidade de recomposição orçamentária para garantir o pleno funcionamento das universidades.

Entendo que muitos(as) que insistem em permanecer no governo em nome da “militância” o fazem porque alegam não ter outra alternativa política ou econômica. Em outros casos, afirmam que o cargo é sua principal ou única fonte de renda e sobrevivência. Cada um(a) se vira como pode, né? Máximo respeito a quem está nessa situação. Mas... e a integridade? É justamente aí que residem questões mais complexas e talvez sem respostas: quando a sobrevivência se impõe sobre o projeto coletivo; quando a institucionalidade engole a crítica e a transformação; quando a sobrevivência, o conforto individual e os privilégios pequeno-burgueses substituem o esforço de construção de uma alternativa política e de mobilização social.

Afinal, o que resta do PT e de sua base no governo enquanto utopia e possibilidade concreta de um mundo com justiça social?

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The overall style is graphic and expressive.

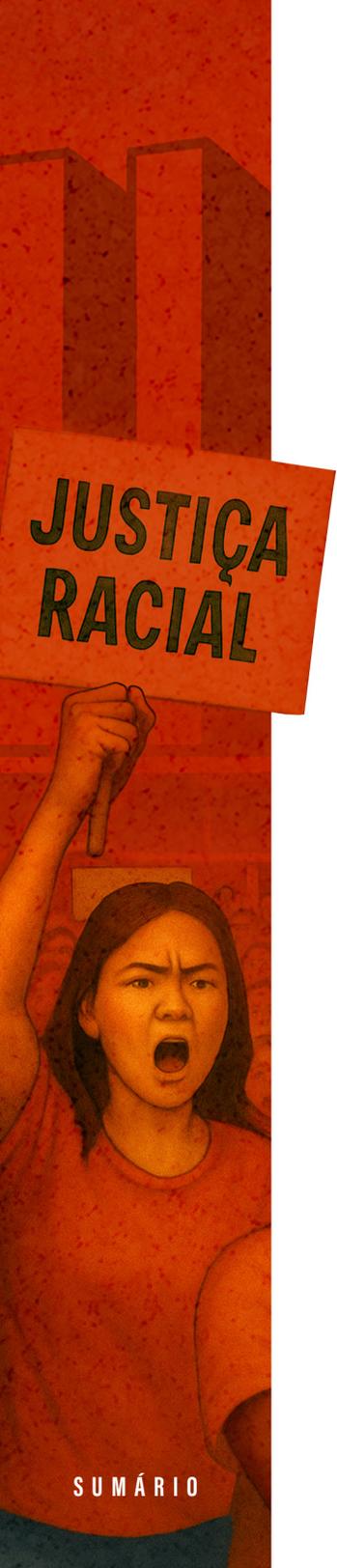
Porque, se nem aqueles(as) que se elegeram prometendo fazer diferente da direita ousam e tentam mudar, então quem, de fato, representa essa mudança?

Mesmo com algumas políticas públicas redistributivas que considero interessantes feitas até aqui, o governo Lula 3 é um governo onde mudar é fetiche e o novo não passa de marketing. Como já escrevi antes, muitos(as) gestores(as) se perdem tentando criar “novidade sem novidade”. Confundem anúncio com ação. Dizem que “transformação” é apresentar planilhas de excel e apostam todas as fichas em comunicação de governo com escolhas políticas equivocadas (vide o caso do IOF). O essencial segue pendente, enquanto o acessório ganha manchete para tentar resolver a baixa popularidade do governo. Desse modo, inicialmente, o que proporia para o governo, que seria o básico, é que fosse cumprido, ou pelo menos se tentasse cumprir, o plano de governo eleito. Apesar das condições adversas, não custa tentar, né? Depois dessa proposta cumprida é que seria possível conversar para sugerir algo além disso.

As relações sociais de produção política no/do governo Lula 3 podem mudar, ou seja, ter uma outra síntese, a partir da identificação, da análise (tese) e da exposição da realidade e das suas contradições (antítese). E elas só podem mudar a partir da realidade do próprio governo junto com a sociedade, pois não há outro lugar ou planeta possível, não apenas com ideias vagas e falas cínicas para justificar o não cumprimento do plano de governo eleito.

Assim, desejo que os rumos do governo Lula 3 mudem, pelo menos em direção ao plano de governo eleito em 2022. Não é pedir muito, é? E olha que nem estou solicitando a tão necessária guinada à esquerda.

Desejo também, para quem segue no governo Lula 3, uma ótima labuta — e empatia —, que honrem seus salários, cargos, auxílios-moradia e demais benefícios, pagos com o dinheiro dos impostos, em sua maioria, por quem ganha de 0 a 5 salários-mínimos no Brasil e não usufrui das mesmas condições que vocês.

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The overall style is graphic and expressive.

A faint, semi-transparent background image of a group of people, likely a protest or rally, with several individuals raising their fists in a gesture of solidarity or defiance. The image is centered horizontally and occupies the lower half of the frame.

CONSIDERAÇÕES FINAIS?

E assim encerro esta parte e estes relatos — não com ponto-final, mas com uma vírgula carregada de sentidos. Brasília e o governo Lula 3 seguem a seu jeito. E o povo das cidades do entorno do DF, diante de uma brutal desigualdade social em relação ao Plano Piloto, segue na luta por uma vida digna também. Sentirei saudades dos(as) amigos(as) que fiz. Mas a gente vai se reencontrar. “Quem tá na luta, se encontra”.

Eu? Sigo com a consciência inquieta, mas o coração tranquilo. Fiz o que pude, com aprendizados, erros, escutas, trabalho, alertas, voz, silêncios, lutos e festas.

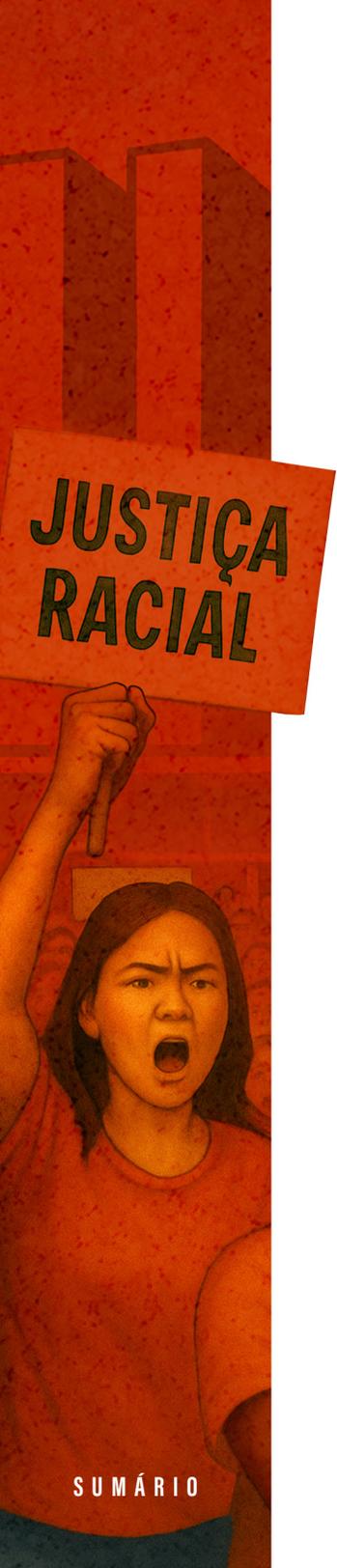
Agora é hora de voltar para casa. A universidade me espera com suas salas vivas, seus estudantes, suas perguntas sem fim, suas pesquisas... isso tudo que escolhi conviver e fazer da vida.

Há um lamento pela oportunidade histórica que estamos perdendo de governar com o povo, para o povo e, quem sabe, a partir do povo. Mas a luta continua — e continua também quando a gente volta para o território onde está o nosso lar.

O Nordeste é logo ali. A Paraíba está lá, com gente, com cheiro de milho, de mel com cachaça e de favada. Voltei em junho. Época de São João, com forró tocando e fogueiras acesas. Ventos que sopram esperança.

Não há lamento em voltar para casa. Escolhi o Nordeste para viver até o fim da vida. O Nordeste não se explica, ele tem que ser vivido e respeitado.

A história da minha vida, da minha luta — essa, sim, continua. Já as histórias dos meus dias em Brasília param por aqui.

A vertical illustration on the left side of the page. It features a woman with dark hair, wearing a red t-shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are stylized, blocky shapes that resemble buildings or a cityscape, also in shades of red and orange.

**JUSTIÇA
RACIAL**

“POR QUEM OS SINOS DOBRAM”?

Ter escrito estes relatos também foi um gesto terapêutico. Foi minha forma de lidar com os escombros deixados por dentro, de costurar sentidos em meio a diversos fios embaraçados, de reorganizar a memória em um tempo em que o aparente é denso.

Negar emoções só nos afasta de quem somos e de quem podemos ser. Acredito que contar a própria história, mesmo que só para mim, foi uma forma de acolher versões anteriores, inclusive aquelas das quais um dia senti vergonha ou nas quais me equivoquei, e tentar me reinventar. Resignificar passa por reconhecer, nomear o que doeu e escolher não mais viver refém daquilo. É sobre olhar a trajetória com atenção e seguir adiante, abrindo caminho para uma nova viagem, por percursos realmente diferentes.

Quando nos guiamos apenas por perguntas feitas por outros, torna-se difícil encontrar respostas que façam sentido para a gente. Isso não significa ser arrogante. É preciso dialogar, trocar, mas também reelaborar a partir da própria realidade e se escutar com atenção. Por isso digo: escute sua história e, com o mesmo cuidado, escute sua origem social. Talvez nelas já estejam as respostas que você tanto procura, inclusive enquanto integrante da classe trabalhadora e na busca por transformar para melhor a sociedade que a gente vive.

Penso que se fracassarmos sendo fiéis ao que somos, ainda assim poderemos seguir íntegros quando nos olharmos no espelho. Foi assim que vivi até hoje, apesar dos erros e acertos. E é assim que pretendo continuar.

Desse modo, estes relatos não têm a pretensão de ensinar nada. Apenas convido, caso se interessem, à leitura e à reflexão. Torço para que surjam perguntas. Se isso ocorrer e você quiser conversar, me envie um e-mail: 570lula3@gmail.com.

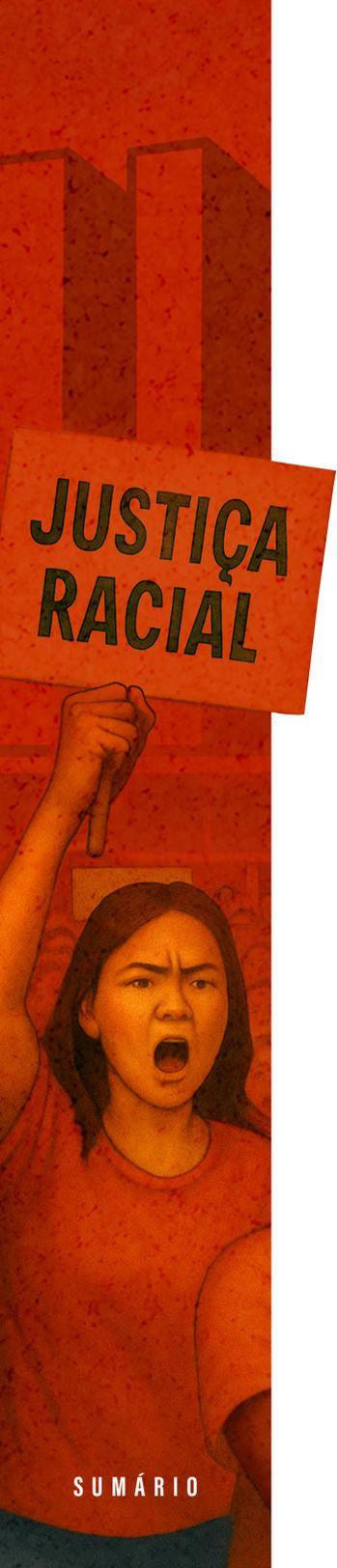
A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign that reads "JUSTIÇA RACIAL" in bold, black, uppercase letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. The woman's expression is one of intense anger or protest. The sign is held high, and the overall scene suggests a moment of public demonstration or activism.

Tempos mais difíceis se anunciam no Brasil e no mundo, isso não se trata de alarmismo ou de algo para se “pré-ocupar”, mas sim de se ocupar com o que importa, isto é, com as nossas vidas e com os rumos da sociedade e do ambiente em que vivemos. Desejo que a gente viva, se organize e estude como puder na vida, no cotidiano, individualmente e com quem for possível. Que possamos compartilhar ideias, construir alianças, disseminar o que for comum, nos afastar de quem finge nos amar e tentar eleger da melhor forma as nossas lutas. É, “declare guerra a quem finge te amar”.

Assim, neste esteio de vivências e ideias, foram escritos os relatos dos 570 dias no governo Lula 3, em nove partes. Quem sabe continuo os relatos? Pode ser. Há muitas, mas muitas histórias não contadas. Seriam bem reveladoras, trazendo muita coisa que o povo precisa saber, pelo menos os(as) interessados(as). Afinal, foram 570 dias. Fazer a continuidade vai depender de muitas coisas da vida pessoal e profissional. Mas, por enquanto, paro por aqui.

Agradeço a leitura. Desejo uma vida feliz a todos(as). Quem quiser continuar lendo o que escrevo, me procure também pelo <https://sergiobottonbarcellos.substack.com> e <https://ufpb.academia.edu/SergioBottonBarcellos>.

Abraços desde a Paraíba!

A vertical illustration on the left side of the page shows a woman with dark hair, wearing a red shirt, shouting with her mouth wide open. She is holding a large, rectangular sign above her head with both hands. The sign is orange and has the words "JUSTIÇA RACIAL" written on it in bold, black, sans-serif capital letters. The background of the illustration is a textured, reddish-orange color. In the upper left corner of the illustration, there are three vertical bars of varying heights, resembling a bar chart or a stylized architectural element.

**JUSTIÇA
RACIAL**

REFERÊNCIAS

BARROS, Antonio Teixeira de. *et al.* Presença parlamentar nas mídias sociais: a estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos Deputados. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, v. 58, n. 232, p. 57-86, out./dez. 2021.

BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BARROS, Douglas. O que explica o anti-intelectualismo de esquerda? **Blog da Boitempo**, 2024. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/11/13/o-que-explica-o-anti-intelectualismo-de-esquerda/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**: volume I. São Paulo: Contraponto, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/660148220/Bloch-Principio-Esperanca-Volume-I>. Acesso em: 12 jun. 2025.

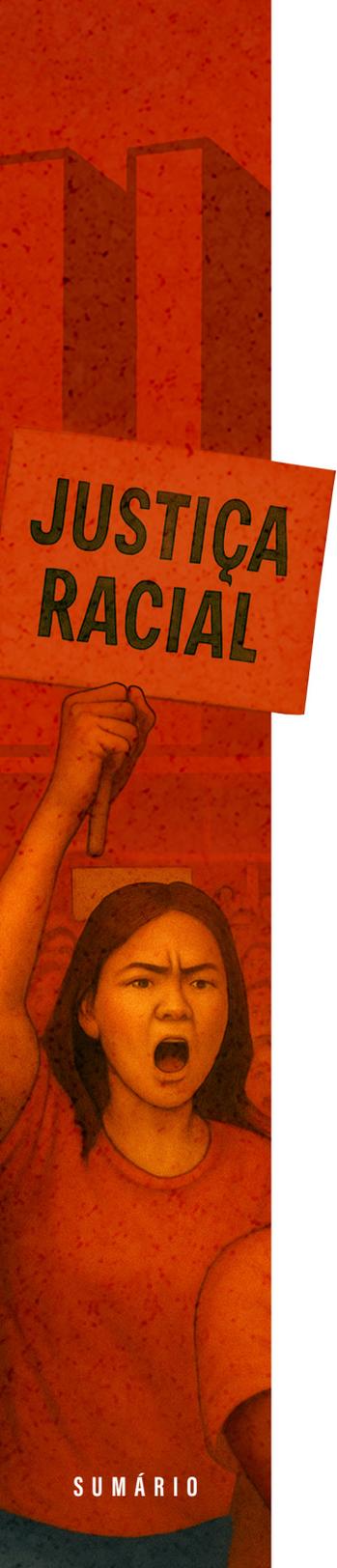
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

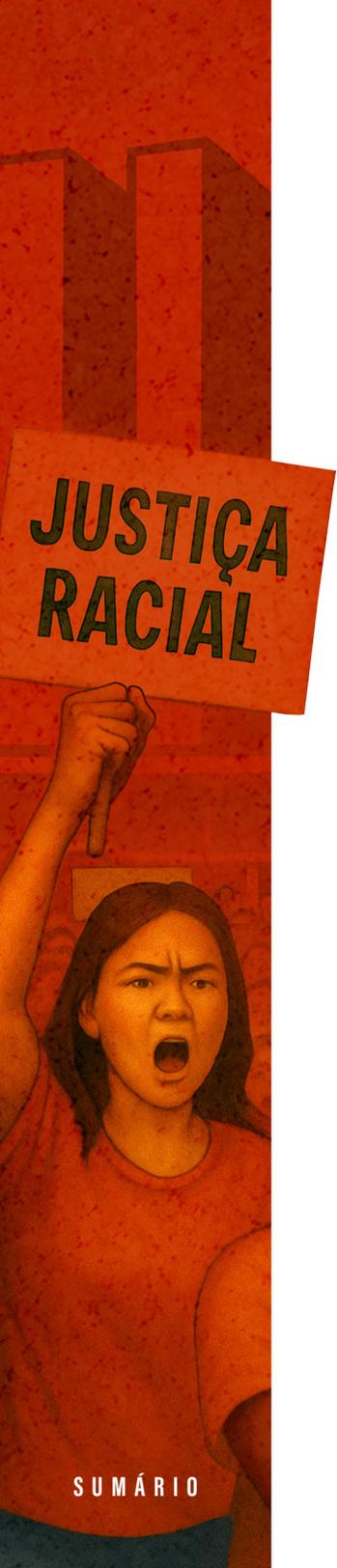
BRASIL. **Decreto nº 4.596, de 17 de fevereiro de 2003**. Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo – SIAL e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4596.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3. ed. rev. e ampl. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Centro de Estudos Jurídicos, 2018. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.364, de 1º de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11364.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.



JUSTIÇA
RACIAL



JUSTIÇA RACIAL

BRASIL. **Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera dispositivos das Leis nº 9.984/2000, 9.433/1997, 8.001/1990, 14.204/2021, 11.445/2007, 13.334/2016, 12.897/2013, 8.745/1993, 9.069/1995 e 10.668/2003; e revoga dispositivos das Leis nº 13.844/2019, 13.901/2019, 14.261/2021, 8.028/1990 e 14.074/2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14600.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BUGIATO, Caio. Ensaio sobre a burguesia associada no Brasil. **Observatório do Estado LatinoAmericano (ODELA)**, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/29/ensaio-sobre-a-burguesia-associada-no-brasil/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CARVALHO Cristina Helena Almeida; LIMA, Raimundo da Silva. Estratégias e movimentos dos grandes grupos privados de ensino superior de capital aberto entre 2007 e 2021. **Revista Brasileira de Educação**, v. 9, e290091, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M4qpBdyP34BGXnkpZGtXsxf/?lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2025.

CASTILHO, Alceu Luís; FIALHO, Bernardo; BASSI, Bruno Stankevicius; BATAIER, Carolina; CARLINI, Eduardo Luiz Damiani Goyos; MORAES, Katarina; INDRIUNAS, Luis; PITTELKOW, Nanci. **Arthur, o fazendeiro: a face agrária dos clãs Pereira e Lira.** Alagoas: De Olho nos Ruralistas, 2023. 73 p.

CAVANAUGH, William T. O verdadeiro motivo da política moralista e combativa: o falso messianismo e o mito do Estadonação. **IHU On-Line**, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/571110-o-verdadeiro-motivo-da-politica-moralista-e-combativa-o-falso-messianismo-e-o-mito-do-estado-nacao>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CHAUÍ, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. São Paulo: Autêntica/Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHIEZA, Rosa Angela. Reforma Tributária: “a proposta não envolve a justiça fiscal”: entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. **IHU On-Line**, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/632204-reforma-tributaria-a-proposta-nao-envolve-a-justica-fiscal-entrevista-especial-com-rosa-chieza>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CONTERRÂNEOS Velhos de Guerra (Completo – 1991). [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (150 min.). Publicado pelo canal Ivan Pereira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDcz3Uw21wl>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESMITH, Christy. Why are we so divided? Zero-sum thinking is part of it. **Harvard Gazette**, 2024. Disponível em: <https://news.harvard.edu/gazette/story/2024/03/why-are-we-so-divided-zero-sum-thinking-is-part-of-it/>. Acesso em: 11 maio 2025.

DIAS, Neuriberg. **Desafios à representação da esquerda no Parlamento**. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, 2025. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/92223-desafios-a-representacao-da-esquerda-no-parlamento-2>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

GONÇALVES, Alfredo J. Oportunidade & oportunismo, autoridade & autoritarismo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2025. Disponível em: IHU Unisinos. Acesso em: 11 maio 2025.

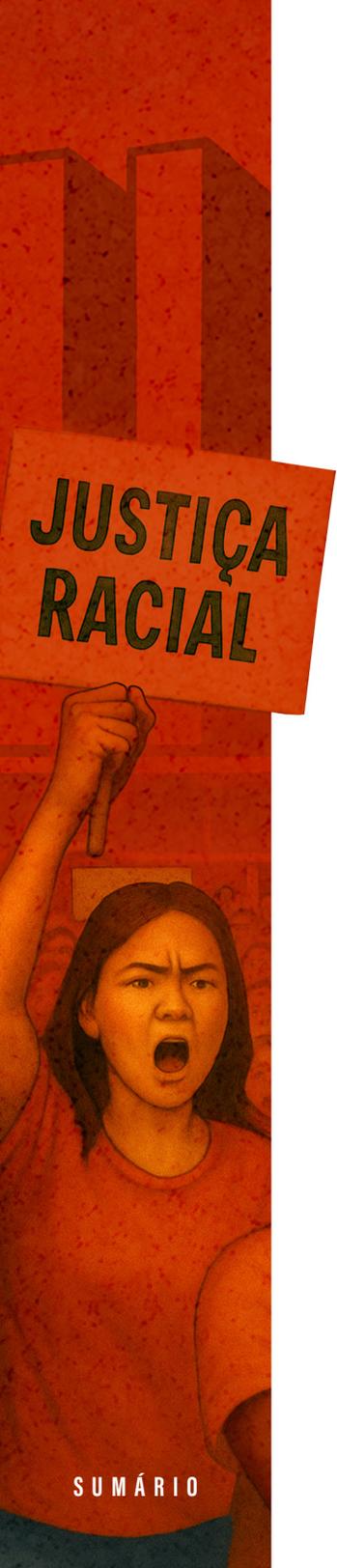
GONZALEZ, Léila; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRAEBER, David. A ascensão dos empregos de merda: entrevista concedida a Suzi Weissman. **Jacobin Brasil**, 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/a-ascensao-dos-empregos-de-merda/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

HORTMANN, Carlos. O anti-intelectualismo na esquerda. **Revista Opera**, 2024. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2024/10/22/o-anti-intelectualismo-na-esquerda/>. Acesso em: 10 maio 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Inesc). **Balço do Orçamento da União 2024**: Brasília, abril de 2025. Brasília: INESC, 2025. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2025/04/bgu-2024_v3-web.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

LANNA, Marcos. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? **Ciências Sociais Unisinos**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 5-15, jan./abr. 2009. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/4880/2135/15794. Acesso em: 12 jun. 2025.



JUSTIÇA
RACIAL

LULA, Luiz Inácio; ALCKMIN, Geraldo. Plano de Governo 2023–2026. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b196fd-Proposta%20de%20governo.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MACIEL-BAQUEIRO, Lucas Mariano; SANTOS, Michael Alessandro Ferreira dos. Dois caminhos da dissonância cognitiva no bolsonarismo: narcisismo coletivo e desengajamento moral. **Ideias**, Campinas, v. 14, e023003, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8671896>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/540057935/O-Poder-do-Atraso-Jose-de-Souza-Martins>. Acesso em: 3 maio 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. A esquerda que abriu mão da crítica. **Boitempo**, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/24/a-esquerda-que-abriu-mao-da-critica/>. Acesso em: 10 maio 2025.

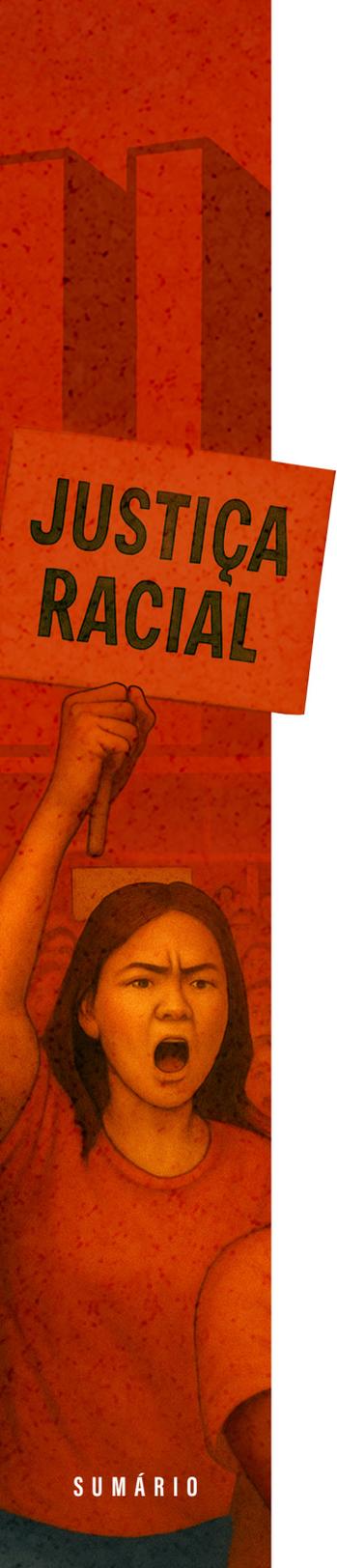
MONTEIRO, Renan P. *et al.* Essa eu vou postar: explorando as relações entre narcisismo, uso do Instagram e a moderação da autoestima. **Psicol. Conoc. Soc.**, Montevideo, v. 10, n. 2, p. 38-50, 2020. Disponível em http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262020000200038&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2025.

MUELLER, Bernardo Pinheiro Machado; NERY, Pedro Fernando. Redes de coautoria no Congresso Brasileiro: uma análise exploratória das bancadas parlamentares. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/178008>. Acesso em: 6 maio 2025.

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

OLIVEIRA, Andrea Cristina de Jesus. Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil. **Revista de Informação Legislativa, Brasília**, v. 42, n. 168, p. 29-43, out./dez. 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/168/ril_v42_n168_p29.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.



JUSTIÇA
RACIAL

REBELLO, Maurício Michel. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, 2015, p. 69-90. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/T3mLqbYvDpszyPtd4SQTZGb/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**: *retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. São Paulo: Autêntica, 2023.

SILVA, Socorro. Onde estão os intelectuais orgânicos? **Teoria e Debate**, São Paulo, ed. 156, 2017. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2017/01/26/onde-estao-os-intelectuais-organicos/>. Acesso em: 11 maio 2025.

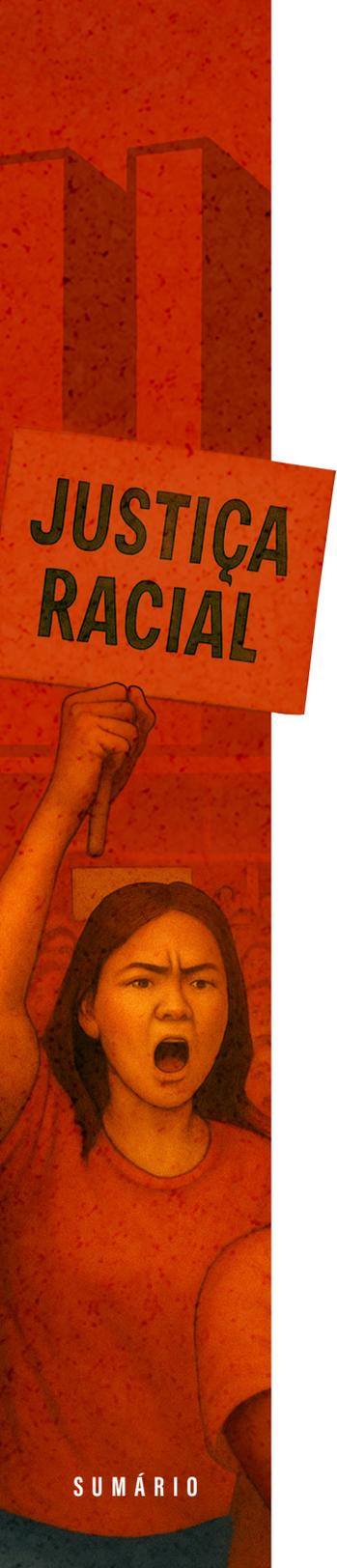
SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: volume 1 - A árvore da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe (org.). **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.

ZANLORENSSI, Gabriel; FRONER, Mariana. Os cargos de liderança no governo Lula, por cor e gênero. **Nexo Jornal**, 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/04/30/governo-lula-cargos-de-lideranca-por-cor-e-genero-grafico>. Acesso em: 12 jun. 2025.

ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida; NICOLÁS, María Alejandra; GAITÁN, Flavio. O desmonte de políticas como um tipo particular de mudança nos estudos latino-americanos. **Revista Mural Internacional**, n. 16, p. 192-220, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rm.2024.n.16.18105>. Acesso em: 22 maio 2025.



JUSTIÇA
RACIAL

[www.PIMENTACULTURAL.com](http://www.pimentacultural.com)

570 DIAS NO GOVERNO LULA 3

JUSTIÇA
RACIAL

HISTÓRIAS,
BASTIDORES
E CONTRADIÇÕES

DIREITOS
DO
TRABALHADOR

REFORMA
AGRÁRIA

JUSTIÇA
AMBIENTAL

